

Universidade Federal do Rio Grande – FURG
Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo
Linha de Pesquisa: Análise Urbano-Regional



SABRINA DA ROSA FREITAS BOMFIM

UM ESTUDO SOBRE A CIDADE E SEUS CONFLITOS
HABITACIONAIS:
O CASO DA CIDADE DO RIO GRANDE – RS (2010–2013)

RIO GRANDE
2014

Universidade Federal do Rio Grande – FURG
Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo
Linha de Pesquisa: Análise Urbano-Regional

SABRINA DA ROSA FREITAS BOMFIM

UM ESTUDO SOBRE A CIDADE E SEUS CONFLITOS
HABITACIONAIS:
O CASO DA CIDADE DO RIO GRANDE – RS (2010–2013)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande – PPGGeo-FURG, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador:

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares

Rio Grande

2014

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande – FURG – PPGeo/UFRGS

Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Machado
Universidade Federal do Rio Grande – FURG-PPGEA

Prof. Dr. Mário Leal Lahorgue
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS - POS/Gea

Prof. Dr. Cesar Augusto Ávila Martins
Universidade Federal do Rio Grande – FURG - PPGeo

*Dedico este trabalho à memória de meus
avós maternos, por todo o exemplo de
honestidade e dignidade, sobretudo
também pelo amor recebido.*

Agradecimentos

Agradeço a todos/as que de alguma maneira contribuíram na escolha e no desenvolvimento desta pesquisa;

Aos meus colegas de turma de mestrado pelas discussões no desenrolar do período que passamos juntos;

Aos meus colegas dos grupos de pesquisas: Núcleo de Análises Urbanas (FURG) e Observatório de Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil (FURG);

Aos meus amigos e companheiros do curso de Geografia pelos momentos sempre especiais de partilha e fraternidade: Nélia (sempre disposta em escutar e aconselhar), Adriana, Vânia, Natália, Brunão e Willy (dupla de fé), Cledir (só valeu pela força), Vavá (compadre querido), Elcy, Camila, Alemão, João Batista, Marcelão, Lidiane, Alvinho, Perla, Seberi... enfim, a todos que passaram e ficaram na lembrança dos tempos geográficos;

Aos mestres que me educaram e me influenciaram: Prof.^a Rosangela e Prof.^a Suzel (Jardins), Prof.^a Rosani (1^a série), Prof.^a Vera (Português), Prof.^a Angela (Geografia), Prof.^a Loeci (História), Prof.^a Sandra (Ed. Física), Prof.^a Madalena (Artes), Prof. Paulo (Inglês), entre muitos outros professores que fizeram parte da minha formação no Ensino Fundamental e Médio;

Aos mestres da graduação: Prof.^a Rossana Madruga (grande amiga), Prof. Paulo Soares (em especial, querido orientador paciente e compreensivo), Prof. Carlos Machado (que contribuiu muito na escolha da pesquisa), Prof. Pedro Quevedo, Prof. Solismar Fraga, Prof. César Martins, Prof.^a Susana Veleda, entre outros, que também contribuíram nos ensinamentos geográficos e pedagógicos;

À minha família: mãe querida, extremamente amiga e companheira de todas as horas; ao meu companheiro Marcelo, sempre compreensivo e paciente; à minha sogra Conceição e ao meu genro Reginaldo, que estavam torcendo e acreditando na finalização do trabalho;

Aos meus amigos eternos a quem tenho muita gratidão: Claudinho, Ana Cristina, Viviane, Michelle, Raquel, Sarah, Letínea, Elis, Nadico, Kinho, Bruna, Karina; as

queridas peruas, Rosilene, Tânia, Neide e Marilda; aos amigos da meditação e do yoga; enfim, a todas as pessoas de luz e de coração bom que me rodeiam, agradeço por fazerem parte da minha história;

Ao pessoal da SMHARG e do Laboratório de Topografia da FURG, que me auxiliaram na disponibilização dos dados durante a construção e a finalização deste trabalho;

Finalmente, agradeço o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

“Tu te tornas eternamente responsável
por aquilo que cativas”.
SAINT-EXUPÉRY, *O Pequeno Príncipe*

RESUMO

A presente dissertação discorre sobre a análise e o mapeamento dos conflitos habitacionais ocorridos em Rio Grande/RS, no período entre 2010 e 2013, onde se relata, de certa forma, a situação habitacional do município nos últimos anos. Ao dissertar-se sobre a cidade e seus conflitos habitacionais, é necessário contextualizarem-se os conceitos de “sustentabilidade urbana” e “cidade sustentável”. Ambos pertencem a uma agenda mundial de interesses e de projetos da hegemonia capitalista que os utilizam como forma de otimização do capitalismo, ou seja, ampliação de lucros e mercadorização de tudo e de todos, tendo como ênfase a mercadorização da cidade como um todo, sendo esse o ponto de partida da seguinte pesquisa. Sob tal perspectiva, a cidade hegemônica capitalista vem produzindo e reproduzindo os seus conflitos. Assim, tem-se como objetivo geral identificar os conflitos habitacionais ocorridos em Rio Grande no período de 2010 a 2013, mapeá-los e analisá-los, fazendo uma relação entre esses conflitos e a efetivação, ou não, das políticas públicas do uso do solo urbano no município. Os objetivos específicos visam a mapear os conflitos, identificando as demandas, os demandantes e os demandados, as áreas e as regiões em disputa, presentes neles; selecionar os três conflitos que se encaixam na categorização de ZHOURI e LASCHEFSKI (2010) e estabelecer qual é a relação destes conflitos e a não solidificação das políticas públicas do uso do solo urbano em Rio Grande; identificar alguns agentes que não estão presentes diretamente nos conflitos, porém extremamente importantes na conjuntura fundiária da cidade. A proposta metodológica utilizada apresenta-se dentro de uma perspectiva qualitativa e da inserção da análise de conteúdo ou documental, em razão da tipologia do material que foi analisado. Além disso, foi atribuída a postura metodológica da dialética, pois a mesma consolida-se através da realidade social. No período analisado, o município estava passando por um significativo crescimento populacional, atribuído, de certa forma, à implantação do Polo Naval, ocorrida em 2006. Esse aumento demográfico deu-se, principalmente, pela baixa qualificação profissional rio-grandina. Entre as situações de conflitos identificadas, as que mais se evidenciaram foram as ocupações e a regularização fundiária. Na categorização dos conflitos, os mesmos destacaram-se como territoriais e distributivos. Pôde-se observar também que o município totaliza mais de vinte áreas gravadas como AEIS, dado disponibilizado pela SMHARF. Isso significa que a utilização das mesmas pode amenizar os conflitos habitacionais e, conseqüentemente, diminuir o déficit habitacional na cidade, através de projetos como HIS.

Palavras-chave: cidade; conflito habitacional; políticas públicas habitacionais

ABSTRACT

This Master's Thesis talks about the analysis and mapping of the housing conflicts in Rio Grande/RS, between 2010 and 2013, where they somehow report the housing situation of the municipality in the past few years. While talking about the city and its housing conflicts it is necessary to contextualize the concepts of "urban sustainability" and "sustainable city". Both belong to a capitalist hegemony global agenda of interests and projects, which uses them as a way to optimize the capitalism, that is, profits' expansion and merchandising of everything and everyone, with an emphasis on the commodification of the city as a whole, this being the starting point of the following research. Under such perspective, the hegemonic capitalist city has produced and reproduced its conflicts. This way, the general goal is to identify the housing conflicts in Rio Grande, between 2010 and 2013, map and analyze them, making a connection between those conflicts and the effectuation, or not, of the public policies concerning the use of the urban soil in the municipality. The specific objectives aim to map the conflicts, identifying the presented demands, the plaintiffs and the defendants, the disputed areas and regions; select the three conflicts which fit the categorization presented by ZHOURI and LASCHEFSKI (2010) and establish the relation of said conflicts and the non-solidification of public policies concerning the use of urban soil in Rio Grande; identify some agents that are not directly present on the conflicts, but that are extremely important to the land situation of the city. The used methodological proposal belongs to a qualitative perspective and to the insertion of content or documental analysis, thanks to the typology of the analyzed material. Besides that, the methodological approach of the dialectic was attributed, since it is consolidated through the social reality. In the analyzed period, the municipality was passing through a significant population growth, which happened, in certain ways, thanks to the deployment of the Naval Pole in 2006. This demographic growth happened, mainly, because of the low local professional qualification. Among the identified situation of the conflicts, highlighted were the occupations and the land regularization. In the conflict's categorization, those stood out as territorial and distributive. It could also be observed that the municipality has more than twenty areas recorded as AEIS, data available via SMHARF. This means that the use of those areas can ease the housing conflicts and, consequently, reduce the housing deficit in the city, through projects, as the HIS.

Key words: city – housing conflict – public housing policies

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Anúncio Figueiras Park – Condomínio Residencial	44
Figura 2: Anúncio do Parque Shopping	44
Figura 3: Estaleiro Rio Grande – casco da Plataforma P-55	45
Figura 4: Cidade do Rio Grande	54
Figura 5: Localização dos conflitos habitacionais no espaço urbano de Rio Grande (2010–2013)	56
Figura 6: Casebres de madeira construídos nas áreas ocupadas no ABC IX e ABC X	57
Figura 7: Localização das AEIS do Município de Rio Grande	81
Figura 8: Residencial Marcelino Champagnat	83
Figura 9: Residencial São João	83
Figura 10: Residencial Jockey Club	84
Figura 11: Praça Shopping Rio Grande	84
Figura 12: Residencial Getúlio Vargas I – Rua Dom Pedro II	85
Figura 13: Residencial Santa Tereza	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Crescimento demográfico do município de Rio Grande	18
Quadro 2. Composição do déficit nacional – Brasil, 2007–2012	22
Quadro 3. Parque Marinha – 2011	58
Quadro 4. Vila das Barraquinhas – 2011	59
Quadro 5. ABC X – 2012	62
Quadro 6. Barra – 2012	63
Quadro 7. Parque Marinha – 2013	65
Quadro 8. Castelo Branco e Parque São Pedro – 2013	66
Quadro 9. Castelo Branco – 2013	67
Quadro 10. Barra – 2013	68
Quadro 11. Junção – 2013	69
Quadro 12. ABC X – 2013	70
Quadro 13. Quadro geral dos conflitos habitacionais (2010–2013)	71

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AEIS – Áreas Especiais de Interesse Social

BGV – Bairro Getúlio Vargas

BNH – Banco Nacional de Habitação

CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica

CDES/RS – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/RS

CEF – Caixa Econômica Federal

COHRE – Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos - Relatório com Pedido de Recomendações sobre Rio Grande: Expansão Portuária, Desenvolvimento e Direito à Moradia.

CURG – Central Única das Associações de Bairro de Rio Grande

FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

HIS – Habitação de Interesse Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAR – Programa de Arrendamento Residencial

PIB – Produto Interno Bruto

PLATAFORMA DhESCA BRASIL - Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais

PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PMRG – Prefeitura Municipal do Rio Grande

PROMEF - Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro

SMHARF – Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária

SUPRG – Superintendência dos Portos de Rio Grande

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

1 Introdução	14
1.1 Apresentação da proposta de estudo	14
1.2 Construção do cenário e do objeto de estudo	16
1.3 Problemática e objetivos	24
1.4 Justificativas e relevância	27
2 Referenciais e discussão teórica	29
2.1 Henri Lefebvre e sua abordagem sobre a cidade e o espaço urbano	30
2.2 A cidade e o espaço urbano por outros autores	36
2.3 Os conceitos de cidade apresentados para o período atual	39
2.4 O conflito, seus agentes e suas escalas	42
3 Metodologia	47
3.1 Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo	47
3.2 O conflito social e a dialética	49
3.3 Levantamento de dados: identificação, distribuição e categorização dos conflitos habitacionais	51
3.4 Análise dos conflitos habitacionais junto às políticas públicas	52
3.5 Localização cartográfica	53
4 Mapeamento e análise dos conflitos habitacionais	55
4.1 Quadro geral e localização geográfica dos conflitos	55
4.2 Análise dos conflitos a partir da categorização dos conflitos ambientais: distributivos, espaciais e territoriais	71
5 Conjuntura das ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, definidas para a cidade do Rio Grande	79
5.1 Localização das ZEIS em Rio Grande	79
5.2 Relação dos conflitos habitacionais e as ZEIS municipais	82
6 Considerações finais	88
7 Referências	93
Anexo 1 Notícias que complementam o Conflito do ABC	98
Anexo 2 Notícias que complementam o Conflito da Ocupação Barra	99
Anexo 3 Notícias que complementam o Conflito do Parque Marinha	101
Anexo 4 Notícias que complementam o Conflito da Castelo Branco	102
Anexo 5 Notícias que complementam as decorrentes ocupações no início do ano de 2013	102
Anexo 6 Relato de uma adquirente do loteamento ABC – X	103
Anexo 7 Gravação: conversa com o Diretor da CURG – Central Única das Associações de Moradores do Rio Grande – André Martins	104
Anexo 8 Reportagens e artigos de jornais da região	105

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação da proposta de estudo

A presente dissertação discorre sobre a análise e o mapeamento dos conflitos habitacionais ocorridos em Rio Grande – RS, no período entre 2010 e 2013, onde se relata, de certa forma, a situação habitacional do município nos últimos anos.

O município de Rio Grande “foi o primeiro marco lusitano deixado nas terras rio-grandenses, representado pela fortificação Jesus – Maria – José, cuja fundação data de 19 de fevereiro de 1737, e que serviu como ponto inicial para o desenvolvimento do traçado urbano” no Estado do Rio Grande do Sul (MARTINS, 2006, p.63). Além disso, sua posição geográfica, situada às margens da desembocadura da Laguna dos Patos, favoreceu para a construção do primeiro e único porto marítimo do Estado. Tal construção deu à cidade, desde a sua fundação, uma abertura econômica em escala global, sujeita a transformar e a modificar o espaço geográfico da mesma.

Ao dissertar-se sobre a cidade e seus conflitos habitacionais, é necessário contextualizarem-se os conceitos de “sustentabilidade urbana” e “cidade sustentável”. Ambos pertencem há uma agenda mundial de interesses e de projetos da hegemonia capitalista que os utilizam como forma de otimização do capitalismo, ou seja, ampliação de lucros e mercadorização de tudo e de todos, tendo como ênfase a mercadorização da cidade como um todo, sendo esse o ponto de partida da seguinte pesquisa. Assim, discorre Josélia Carvalho Araújo sobre essa contemporânea noção de “cidade”:

A cidade vem seguindo os contornos da economia mundial atual, e os efeitos da globalização sobre o espaço tomam formas e se expressam com maior intensidade nela, visto que é o *locus* da produção capitalista.

Ela concentra os serviços especializados de apoio à produção, infraestruturas de telecomunicações e transportes avançados; enfim, ela é o “nó” da rede mundial da produção capitalista (2004, p. 49).

Sob tal perspectiva, a cidade hegemônica capitalista vem produzindo e reproduzindo os seus conflitos. E esses conflitos são gerados pelas transformações que ocorrem no cenário mundial e que impactam bruscamente os processos e as ações desenvolvidas em escala local, através da imposição direta de interesses e projetos pensados para tal modelo de cidade. Essas transformações ocorrem em todos os níveis organizacionais da cidade. Contudo, o nível organizacional que aparentemente absorve maior impacto é o de âmbito habitacional¹, pois o mercado imobiliário, mais precisamente a especulação imobiliária², tornou-se nos últimos tempos um instrumento fundamental e essencial na reprodução do capital.

Dessa maneira, a supervalorização fundiária contribui para a “irreprodutibilidade de ações concretas e iguais para os agentes que ocupam o espaço público e que necessitam da mesma infraestrutura, dos mesmos serviços e das mesmas condições que envolvem o cotidiano urbano” (FREITAS, 2012, p. 1) e, assim, proporciona a (in)sustentabilidade das práticas espaciais nas cidades.

Conforme enfatiza Acselrad, “uma tal expressão da ausência de acordo entre práticas espaciais nas cidades dá substância sociológica à noção de ‘insustentabilidade’ urbana. Ou seja, os conflitos são a expressão viva da percepção social da irreprodutibilidade das práticas espaciais nas cidades” (2010, p. 301).

Assim, essa relativa ausência entre as práticas espaciais junto aos interesses e projetos em disputa nas cidades norteia os conflitos urbanos. Tais conflitos agregam a demanda das diferentes áreas funcionais presentes nas cidades, incluindo a habitacional. Neste caso, a consolidação do *conflito urbano*, de acordo com a denominação do Etern/IPPUR/UFRJ³, é “todo e qualquer confronto ou litígio relativo à infraestrutura, serviços ou condições de vida urbanas, que envolva pelo menos dois atores coletivos e/ou institucionais (inclusive o Estado) e se manifeste no espaço público (vias públicas, meios de comunicação de massa, justiça, representações frente a órgãos públicos, etc.). Manifestação coletiva que tenha a

¹ A cidade do Rio Grande é um ótimo exemplo para tal afirmação, pois, o setor habitacional, foi o mais afetado, logo que iniciou as obras do Polo Naval no município. Com um “fluxo migratório” intenso, aumentou a demanda por imóveis, mas a baixa oferta disponível causou um impacto nos preços, tanto para locação como para venda (SILVA et al., 2012, p. 2).

² De acordo com a publicação do Projeto *Moradia é Central – lutas, desafios e estratégias*, “especulação imobiliária é quando o proprietário deixa o imóvel abandonado ou subutilizado, aguardando sua valorização, para posteriormente vendê-lo ou alugá-lo por um valor mais elevado” (2012, p. 10).

³ Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

cidade como espaço e objeto de suas reivindicações”. Dessa maneira, o *conflito* não deve ser visto como algo *negativo*, e sim, como *tensões naturais e humanizadas* do cotidiano, interpretado como interlocução de interesses.

Dessa forma, por apresentar condições geográficas favoráveis, o município de Rio Grande, historicamente, é constantemente impactado por processos decorrentes da especulação do mercado mundial. Como exemplo concreto desses processos, é a intenção de expansão do sistema portuário “visando a sua modernização e o atendimento da demanda econômica impulsionada pelo crescimento do país” (COHRE, 2007, p.06).

A seguir serão contextualizados o cenário e o objeto de estudo, visando entender que os conflitos habitacionais, provenientes da falta de moradia, são peças fundamentais para compreender a complexidade das mudanças que estão ocorrendo na região.

1.2 Construção do cenário e do objeto de estudo

A cidade de Rio Grande, ao longo dos últimos dez anos, está vivendo e experimentando inúmeras mudanças e transformações no seu contexto econômico e social. Todo este contexto é resultado dos processos que se desenrolam sobre a cidade e que conseqüentemente causam certos impactos à população. Uma das principais causas que está impactando a estrutura da cidade, econômica e socialmente, é que, num curto prazo, a mesma passou a abrigar um enorme contingente de pessoas de outras regiões do país. As mesmas são contratadas e trazidas pelas próprias empresas.

Conforme discorrem Silva et al.,

a baixa qualificação da mão-de-obra rio-grandina ocasionou a migração de diversos trabalhadores para a cidade a fim de preencher os cargos disponíveis, o que resultou em um aumento da demanda por residências na região (2012, p. 2).

A indústria naval no Brasil, na década de 1970, era considerada a segunda maior do mundo, empregando mais de 39 mil trabalhadores, tendo caído a sua produção nas décadas seguintes. Mas, desde o início do século XXI, mais

precisamente com a nova estrutura do governo federal, a mesma retoma a sua produção com recursos da Petrobras que chegam atingir R\$ 225 bilhões de reais. Essa retomada faz-se sobretudo pelo Promef – Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro, sendo considerado um dos principais projetos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)⁴. O PAC, lançado no ano de 2007 durante o governo Lula, é um dos mecanismos criados pela esfera federal que prevê a expansão econômica do país, tanto em escala local como, e principalmente, em escala global.

No caso de Rio Grande, por abrigar um dos principais portos do Brasil e posteriormente por ser sede do maior dique seco da América Latina, com 130 metros de comprimento e 350 metros de largura⁵, foi contemplado por tal projeto naval que teve início no ano de 2006. O município, nessa ocasião, foi apontado por especialistas, autoridades políticas e investidores como um dos principais focos para o desenvolvimento nacional. Através do setor naval, a cidade recebeu e continua recebendo investimentos e recursos estatais, privados e de fundos diversos. Como carro-chefe de todos esses investimentos está a própria Petrobrás “que em uma década, deverá aplicar R\$ 9,8 bilhões e gerar 9,6 mil empregos diretos – entre plataformas P-55 e P-63 e a construção de oito cascos, para alimentar a estrutura destinada ao pré-sal”⁶.

Segundo Lopes,

O Distrito Industrial do Superporto transformou-se significativamente num grande canteiro de obras, com destaque para a construção do Estaleiro Rio Grande. Tal estrutura atua na transformação de cascos de navios em plataformas, construídas para as operações de extração de gás natural e de petróleo das camadas do Pré-sal (2012, p. 19).

O reflexo de todos esses investimentos no município fez o mesmo saltar de 7º para 4º lugar do estado na classificação do Produto Interno Bruto (PIB), segundo dados do IBGE de 2006 e 2008. Com todo esse crescimento econômico, logicamente, aumentou a oferta de empregos⁷ dos mais diversos setores e serviços.

⁴ Zero Hora, 27 jun. 2010, p.11.

⁵ Foi construído em 2009 e inaugurado em 2010. *Diário Popular*, dez. 2010, p. 2.

⁶ “Reflexos se espalham pela Zona Sul”, *Diário Popular*, 17 dez. 2009, p. 2.

⁷ “Os investimentos de mais de 10 bilhões de reais no Polo Naval do Porto de Rio Grande, a partir de 2006, geraram uma oferta superior a 30.000 empregos diretos e indiretos” (SILVA et al., 2012, p. 2).

Aumentou a população, embora lenta, mas apresentando preocupação em relação à habitação. Segundo dados do IBGE e da CEEE, o próprio Cassino, criado em 1896, simples balneário para os veranistas, passou a ter um crescimento demográfico e econômico significativo na última década. No ano de 2000, o balneário possuía 10.073 habitantes, sendo que, após uma década, a partir do Censo de 2010, atribuindo algumas mudanças setoriais do IBGE, a população passou a ser 19.081 pessoas⁸, quase duplicando a população.

O quadro, a seguir, destaca tal crescimento demográfico do município de Rio Grande:

Quadro 1: Crescimento demográfico do município de Rio Grande

População 2000	População 2010	População 2013
186.544 habitantes	197.228 habitantes	206.161 habitantes

Fonte: Atlas Brasil⁹ e IBGE - Cidades¹⁰. Elaborado pela autora.

Todo esse aumento demográfico se dá, como já mencionado, principalmente, pela falta de qualificação da mão-de-obra na cidade. Dessa forma, grande parte dos profissionais que foram contratados, num primeiro momento, eram de outras localidades do país. Atualmente, já aumentou o número de rio-grandinos empregados, pois os mesmos qualificaram-se nos diversos cursos profissionalizantes que se instalaram na cidade nos últimos anos, mas, mesmo assim, o número de mão-de-obra de fora ainda se parece superior.

Nesse sentido, um dos pontos cruciais para organizar e amenizar as consequências de tais mudanças e transformações que ocorreram em Rio Grande seria a solidificação de uma estrutura urbana, fundamentalmente habitacional, que suporte tal crescimento. Sendo uma demanda, apontada tanto pelos incorporadores que chegam a Rio Grande almejando lucros, como é pautada também pela população, organizações e entidades locais que vivenciam a falta de moradia no município há anos. Muitos são os investimentos em empreendimentos imobiliários, supervalorizando o solo urbano, tanto por agentes imobiliários rio-grandinos, que

⁸ *Folha Gaúcha*, ago. 2011.

⁹ http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_print/rio-grande_rs

¹⁰ <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431560&search=rio-grande-do-sul|rio-grande|infograficos:-informacoes-completas>.

estavam há anos com o mercado quase que estagnado, como por muitos agentes regionais e até mesmo nacionais¹¹ que chegam à cidade em busca de lucro e mercado. Segundo Ana Fani Carlos, “a produção capitalista, ao incorporar o solo urbano como mercadoria, transforma-o em valor de troca... o espaço torna-se produtivo, e assim redefine-se a produção da cidade” (2011, p. 54).

Contudo, essa redefinição da produção da cidade, seja em relação ao mercado naval ou aos grandes investimentos imobiliários que chegam a Rio Grande, não abrange os principais grupos atingidos pela falta de moradia, os grupos sociais populares “com renda de 0 a 5 salários mínimos, que constitui 95,9% do déficit habitacional urbano”¹² em âmbito nacional. Tal falta acontece mesmo sendo assegurado o direito à moradia, tanto por legislação internacional, a partir da Declaração Universal dos Direitos do Homem¹³ (1948), como por legislação nacional, garantido pelo Estado Brasileiro no art. 6º da Constituição Federal de 1988. Assim, destaca Dhesca Brasil¹⁴, “a moradia foi incluída como direito social por meio de uma emenda constitucional, fruto de luta dos movimentos sociais”¹⁵. Esses grupos sociais populares fazem parte do déficit habitacional do município¹⁶.

Este não é um problema atual, isso ocorre desde o início do século passado, pois, nessa época, o processo de industrialização intensificou-se na cidade, recebendo, como hoje, uma população atraída pela oferta de emprego das fábricas. Nesse período a industrialização brasileira era descentralizada e dispersa, tendo como característica e concentração as cidades que abrigassem portos. Dessa

¹¹ Ongaratto Incorporadora, Aquários Empreendimentos Imobiliários, Novelletto, esses são apenas alguns exemplos de incorporadores que hoje mobilizam o mercado rio-grandino.

¹² Segundo a publicação *Guia para Delimitação e Regulamentação Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS em Vazios Urbanos*, da Secretaria Nacional de Habitação/Ministério das Cidades, 2009, p. 7.

¹³ Segundo a publicação *Direito à moradia*, do COHRE – Centro pelo Direito à Moradia e Contra Despejos, “a mais importante lei internacional de direitos humanos diz que todos têm direito a um padrão de vida adequado de saúde e bem-estar para si e para sua família, incluindo alimentação, vestuário, moradia, cuidados médicos e os necessários serviços sociais, e o direito à segurança no advento de desemprego, doença, incapacidade, viuvez, velhice ou falta de condições de subsistência em circunstâncias acima de seu controle” – artigo 25(1), 2009, p. 4.

¹⁴ Dhesca Brasil – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais.

¹⁵ Artigo 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."

¹⁶ O déficit está em 15.000 imóveis, segundo dados levantados pelo PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social – elaborado pela Prefeitura Municipal do Rio Grande em conjunto com a Universidade Federal do Rio Grande – FURG; o mesmo está em andamento.

maneira, como Rio Grande já abrigava o seu porto¹⁷, assim se desenvolveu na cidade a área da indústria fabril, concentrando “o primeiro parque fabril¹⁸ e uma das maiores fábricas já instaladas na cidade em toda a história” (MARTINS, 2006, p. 101).

No entanto, na época, fez-se necessário a construção de vilas de operários, aberturas de malhas viárias e ferroviárias para facilitar e otimizar a estrutura industrial que estava se formando no município. Assim, a *Vila Operária* ou *casas de fita*, como ficaram conhecidas as residências construídas pelos empresários da Fábrica Rheingantz para abrigar parte de seus funcionários, foram um exemplo dessas significativas mudanças ocorridas no começo do século XX em Rio Grande. Além da malha urbana que estava deixando de ser utilizada como mera via de passagem para abrigar linhas de bondes (idem, 2006, p.108).

Contudo, “no início da segunda metade do século XX ocorreu à desaceleração do primeiro período industrial da cidade do Rio Grande” (ibidem, 2006, p.178), a indústria têxtil, entre outras atividades produtivas¹⁹, entrou em crise, o que resultou na diminuição da oferta de trabalho industrial, ocasionando um crescimento negativo, projetando uma estagnação para a cidade.

A década de 1970, considerada como “o início do segundo período industrial da cidade do Rio Grande” (MARTINS, 2006, p. 191), com a construção do Distrito Industrial e a expansão da área portuária, novamente exigiu um grande contingente de mão-de-obra, tanto para a construção da infraestrutura como para trabalhar nas novas indústrias que ali iam se instalar (idem, p.193).

Cabe salientar que

a população atraída inicialmente pela farta demanda de mão-de-obra nos anos 70 acabou permanecendo na cidade e engrossando a periferia urbana na disputa por novos imóveis, principalmente nos loteamentos com construções destinadas à faixa de baixa renda, tipo COHAB, o que era comum na época (idem, 2006, p. 193).

¹⁷ “A dragagem e construção do primeiro porto da cidade foram concluídas em 1823, junto ao aterro da Rua Nova das Flores, mais tarde Rua da Boa Vista (hoje Riachuelo), paralela à Rua da Praia, contribuindo para o fortalecimento das atividades comerciais e portuárias que então se desenvolviam na cidade” (MARTINS, 2006, p. 75).

¹⁸ Fábrica Rheingantz, fundada em 1873.

¹⁹ “O Frigorífico Swift, a indústria que mais empregou na cidade de Rio Grande, fechou suas portas no ano de 1954. Ainda na década de 60 a Cia. de Charutos Poock terminaria sua vida produtiva (em 1966) e a Fábrica Rheingantz diminuiria drasticamente sua produção, sendo vendida posteriormente” (MARTINS, 2006, p. 178).

Dessa maneira, a transformação espacial urbana no município acabou gerando um rápido preenchimento das áreas periféricas, proporcionando ao setor habitacional a necessária e urgente construção de moradia popular. Observa-se que foram ocorrendo várias transformações econômicas e sociais no município que determinaram por si só diversos conflitos urbanos, na sua maioria, relacionados à habitação, mais precisamente à falta de moradia.

Somente para salientar, a base de qualquer conflito se faz, sobretudo, a partir das desigualdades, pois a apropriação da riqueza, desde então, não é distribuída de forma igualitária. Assim, com a economia ativa, o contingente demográfico tende a aumentar e também aumenta a exclusão e/ou segregação nas cidades. De acordo com a autora Ana Fani Carlos, “a segregação está na base do conflito na cidade produto da mobilização da riqueza que direciona os investimentos produtivos na cidade” (2011, p. 54).

Diante de tais processos de transformação na economia da cidade e com o aumento da população urbana²⁰, a década de 1980 presenciou algumas ocupações como a do MNLM, no terreno da Companhia de Seguros Aliança Bahia²¹ localizado na Avenida 1ª de Maio, s/n. Segundo a fala²² do diretor da Central Única das Associações de Bairro de Rio Grande – CURG – André Martins, “69,3% das áreas do município são irregulares. Rio Grande foi marcado historicamente por iniciativa da população, os espaços foram ocupados sempre por iniciativa da população”.

Atualmente as ocupações vêm sendo realizadas, na sua maioria, por grupos sociais independentes, uns carentes de moradia, outros forçados por interesses políticos, mas ambos à mercê dos conflitos habitacionais nas cidades. Foi o caso das ocupações ocorridas no ABC IX e parte do ABC X no Balneário Cassino, no ano de 2010, que chamou a atenção dos moradores dos arredores pela quantidade de casebres construídos nos terrenos²³; outro exemplo foi a ocupação que ocorreu no ano de 2011, no bairro Parque Marinha, mobilizada por moradores do próprio bairro. Os mesmos alegavam que moravam de aluguel e que almejavam a casa própria²⁴.

²⁰ A população urbana na década de 1930 era de 46.000 pessoas, já na década de 1970, ultrapassa o número de 103.000 habitantes (idem, 2006, p. 181).

²¹ A Aliança da Bahia é uma seguradora que apresenta uma variedade de serviços (apólices), tanto para pessoas físicas como para pessoas jurídicas; sua matriz é em Salvador – BA; a mesma aceita propriedades como garantia. Em Rio Grande, possui vários terrenos – propriedades fragmentadas, mas sem nenhum interesse imobiliário.

²² O trecho está disponível no CD em anexo, no primeiro minuto da gravação.

²³ *Jornal Agora*, 04 nov. 2010, p. 3.

²⁴ *Jornal Agora*, 03 maio 2011, p. 3.

Na tentativa de resolver tais conflitos habitacionais, mais precisamente o déficit habitacional nacional, o governo federal, a partir do Ministério das Cidades, criado no ano de 2003, com a aprovação da Nova Política Nacional de Habitação – PNH, em 2004, estabeleceu o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) 1 e 2 que visa a produção até o final de 2014 de três milhões de novas unidades habitacionais²⁵. Nota-se que, mesmo com o estabelecimento de tais programas, o déficit nacional não será resolvido tão facilmente, pois os incentivos que são programados para tais investimentos públicos ainda são insuficientes para a demanda habitacional como um todo.

O quadro, a seguir, enfatiza os números do déficit nacional entre os anos de 2007 a 2012 e especifica os quatro componentes que foram utilizados para a realização de tal cálculo.

Quadro 2: Composição do déficit nacional – Brasil - 2007 – 2012²⁶

Especificação	2007	2008	2009	2011	2012
Déficit Total Absoluto	6.102.414	5.686.703	6.143.226	5.889.357	5.792.508
Habitação Precária	1.264.414	1.158.801	1.088.634	1.187.903	883.777
Coabitação Familiar	2.481.128	2.211.276	2.511.541	1.916.716	1.865.457
Ônus Excessivo com aluguel	1.965.981	1.928.236	2.143.415	2.388.316	2.660.348
Adensamento Excessivo	390.891	388.390	399.636	396.422	382.926

Fonte: Fundação João Pinheiro/ MG. Adaptado pela autora.

Os incentivos entre 1964 até meados da década de 1980 eram feitos através do Banco Nacional de Habitação, o mesmo era responsável pelos recursos de financiamentos para a aquisição da casa própria por parte da população de baixa e média renda. Após a extinção do BNH, a Caixa Econômica Federal (CEF) passou a ser a gestora e a executora das políticas habitacionais a nível nacional.

²⁵ Projeto *Moradia é Central – lutas, desafios e estratégias* – coordenado pelo Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, 2012, p. 11.

²⁶ *Déficit Habitacional no Brasil (2011-2012)*- Resultados Preliminares, 2014, p. 9. Nota Técnica 1.

Como já foram mencionadas, todas essas ações da política de habitação para produção de unidades habitacionais para a população de baixa renda devem ser acompanhadas pelo poder público a partir das três esferas, federal, estadual e municipal. Estes devem garantir

o acesso à justiça para que as pessoas façam valer seus direitos, o acesso à assistência técnica para que as moradias autoconstruídas sejam adequadas e seguras e o acesso direto a financiamentos para que as comunidades organizadas possam ser também promotoras do acesso à moradia²⁷ (2009, p.10).

Isto porque, apesar de ser uma política pública, há produzido e reproduzido nela como consequência a produção da lógica da hegemonia capitalista, onde as disputas mercadológicas da cidade mercadoria opõem-se aos interesses da população que necessita de uma moradia digna.

De acordo com Lopes,

Ou seja, por ser uma política pública significou a intervenção estatal na questão urbana e, sobretudo, na produção de habitações. Entretanto, o Estado continuou conivente com práticas espaciais que, em primeiro plano, fomentam a valorização do solo urbano. Assim, ao estimular a comercialização da pequena propriedade privada, a política habitacional transformou-se em ferramenta de acumulação dos agentes capitalistas do espaço urbano (2012, p. 22).

De acordo, com os dados do PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social, já mencionado, o déficit qualitativo municipal é de mais de 8 mil imóveis e mais 7 mil imóveis que devem ser construídos para suprir o déficit quantitativo²⁸. Apesar de muitos serem os recursos federais previstos para diminuir esses números, o uso do solo urbano ainda é controlado pela especulação imobiliária de grupos que detém a base fundiária e inúmeros incentivos fiscais, em suma, controlam as regras do mercado imobiliário.

Além do PAC e do PMCMV, o governo federal, tendo como foco o desenvolvimento econômico do país, estabeleceu em todo território brasileiro outros projetos e programas, como os megaprojetos, os megaeventos e as megaobras. Ambos são intervenções de grande porte com orçamentos altos e que geram

²⁷ COHRE – Centro pelo Direito à Moradia e Contra Despejos, 2009, p.10.

²⁸ Dados retirados do PLHIS, que estão sendo organizados pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG em parceria com a SMHADU, a atual Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária; os mesmos estão em processo de finalização.

grandes impactos sociais e ambientais e se apresentam dentro do contexto geral da aceleração econômica do país.

No caso de Rio Grande, o município assiste a disputas econômicas em relação aos megaprojetos, pois são “intervenções de grande porte com orçamentos muito altos e que geram grandes impactos sociais e ambientais”²⁹. Neste caso, o Polo Naval é considerado um megaprojeto, pois o governo federal injeta uma quantidade enorme de dinheiro e de incentivos para garantir a viabilização da indústria naval na cidade, tendo como ênfase a economia nacional, desconsiderando os impactos sociais e ambientais que o mesmo traz.

Como se pode observar, há no cenário e no objeto de estudo inúmeras questões a serem abordadas, junto aos conflitos que foram levantados pela presente pesquisadora e aos conflitos levantados pelo Observatório de Conflitos Urbanos e Socioambientais no Extremo Sul do Brasil³⁰. Estes serão, posteriormente, mapeados e analisados em um capítulo destinado a descrição, a categorização e as observações que foram feitas durante a pesquisa.

Dessa maneira, a partir destas constatações, referentes à situação habitacional no município e conseqüentemente os seus conflitos, desenvolveram-se as seguintes problemáticas e objetivos de pesquisa.

1.3 Problemáticas e objetivos

As transformações do cenário mundial nas ultimas décadas, e mais precisamente as mudanças e transformações ocorridas no município de Rio Grande nesses últimos anos, são certamente permeadas de inúmeros conflitos ambientais e urbanos. Nesse contexto, o presente problema de pesquisa foi identificar os conflitos habitacionais do município e, a partir disso, relacionar se há efetivação das políticas públicas estabelecidas para o uso do solo urbano, se há manipulação desse uso e das contradições econômicas e sociais que esses conflitos apresentam diante do modelo de cidade pensado pela hegemonia do capital.

²⁹ *Conhecendo o Direito: Proteção e Garantia dos Direitos Humanos no Âmbito de Megaprojetos e Megaeventos*, 2012, p. 8.

³⁰ Organizado e sistematizado pelo Grupo de Pesquisa Política, Natureza e Cidade, da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, coordenado pelo Prof. Dr. Carlos R.S. Machado, do Instituto de Educação – IE. Os dados estão disponíveis no site: <http://www.observaconflictos.ippur.ufrj.br/extremossul/ajax/indexajax2.asp>

A efetivação das políticas públicas e a manipulação do uso do solo urbano andam juntas, pois, em alguns casos, há deficiência de tais políticas, por exemplo, o Estatuto da Cidade com suas diretrizes e princípios e o Plano Diretor que, ao contrário, otimizam tais conflitos. No contexto contraditório de interesses e disputas pelo uso do solo, algumas ações existentes nessas políticas, como a identificação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) ou Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), seriam um meio de minimizar tal problemática.

Se se relacionar tais questões com a cidade de Rio Grande, percebe-se que esta vem sendo impactada pelos projetos em desenvolvimento e, devido a isso, seria pertinente o estudo de seus conflitos e de suas políticas urbanas. Além do mais, a (in)sustentabilidade dos conflitos habitacionais faz avançar outras ideias a serem estabelecidas como elementos fundamentais para a pesquisa, como o espaço da cidade, suas apropriações e sua relação com os projetos da agenda global. Dessa maneira, apresenta-se, portanto, as problemáticas da pesquisa:

- 1) Quais foram os conflitos habitacionais que ocorreram no município de Rio Grande entre os anos de 2010 a 2013?
- 2) Como estes conflitos estão distribuídos no espaço urbano de Rio Grande?
- 3) Quem seriam os agentes envolvidos nos conflitos identificados e analisados na pesquisa? E quais os agentes que não estão envolvidos diretamente, mas são importantes na análise fundiária de Rio Grande?
- 4) Qual seria a relação dos conflitos habitacionais pesquisados com as políticas públicas do uso do solo urbano em Rio Grande?

A partir de tais propostas, pode-se imaginar um cenário onde os conflitos habitacionais e as políticas públicas fundiárias estabelecidas pelo Estado relacionam-se como meio de interlocução entre os agentes envolvidos e como estes são distintos entre si.

Neste caso, a população que vive a mercê de tal necessidade almeja a legitimação do direito à moradia digna³¹, o direito à cidade, conforme o Artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Já os outros agentes, como o próprio Estado e os grandes especuladores, buscam a supervalorização da terra e dos serviços que mobilizam esse setor. Eis aí uma “relação dialética com o setor empresarial” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 8).

O direito à moradia, como já mencionado, além de estar na Declaração Universal dos Direitos do Homem e na Constituição Federal, está pautada também no Artigo 1º do Estatuto da Cidade, Parágrafo Único, onde “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como de equilíbrio ambiental” (2004, p. 143).

Nesse sentido, o objetivo central da pesquisa foi identificar os conflitos habitacionais ocorridos em Rio Grande, no período de 2010 a 2013, mapeá-los e analisá-los, fazendo uma relação entre esses conflitos com a efetivação, ou não, das políticas públicas do uso do solo urbano no município.

Os objetivos específicos partem da identificação desses conflitos e, a partir da reflexão sobre os questionamentos acima, pretende-se distribuí-los no espaço urbano de Rio Grande e, concomitantemente, verificar quais são os agentes envolvidos, sempre construindo relações entre eles.

Para dar conta, os objetivos específicos estão distribuídos da seguinte maneira:

1. mapear os conflitos de 2010 a 2013, identificando as demandas, os demandantes e os demandados, áreas e regiões em disputa, presentes neles;
2. selecionar três conflitos que se encaixem na categorização de ZHOURI e LASCHEFSKI e estabelecer qual é a relação destes conflitos e a não

³¹ De acordo com publicação do Projeto Moradia é Central – lutas, desafios e estratégias, “moradia digna não é apenas um abrigo formado por paredes e telhados. Significa também que a família deve morar perto do trabalho e de equipamentos públicos como escola, creche, posto de saúde, além de ter acesso a opções de lazer. Assim, todos devem ter uma moradia com boa estrutura física, localizada próxima à infraestrutura urbana e, fundamentalmente, dispor da documentação do imóvel” (2012, p. 7).

solidificação das políticas públicas do uso do solo urbano em Rio Grande;

3. identificar alguns agentes que não estão presentes diretamente nos conflitos, mas que são extremamente importantes na conjuntura fundiária da cidade;

1.4 Justificativas e relevância

A (in)sustentabilidade da cidade de Rio Grande, em particular, fez avançar as ideias a serem estabelecidas para a presente pesquisa, como os seus conflitos habitacionais urbanos, com seus agentes e discursos relacionados com as políticas públicas estabelecidas para o uso do solo urbano e como essas políticas estão relacionadas com os projetos da agenda global. Dentre as manifestações que afirmam tal questão, sobre a cidade e suas apropriações, e que consolidaram a justificativa para realizar tal pesquisa, estão a ideia de cidade harmônica e inclusiva³², “a cidade sustentável”, onde a articulação de investimentos econômicos, o “livre mercado”, torna-se a base da política hegemônica global-planetária. Além de outras representações a serem seguidas ou copiadas, que são “funcionais” para o sistema capitalista, no caso, da *cidade global*, a *cidade vitrine* ou a *cidade tecnomaterial (green cities)*, e também aquelas que representam a legitimação das políticas hegemônicas, por meio da governança.

Nesse contexto de cidade funcional para o capitalismo, busca-se identificar quais os “benefícios” dessa denominação, para quem é funcional, quais são as funcionalidades que a cidade ganhou, quem são os agentes envolvidos, enfim, questionar a política urbana hegemônica que há por trás de todo esse desenvolvimento acelerado e “planejado” para a cidade de Rio Grande, partindo da análise dos conflitos habitacionais.

Lembrando que de todas as intervenções que ocorrem na “cidade funcional”, a que, aparentemente, tem maior impacto econômico, tanto negativamente³³ como

³² Estabelecida no 5º Encontro da ONU – Habitat, em março de 2010 no Rio de Janeiro.

³³ Negativamente, porque a cidade, ao se tornar funcional, muitas vezes não está preparada fisicamente, estruturalmente e socialmente para receber, por exemplo, um aumento no fluxo

positivamente³⁴, é a habitacional, pois o mercado fundiário tornou-se o elemento fundamental para a produção e reprodução do capital. Tal elemento é extremamente positivo e funcional economicamente para o Estado e os especuladores imobiliários, mas também extremamente negativo³⁵ e fundamental para a manutenção social dos grupos sociais populares.

Em suma, ao verificar-se a deficiência da efetivação de tal política pública, que é hegemônica e centralizadora, confirma-se a necessidade de homogeneizar e descentralizar essa política para os outros agentes envolvidos, uma vez que esses são os mais prejudicados nas ações do projeto hegemônico em desenvolvimento na cidade.

A fim de proporcionar a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a cidade continue sendo “funcional”, mas tendo funcionalidades e ações que atendam as necessidades habitacionais de todos e não só aos interesses dos atores hegemônicos, é necessário o cumprimento e a legitimação do direito à moradia e à cidade, fundamentados e garantidos perante a lei.

migratório, como aconteceu em Rio grande, a partir de 2006, com a chegada do Polo Naval. Onde a demanda era maior que a oferta, causando assim, um impacto nos preços dos imóveis (SILVA et al., 2012, p. 2).

³⁴ Positivamente. Neste caso, é preciso, responder, pra quem? Para o Estado e para os agentes que estão envolvidos com os programas e os projetos que a cidade funcional acaba sendo incluída. Como aconteceu em Rio Grande, onde a mesma foi incluído ao “Programa Cidades Sustentáveis que tem o objetivo de sensibilizar, mobilizar e oferecer ferramentas para que as cidades brasileiras se desenvolvam de forma econômica, social e ambientalmente sustentável” (*Diário Popular*, 2011, p.24).

³⁵ Refere-se a déficit.

2 REFERENCIAIS E DISCUSSÃO TEÓRICA

Inicialmente a discussão teórica da pesquisa enfatizou o conceito de cidade desde a sua gênese até os dias atuais. Para estabelecer este recorte temporal, destacou-se primeiramente as obras de Henri Lefebvre, autor que apresenta uma vasta escrita sobre esta temática. Aqui serão mencionados, *O Direito à Cidade*, *A Revolução Urbana* e *A Produção do Espaço*³⁶. Para contribuir no entendimento dos conceitos do autor, enfatizou-se dois artigos³⁷, *A contribuição da teoria do espaço de Lefebvre para a análise urbana* de Geraldo Magela Costa³⁸ e *A dialética entre o próximo e o distante: reflexões acerca da cidade e do urbano contemporâneos* de Rainer Randolph³⁹.

Em seguida, serão citados mais três autores, importantíssimos na discussão da produção/reprodução do espaço urbano na atualidade, são eles Ana Fani Carlos, Ermínia Maricato e David Harvey. O estudo da *cidade* e do *espaço urbano* visto por esses autores tem suas peculiaridades, pois eles tratam tais temas sob a ótica da sociedade capitalista contemporânea, enfatizando-os em diferentes abordagens.

Ainda sobre o conceito de cidade, mas numa outra abordagem, considerou-se pertinente discutir as várias denominações que a mesma ganhou nos últimos tempos, como “cidade sustentável”, “cidade inclusiva”, “cidade vitrine”, entre outras. Ambos os conceitos servem para “materializar” essa perspectiva capitalista e centralizadora do período atual.

Além disso, foi fundamentado o conceito de “conflito” que complementa esses conceitos atuais de cidade e que é peça fundamental para o entendimento da proposta de pesquisa.

³⁶ Este livro foi traduzido pelo Grupo “As (in)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG.

³⁷ Ambos os artigos fizeram parte dos anais da Sessão Livre – Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante - X Encontro Anual da ANPUR, Belo Horizonte, 2003.

³⁸ Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

³⁹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.

2.1 Henri Lefebvre e sua abordagem sobre a cidade e o espaço urbano

Em *O direito à cidade*, Henri Lefebvre discorre sobre a importância que a *cidade* assumiu nos últimos tempos, e assim o faz na própria apresentação: “o fenômeno urbano manifesta hoje sua enormidade, desconcertante para a reflexão teórica, para a ação prática e mesmo para a imaginação; sentido e finalidade da industrialização, a sociedade urbana se forma enquanto se procura” (2011, p. 7).

O autor propõe o rompimento da *sistematização* com o intuito de possibilitar novas ações e novos caminhos. Rompe também com o modismo do *urbanismo*, pois este não trata das questões reais vividas pela cidade e pela realidade urbana. Tais rompimentos enfatizam a problemática urbana que se apresenta como o processo de industrialização, o motor das transformações na sociedade e, como tal, caracteriza a sociedade moderna – sociedade urbana, que é o “ponto de partida para a reflexão sobre a nossa época” (LEFEBVRE, 2011, p.11).

De acordo com o autor, a cidade preexiste à industrialização, juntamente com as obras mais belas dessas cidades que datam anteriores ao processo industrial. Nessa conjuntura apresentam-se as cidades oriental, arcaica e medieval, onde elas usufruíam o “valor de uso”. Na cidade medieval, há uma realidade bem complexa e contraditória, pois nela já começam a concentrar a centralização da riqueza por parte dos que dominam, e também se torna móvel os circuitos de trocas.

Nessa linha vão-se formando as redes de cidades, com seus atributos, condicionados a certa divisão de trabalho. Dessa maneira, uma cidade predomina sobre as outras, neste caso, a capital. Forma-se o sistema urbano, onde se distinguem três termos: a *Sociedade*, o *Estado* e a *Cidade*. “Nesse sistema urbano, cada cidade tende a se constituir em sistema fechado, acabado” (idem, 2011, p.13).

E assim, Lefebvre discorre sobre as questões e percepções da cidade e do processo industrial que, como um todo, assaltou e assolou as cidades antigas. Sua reflexão vai além da filosofia, ancorado em formas, funções, estruturas e conteúdos, todos engendrados nos processos contraditórios da dominação dos núcleos urbanos antigos pelo capital industrial moderno e arrasador.

É a partir dessa “mudança radical” para o capitalismo-industrial que começam a ocorrer processos de “implosão-explosão” das grandes concentrações urbanas, atingindo grandes densidades de populações, fato que ocorre até hoje nas médias e grandes cidades do mundo inteiro.

E o direito de morar e não o de habitar, destacados pelo autor na construção dos pavilhões na França do século XIX, questiona-se como ficam essas modificações diante do que ocorreram e ocorrem até hoje no tecido urbano? A crise habitacional já se apresenta após a 2ª guerra mundial, onde “o direito à moradia aflora na consciência social” (LEFEBVRE, 2011, p. 26), onde a habitação não ficou por completo a cargo do Estado, pois, como na cidade atual, ele passa de “planejador urbano enquanto regulador, para empreendedor, promotor do crescimento” (ARAÚJO, 2004, p.49).

Além do direito de morar, surgem na “democracia urbana” outros direitos, “direitos das idades e dos sexos, direitos das condições, direitos à instrução e a educação, direito ao trabalho, à cultura, ao repouso, à saúde” (LEFEBVRE, 2011, p. 117). E finalmente, onde está o direito à cidade? Este deve estar presente além de qualquer outro direito, *como condição humana*, pois a cidade na sua gênese, na sua cotidianidade, apresentava um suporte social de satisfação, nas suas festas, ruas e encontros, e seu direito não pode ser concebido como um simples ato de nostalgia ou passeio turístico.

Em *A revolução urbana*, é feita a caracterização do espaço moderno, onde é ilustrada a gênese da sociedade atual e as possibilidades de sua transformação. Tal sociedade é a “sociedade urbana” que resulta da urbanização completa e que nasce da industrialização. Por isso, várias são as denominações que servem para caracterizar essa sociedade como, sociedade industrial, sociedade pós-industrial, sociedade técnica, sociedade de abundância, sociedade de lazeres e de consumo (idem, 2011, p.13-14).

Para se chegar a este espaço moderno, a agricultura converte-se ao sistema industrial. Dessa maneira, a cidade preexistente, a aldeia, é absorvida e integrada ao consumo de produtos dessa industrialização, e esse processo ocorre instantaneamente, sem muitos recortes temporais. O tecido urbano prolifera-se, estende-se, poupando apenas algumas regiões estagnadas, e a grande cidade explode, ocasionando a “urbanização completa”.

Todavia, para se chegar até essa definição, muitas foram as transformações, e a “revolução urbana” designa esse “conjunto de transformações que a sociedade contemporânea atravessa” (LEFEBVRE, 2011, p. 16-17). E assim, num eixo espacial e temporal, que vai da ausência de urbanização à culminação do processo, o autor estabeleceu essas mudanças.

No marco zero inicial estão os coletores, os pescadores, os caçadores que marcaram e nomearam o espaço. Mais tarde, os camponeses, sedentários ocuparam esses espaços em suas aldeias, com seus cultivos. Em seguida, com o estabelecimento de uma vida social organizada, a *cidade política* se coloca no eixo, perto da origem (idem, 2011, p.18-19).

Na cidade política, a escrita era predominante, já existia um limitado movimento de artesanato e troca, para atender à guerra e ao poder. Somente no final da Idade Média, no ocidente europeu, que se dá a penetração do mercado e dos mercadores na cidade. A partir daí, a praça do mercado tornou-se o centro, agruparam-se a igreja e a prefeitura, e se deu a nova concepção de cidade, junto ao fetichismo da mercadoria.

Assim, surge a *cidade mercantil*, e junto dela, a construção de lojas, pórticos e galerias para os mercadores e compradores estabelecerem a troca comercial, “a cidade não aparece mais, nem mesmo para si mesma, como uma ilha urbana num oceano camponês” (Ibidem, 2011, p.21). Muitas são as transformações na função, forma e estrutura do espaço urbano. O crescimento da cidade comercial implantada na cidade política, prosseguindo sua marca ascendente, precede a emergência do capital industrial, a *cidade industrial*.

A cidade industrial chega à fase máxima do eixo, no ponto, intitulado pelo autor como zona crítica, onde ocorre a implosão-explosão dos conglomerados urbanos. Nessa fase, a industrialização converte-se em realidade dominada no curso de uma crise profunda (ibidem, 2011, p.25).

Nesse instante, a *problemática urbana* insere-se numa “caixa preta”, num vazio, ou mesmo num *campo cego*, um “véu”. Esse campo cego são as relações que não se consegue visualizar, devido às respostas imediatas que a sociedade urbana assim impõe.

Lefebvre ressalta ainda que a *ilusão urbanística*, o *urbanismo*, fruto da sociedade urbana, moderna e industrial, é visto e dissociado pelos humanistas, pelos promotores imobiliários, pelo Estado e pelos tecnocratas da seguinte maneira, “os primeiros propõem utopias abstratas; os segundos vendem urbanismo, ou seja, felicidade, ‘estilo de vida’, ‘status’; quanto aos últimos, sua atividade, assim como o Estado, dissocia-se em vontade e representação, em instituições e ideologias” (LEFEBVRE, 2011, p. 137).

Já em *A produção do espaço*⁴⁰, o autor fala sobre as suas concepções de espaço, “o espaço social”, “arquitetônica espacial”, “do espaço absoluto ao espaço abstrato”, “o espaço contraditório” e “das contradições do espaço ao espaço diferencial”.

Tais títulos englobam toda a intensidade que o conceito de “espaço” possui nas ciências humanas, mais precisamente na Geografia, pois tal espaço apresenta-se constantemente presente nos seus conteúdos, seja na forma cósmica, ou como espaço de produção e reprodução do capital.

O espaço como produto é enfatizado a partir dos argumentos feitos por Lefebvre sobre a Cidade e o Urbano:

Como pensar a Cidade (sua explosão-implosão generalizada o Urbano moderno) sem conceber claramente o espaço que ela ocupa, do qual ela se apropria (ou desapropria)? Impossível pensar a cidade e o urbano moderno, enquanto obras (no sentido amplo e forte da obra de arte que transforma seus materiais), sem de início concebê-los como produtos (2000, p. 3).

Além de pautar um aprofundamento das noções de produção, de produto e suas relações; o conceito de espaço (social) como *base-estrutura-superestrutura*; “ora ele se manifesta no trabalho e nas relações de dominação (propriedade), ora no funcionamento das superestruturas (instituições)” (LEFEBVRE, 2000, p. 5), demonstrando a desigualdade generalizada da prática de tal modo de produção. Além disso, estabelece-se que haja uma mudança no espaço a partir do modo de produção em que o mesmo está inserido.

As observações de ambos os livros foram feitas para enfatizar como foi o processo de constituição da cidade e do espaço urbano como um todo, desde a sua gênese até a atual conjuntura, com suas urgências, interferências, desencontros, avanços e atrasos. Enfim, uma síntese da análise realizada por Lefebvre, que é de extrema importância para se entender a produção/reprodução do espaço urbano. Para contribuir com a leitura de Lefebvre, os dois artigos, a seguir comentados, complementam as teorias do mesmo.

Em *A contribuição da teoria do espaço de Lefebvre para a análise urbana*, Geraldo Magela Costa destaca a *teoria da produção do espaço* de Lefebvre, que constitui uma *economia política do espaço*, onde se difere da economia política

⁴⁰ Ainda não existe tradução oficial publicada de tal obra para o português.

urbana ou da urbanização, defendida por alguns autores. Nesse sentido, tal teoria trata de forma separada a dimensão econômica e política, considerando o capitalismo como um processo, e o espaço como o seu produto (2003, p. 9-11).

Tal teoria baseia-se na seguinte sequência de definições, conceituadas por Lefebvre, que fundamentaram a mesma. O **espaço absoluto**, “religioso e político em caráter, foi um produto com vínculos de consanguinidade, terra e linguagem, mas, dele desenvolveu-se um espaço relativizado e *histórico*”; o **espaço da acumulação**, “a acumulação de todas as riquezas e recursos: conhecimento, tecnologia, dinheiro, objetos preciosos, trabalhos de arte e símbolos”; o **espaço da abstração**, “a atividade produtiva, durante um tempo, torna-se independente do processo de reprodução que perpetuava a vida social, e passa a ser presa da abstração – *espaço da expropriação* – cheio de velhas e novas contradições”; o **espaço social**, ou espaço de valores de uso produzido pela complexa interação de todas as classes na procura da vida cotidiana; por fim e devido à *explosão de espaços*, como define o autor “nem o capitalismo nem o Estado podem manter o caótico e contraditório espaço que eles mesmos produziram”, manifesta-se o **espaço diferencial**, “uma vez que o espaço abstrato tende para a homogeneidade, para a eliminação de diferenças ou particularidades existentes, um novo espaço não pode nascer (ser produzido) a não ser que acentue diferenças” (apud COSTA, 2003, p. 12).

Para o entendimento de tal teoria, é preciso analisar esses espaços, e assim, para analisar a produção do espaço, basta interligá-los com as fases destacadas na “revolução urbana”, dividida pelas cidades antigas e pela cidade atual, observando a mudança social que existe em tal contexto.

Em *A dialética entre o próximo e o distante: reflexões acerca da cidade e do urbano contemporâneos*, Rainer Randolph observa ou tenta formular um movimento de pensamento que desenvolva reflexões sobre as transformações urbanas contemporâneas, partindo dessa oposição. Partindo do pressuposto de que “as sociedades capitalistas com maior e menor grau de industrialização estão sofrendo profundas transformações”, o autor delimita essa hipótese em duas partes, mas sem haver separação entre elas, e sim, compreendendo uma só hipótese. Considera que tais transformações da sociedade capitalista “estão relacionadas, através de uma série de mediações, à crescente incorporação da telemática e das redes

mundiais de computadores em todas as esferas da vida social” e que “envolvem preponderantemente, suas cidades” (2003, p. 35).

Da mesma forma que Randolph incorpora as redes e a informação na transformação da sociedade capitalista-industrial, ele as exclui, pois, apesar de considerá-las como peças fundamentais para a “compreensão das mudanças mais gerais”, há além da difusão dessas tecnologias a ausência das mesmas em determinados territórios e em certos grupos sociais (2003, p. 35). Tais abordagens, de acordo com o autor, causam “impactos” no/ao espaço, pelo desaparecimento e pelo encolhimento que tais tecnologias ocasionam a ele.

Tal espaço faz parte da investigação enunciada anteriormente, pois, em conjunto com o pensamento de Lefebvre, ele dissocia a dialética das sociedades capitalistas, que são questões em debate desde a gênese da *cidade*.

A concretização do espaço social (condição e produto) na cidade industrial, considerado por Lefebvre, também como um espaço abstrato, que se finaliza a contradição entre o campo e a cidade e há uma ameaça ao próprio urbano, já que se torna o *locus* da homogeneização da sociedade. Assim, acentua-se a necessidade “de uma nova sociedade e de um novo espaço urbanizado”; “o espaço abstrato da sociedade industrial transforma-se no ‘espaço diferencial’ da sociedade urbana” (RANDOLPH, 2003, p.37).

Para atender a essa “nova sociedade” e esse “novo espaço urbanizado”, faz-se necessária a dialética de Lefebvre, pois é preciso haver a “superação de oposições e separações que seriam transformadas, nesta passagem, em diferenças imanentes” (idem, 2003, p.38), entre elas, a relação do próximo e do distante, relacionando as mudanças mais gerais da e na sociedade capitalista.

Para finalizar a discussão que o autor faz sobre a dialética do próximo e do distante, relacionada com as transformações na sociedade contemporânea, destaca-se a distinção analítica que o mesmo discorre. Num primeiro momento, há a compreensão dos diferentes termos temporais, o *atual* ou *não-atual*, articulados a termos de acessibilidade ou disponibilidade, o *real* e o *virtual*. “O próximo é o ‘atual/imediato’ – este, tendencialmente, é o ‘real’; o ‘distante’ pode ter diferentes significados” (RANDOLPH, 2003, p. 40).

Há também a discussão sobre o físico/próximo e o mental e/ou social/distante, ou inversamente. Nesse sentido, o autor denomina de teoria unitária “os diferentes ‘momentos inseparáveis’ da produção (total) do espaço na qual pode

se vislumbrar uma dialética entre o ‘próximo’ e algo ‘distante’ (Idem, 2003, p.41)”. Outra contribuição dessa dialética está na ‘aproximação’ à oposição entre o próximo e o distante, onde tal interpretação refere-se a experiências espaciais e às necessidades sociais da cidade contemporânea.

2.2 A cidade e o espaço urbano por outros autores

Além de Lefebvre, também se trabalhou com outros autores que tratam da cidade e do urbano – Ana Fani A. Carlos, Ermínia Maricato e David Harvey. A seguir se verá como cada um deles entende a cidade e a produção do espaço urbano.

Em *A condição espacial*, Ana Fani Carlos aponta a *questão espacial* como sendo “a produção do espaço como imanente à produção da sociedade no movimento (histórico) de sua reprodução” (2011, p.9). Nesse sentido, determina que toda a ação e prática realizada pelos sujeitos derivam do movimento da construção da humanidade ao longo de sua história, constituindo complementaridades. O hoje é uma construção do passado, que será certamente elemento essencial para a prática do novo.

Enfatiza as mudanças, as metamorfoses do período atual em todas as instâncias. Em especial, no campo da pesquisa, a autora discorre que “não há verdades eternas, mas um pensamento em mudança constante, exigindo sempre novos parâmetros que solapam os antigos paradigmas...” (Idem, 2011, p.13). Além disso, as ações sociais também estão associadas, indiscutivelmente, às transformações do/no tempo.

Na organização da produção/reprodução do espaço urbano, tais transformações denotam a lógica da produção capitalista, onde o valor de troca, “determina os contornos e sentidos da apropriação do espaço, pelos membros desta sociedade” (CARLOS, 2011, p. 64) define, dessa forma, a expansão da mercadoria na vida cotidiana.

No que tange a problemática da habitação, esta também se tornou uma mercadoria, com “finalidade utilitária”. Assim, Ana Fani Carlos coloca que

É o momento em que a apropriação passa a ser definida no âmbito do mundo da mercadoria, no qual o uso é redefinido pela constituição do ‘mundo’ da propriedade privada, submetido ao império da troca – pela mediação do mercado e da troca – num processo em que o espaço se reproduz enquanto mercadoria cambiável delimitando os usos e lugares sujeitos à apropriação diante da fragmentação imposta pelo sentido e amplitude da generalização da propriedade privada no solo, como expressão da propriedade privada da riqueza (CARLOS, 2011, p. 65).

Além de caracterizar a *finalidade utilitária* da mercadoria como um todo, Ana Fani Carlos considera “os vários níveis da realidade enquanto momentos diferenciados da reprodução geral da sociedade em sua complexidade” (2011, p. 70). Nesse contexto, a autora condiciona os sujeitos da produção do espaço, o Estado, o capital, o financeiro e os demais sujeitos sociais fundamentais para a constituição da práxis socioespacial.

Entre as relações dos níveis e das escalas na produção do espaço, compreendidos nas tensões da realidade cotidiana, estão o nível econômico, o nível político e o nível social; e as escalas no espaço mundial e no lugar que ambos condicionam, o global e o local. No nível econômico são compreendidas as necessidades da reprodução do capital; “no nível político envolve, como *condição* para a sua realização, a existência do território definido como ação do Estado através da mediação do poder local”; e no nível social, os dois níveis posteriores estão imbricados e dialogam nele, pois é nesse nível que se difundem as relações sociais (CARLOS, 2011, p.77). Já nas escalas, Ana Fani Carlos destaca uma interação entre o mundial e o lugar já que um complementa o outro.

Já a autora Ermínia Maricato, em seu livro *O impasse da política urbana no Brasil*, discorre sobre o fim de um ciclo, o ciclo caracterizado pelos movimentos sociais e o início de uma nova fase da governabilidade do país, onde as propostas de reforma urbana e, em especial, de regularização fundiária são demandas a serem conquistadas, junto ao novo ministério, o Ministério das Cidades do governo Lula.

Maricato discorre sobre o seu conhecimento nas políticas públicas em torno da temática da Reforma Urbana e, em especial, da sua militância até chegar a ser convidada para participar do Ministério das Cidades. Junto com o primeiro ministro das Cidades, Olívio Dutra, este com experiência de governar, muitas foram as iniciativas para instaurar novas propostas para habitação de interesse popular em todo o país. Entre essas propostas estavam a regularização fundiária, reabilitação

das tradicionais áreas urbanas centrais, cidades de fronteira, prevenção de riscos de desmoronamentos e combate aos vazios urbanos com a aplicação do Estatuto da Cidade (2011, p. 27).

Mesmo com a criação do ministério, as cidades brasileiras, em especial o município de Rio Grande, continuam com os problemas fundiários, pois, apesar dos diversos programas e projetos, como o PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida, tão comentados e publicizados pela mídia, a situação do direito à cidade e do direito à moradia, como já referido, permanecem sem grandes mudanças.

Considerado como um dos principais problemas sociais urbanos da atualidade, no Brasil, a habitação apresenta um grande déficit. O mesmo revela-se defasado no que tange a habitação de interesse popular. Além disso, ainda ocorrem as *higienizações* nas cidades, dos centros para as periferias, principalmente com a mudança do *capitalismo brasileiro* e com os megaprojetos e os megaeventos⁴¹ instaurados pela nova política desenvolvimentista.

Portanto, as mudanças que estão ocorrendo em todos os âmbitos da sociedade brasileira, desde a supervalorização de investimentos no setor produtivo e as fusões de empresas nacionais com empresas estrangeiras, além de diversos programas de incentivos, ambas com o intuito de crescimento econômico do país, tendo como fator principal o interesse econômico dos capitalistas e não os interesses da população como um todo.

No livro *O enigma do capital e as crises do capitalismo*⁴², no primeiro capítulo, “A crise”, David Harvey enfatiza as crises financeiro-econômicas que ocorreram e continuam ocorrendo no sistema capitalista, a partir da metade do século XX, tendo como a “mãe de todas as crises” a crise de 2008 nos EUA, que afetou o mundo inteiro, desde o comércio global exportador, como a queda de preços do petróleo e o desemprego em massa em alguns países, a exemplo da China. Nos EUA, essa crise já vinha se anunciando, com ondas de despejos em bairros de baixa renda em 2006; e, em 2007, os despejos se proliferaram para os bairros da classe média branca, foi

⁴¹ São “eventos de duração limitada, de grande atração turística e com grande capacidade de atrair investimentos públicos e privados; a opção de sediar um megaevento normalmente é motivada por uma série de fatores: interesse publicitário em tornar a cidade competitiva, com atração de maior número de turistas, remodelamento da imagem da cidade perante a comunidade internacional, interesses eleitorais, atração de capital para investimentos nas obras de infraestrutura, serviços e desenvolvimento”. Conceito retirado da *Cartilha do Instituto Pólis de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais* - Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2012, p. 8.

⁴² Justifico a minha escolha por este livro de David Harvey, pois o mesmo, trata da crise imobiliária dos Estados Unidos que afetou toda a economia mundial.

daí que as autoridades começaram a considerar que algo de diferente estava acontecendo.

O aumento de hipotecas, os valores das casas despencando, casas abandonadas, ruas e condomínios vazios era o cenário do país, por onde passavam os investimentos mundiais mais significantes. Nesse momento, tremores fatais afetavam os poderosos bancos dos EUA e Wall Street estava ameaçada, e só um plano de socorro do governo poderia restaurar a sua confiança no sistema financeiro. E assim, conseguiram 700 milhões de dólares do congresso e do Presidente Bush, mas não adiantou muito, pois o mercado continuou congelado e a crise não foi controlada (HARVEY, 2011, p. 8 -12).

Para entender melhor tal situação, David Harvey descreve todas as “crises consideráveis”, desde a primeira que ocorreu em 1973 (que também teve como fator primordial, o mercado imobiliário), mas também coloca a par de todos os manejos que o sistema capitalista propõe para o seu desenvolvimento. Quando teve escassez de mão-de-obra, foi estimulada a imigração; buscou-se a tecnologia; o capital também optou pelo trabalho feminino; e, para finalizar, o crédito para todos (este influenciou os financiamentos por habitação). Dessa maneira, conclui-se com o princípio pragmático de Harvey para a década de 80 “o poder do Estado deve proteger as instituições financeiras a todo custo” (2011, p. 16), em suma, o Estado ampara os sujeitos dominantes (o próprio Estado, os promotores imobiliários...) de qualquer fragilidade que o mercado estiver prestes a passar, mesmo que essa proteção aniquile as relações sociais secundárias.

2.3 Os conceitos de cidade apresentados para o período atual

No cenário mundial, a “sustentabilidade urbana”, a “cidade sustentável”, a “cidade global”, entre outras denominações, aparecem nos discursos da agenda mundial e servem de suportes para a consolidação de projetos e políticas urbanas da sociedade atual. Com as transformações mundiais na economia e nas estruturas desenvolvimentistas dos e nos países capitalistas (“desenvolvidos” e/ou “em desenvolvimento”), é grande a “incerteza quanto ao futuro das cidades” e este “tem proporcionado um campo fértil para a proliferação de modelos de gestão urbana e

estratégicas de desenvolvimento local elaborados por agências multilaterais e consultores internacionais” (COMPANS, 2009, p.121).

Ainda conforme Rose Compans, há entre os governos e organizações da sociedade civil dois principais modelos de cidade na conjuntura atual, os de “cidades sustentáveis” e “cidades globais”. Como sugere a autora, a “cidade sustentável” é para os organismos internacionais uma “extensão” da operacionalização do termo de “desenvolvimento sustentável”, utilizado para ostentar discursos e satisfazer a lógica do mercado industrial-capitalista como um todo (idem, 2009, p.122).

Na mesma dimensão da funcionalidade teórico-ideológico de sustentabilidade, a expressão *global cities*⁴³ ocupa em várias cidades mundiais⁴⁴ o sentido de uma “rede global de fluxos econômicos”, concentrando recursos e tecnologias financeiras avançadas. Isso leva a concluir que, nesse modelo de cidade, a articulação entre o “local e o global” são expressões minimizadas pela abertura de capital oferecida para as mesmas. Dessa maneira, para complementar esse sentido escalar das relações entre as cidades globais, cita-se Borja e Castells, quando mencionam que “a fonte dos novos processos de transformação urbana e, portanto, os pontos de incidência de políticas urbanas, locais e globais são capazes de inverter o processo de deterioração da qualidade de vida nas cidades” (apud COMPANS, 2009, p.123).

Outra expressão do modelo hegemônico de cidade é o de *cidade durável*⁴⁵, que enfatiza o tempo-espço das relações de produção/reprodução da competitividade das cidades globais. Tal característica torna ágeis as trocas no mercado. Assim, propõe Cyria Emelianoff, “a cidade global ambiciona economizar o tempo. Ela gera simultaneamente as culturas da urgência, da urgência econômica, do excesso de trabalho e da hipermobilidade para alguns, de urgência social, da precariedade e do cativeiro para outros” (apud COMPANS, 2009, p. 125). Além dessas denominações existem também a *cidade vitrine* (Curitiba, Barcelona, etc.) ou a *cidade tecnomaterial* (*green cities*) e também aquelas que representam a

⁴³ Proposta por Saskia Sassen, em 1991, “para designar os pontos nodais dos fluxos financeiros, a partir dos quais se obtém o controle global dos mercados financeiros secundários e sítios de produção dispersos, dado que o investimento estrangeiro direto ocorre cada vez mais por meio do mercado de ações e de títulos” (apud COMPANS, 2009, p.122).

⁴⁴ Cidades como Nova York, Londres e Tóquio são exemplos de cidades tituladas “globais”.

⁴⁵ Representação titulada por Cyria Emelianoff, em 1997, “onde privilegia as dimensões ecológica e cultural, o longo prazo e a articulação das escalas espaciais – o desenvolvimento local e global – e temporais – os ritmos urbanos” (apud COMPANS, 2009, p. 124).

legitimação das políticas hegemônicas, por meio da governança, por exemplo Porto Alegre, ambas funcionais para o sistema vigente.

Como exemplo, tem-se a própria cidade em estudo que, em 2011, participou com o apoio das autoridades locais na época do Programa Cidades Sustentáveis (evento já mencionado). Tal programa nacional tem o objetivo de sensibilizar, mobilizar e oferecer ferramentas para que as cidades brasileiras se desenvolvam de forma econômica, social e ambientalmente sustentável. Além disso, a proposta consiste numa agenda de sustentabilidade urbana de 12 eixos temáticos, nas dimensões social, ambiental, econômica, cultural e política, e de indicadores que formam a base da gestão municipal para a sustentabilidade⁴⁶.

Analisando as propostas de cidade, as políticas urbanas ou a sustentabilidade urbana, de acordo com Henri Acselrad, relacionam duas possibilidades de aproximação teórica ou de interpretação das mesmas: uma via simbólica, onde se pretende atuar sobre as condições de legitimidade das políticas e práticas urbanas; e uma via prática, onde a pretensão é de atuar sobre as condições e formas de acesso aos recursos ambientais urbanos.

Na sustentabilidade simbólica, a cidade é vista como um objeto estético ou cultural que deve atrair a competição global, tendo como essência a funcionalidade, onde os propósitos da globalização financeira e especuladora incluem a cidade a um pensamento único, a um ambiente único: o ambiente dos negócios. Na sustentabilidade prática, há dois projetos a serem observados, o de uma modernização ecológica das cidades, onde “a cidade é uma matriz técnica de consumo e transformação de matéria e energia”; e o da justiça ambiental urbana, onde “a cidade é um espaço político, visando à redefinição da duração das cidades não somente em sua materialidade, mas enquanto institucionalidade e espaços de direitos” (ACSELRAD, 2010, p. 296-299). Numa perspectiva democrática e de justiça ambiental, o “espaço político” ganha importância como possibilidade de expressão dos conflitos que decorrem do confronto de diferentes projetos para a cidade.

⁴⁶ *Diário Popular*, 20 ago. 2011, p. 24.

2.4. O conflito, seus agentes e suas escalas

Ao mencionar todas essas transformações da cidade funcional para o cenário econômico vigente, estabelecida e legitimada pela aniquilação dos capitalistas, verifica-se que tal otimização, tal ampliação e tal mercadorização de tudo e de todos geram os conflitos. Conforme enfatiza Acselrad, esses conflitos “são a expressão viva da percepção social da irreprodutibilidade das práticas espaciais nas cidades” (2010, p. 301), não só nas cidades, mas em todo o lugar que o capital possa explorar e investir.

Dessa maneira, como se sabe, essa irreprodutibilidade é concretizada pelas práticas dos agentes envolvidos nos projetos e nas ações que interessam o bem comum dos mesmos. No entanto, há certa ausência de práticas e iniciativas para o bem comum de todos, infraestrutura, serviços públicos, enfim, os direitos que estão assegurados na legislação, que na prática não atendem a grande maioria. Neste caso, os conflitos servem para legitimar que não há harmonia⁴⁷, estabilidade, sustentabilidade entre essas práticas, e sim a necessidade de se ter tais manifestações.

O conflito, no entanto, é positivo, pois afirma a potencialidade que uma sociedade, um grupo podem ocasionar numa determinada situação. Atualmente, vários projetos⁴⁸, sites⁴⁹, blogs⁵⁰ estão sendo criados e mantidos com a função de denunciar e publicizar as demandas dessas manifestações, tendo como intenção principal o acolhimento de informações sobre as mais variadas violações de direitos. Entre essas violações de direitos estão as violações dos direitos humanos no âmbito de *megaprojetos* e *megaeventos* constatados no atual cenário mundial.

No Brasil, tais intervenções estão ocorrendo em grande escala, e os conflitos paralelamente. No caso dos megaeventos esportivos, são a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016), projetos caros, visíveis e impactantes. Tais projetos não mensuram abertamente os impactos que serão gerados às comunidades atingidas,

⁴⁷ Refiro-me ao conceito de *cidade harmônica*, onde são articulados investimentos econômicos e o “livre mercado” tornando-se a base da política hegemônica global-planetária - estabelecido e discutido pela ONU – HABITAT no encontro em 2010 no Rio de Janeiro (FREITAS, 2012, p. 5).

⁴⁸ “Mapeamento dos conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde”, feito por convênio entre a Fiocruz-MS e a ONG Fase, do RJ, coordenado por Tânia Pacheco e Marcelo Firpo Porto. <http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br/>

⁴⁹ OilWatch - <http://www.oilwatch.org/>

⁵⁰ “Combate ao racismo ambiental”, vinculado a um dos GTs da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. <http://racismoambiental.net.br/>

intensificando o desrespeito aos direitos humanos, entre eles, o direito à cidade, à moradia, ao meio ambiente, enfim, à dignidade da pessoa humana. Por exemplo, em Porto Alegre – RS, diversas comunidades foram desalojadas e deslocadas para outros lugares, por motivos de obras nos estádios, aberturas de avenidas, enfim, a cidade e a sua população dançam a música do desenvolvimento.

Os megaprojetos também geram inúmeros desconfortos às comunidades envolvidas, pois, igualmente aos megaeventos, o planejamento, o desenvolvimento, enfim, o desenrolar das obras ficam em sigilo, a não ser as propagandas de divulgação, verdadeiros enganos. São megaobras que envolvem todo um contexto econômico e social da área envolvida. Em suma, são grandes intervenções do capital em espaços já consolidados pela população, mas que, por diversos motivos, são expropriados.

A maioria dessas intervenções do capital gera nas cidades envolvidas os conflitos habitacionais, onde a população desprovida de recursos é deslocada para a periferia da periferia, ocorrendo certa higienização dos centros.

Em Rio Grande, há uma grande mobilização no que diz respeito a esses conflitos. Como já mencionado, o município está passando por esse processo acelerado de desenvolvimento, seja pelo Polo Naval, pela construção das plataformas de petróleo, pelos shoppings centers anunciados e pela construção de moradias – condomínios fechados de classe média. Vários empreendimentos de escala local⁵¹, regional⁵² e global⁵³ estão sendo anunciados e consolidados no município.

⁵¹ Como empreendimento de escala local, destaca-se, o “lançamento” do Figueiras Park – Condomínio Residencial da Ongaratto Incorporadora, “localizado na avenida Santos Dumont, bairro Junção, tem diferenciais que o tornam uma área de excelência”. Entre as suas atribuições estão: “energia elétrica, através de cabos subterrâneos, e irrigação automatizada fazem parte das novidades em termos residenciais”. Além disso, o residencial será o “primeiro condomínio do Município a possuir estação de tratamento de esgoto próprio” (*Jornal Agora*, 30 abr.-01 maio 2011, p. 5).

⁵² Em relação à escala regional, é o investimento milionário que foi apresentado à Prefeitura Municipal pela Aquário Empreendimentos Imobiliários. O mesmo é um complexo apresentando um “shopping Center com quase 150 lojas, cinco salas de cinema, dois prédios comerciais, um hotel cinco estrelas, um complexo habitacional e uma escola”. “O ponto está localizado ao lado do Parque São Pedro, pela Rodovia ERS-734, que liga o Centro ao Cassino”. “O investimento é na ordem de R\$800 milhões” (*Diário Popular*, 23 mar. 2011, p. 7).

⁵³ No caso da escala global, o próprio Polo Naval em conjunto com a Petrobras serve como exemplo, pois este gera negócios bilionários, tanto pela construção de plataformas, como também pela funcionalidade do pré-sal brasileiro. “Somente entre 2011 e 2015 os investimentos da estatal serão de US\$ 224 bilhões em 668 projetos, sendo que 5% deles serão feitos no exterior e os demais no Brasil, que receberá investimentos de US\$ 213 bilhões” (*Folha Gaúcha*, 27 ago.-02 set. 2011, p. 3).



Figura 1: Anúncio Figueiras Park – Condomínio Residencial

Fonte: anúncio comercial Marcos Otero.

Disponível em: <<http://www.marcosoteroimoveis.com.br/site/?conteudo=figueiras>>. Acesso em: 12 maio 2014.



Figura 2: Anúncio do Parque Shopping

Fonte: reportagem “Parque Shopping Rio Grande será lançado comercialmente hoje”.

Disponível em: <<http://www.caminhosdazonasul.com/2012/11/parque-shopping-rio-grande-sera-lancado-comercialmente-hoje/>>. Acesso em: 12 maio 2014.



Figura 3: Estaleiro Rio Grande – casco da Plataforma P-55

Fonte: reportagem “Petrobras realiza operação inédita em plataforma no Polo Naval de Rio Grande (RS)”.

Disponível em: <<http://fatosedados.blogspot.com.br/2012/07/08/petrobras-realiza-operacao-inedita-em-plataforma-no-polo-naval-de-rio-grande-rs/>>. Acesso em: 12 maio 2014.

Para compreender os conflitos, os autores Andréa Zhouri e Klemens Laschefski propuseram a identificação dos mesmos, numa categorização analítica dividida em três modalidades. A categorização compreende os conflitos ambientais, *distributivos*, derivados das desigualdades sociais no acesso e na utilização dos recursos naturais; *espaciais*, engendrados pelos efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais; e *territoriais*, relacionados à apropriação capitalista da base territorial de grupos sociais.

Tal categorização facilita a visualização da problemática em torno da apropriação social do solo, tendo como ênfase o valor de troca, minimizando as relações sociais de valor de uso. Ainda, os autores destacam, “por meio destes conflitos exprimem-se as contradições do agenciamento espacial de atividades e formas sociais de uso e de apropriação dos recursos territorializados” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 5).

Sendo assim, para entender a tal lógica do capital, é preciso ir a fundo, entrar nas entrelinhas do mesmo, sem que este aprofundamento não crie as dependências que pertencem a sua lógica. É necessário difundir a problemática desse sistema, corrompido pelo ter demasiadamente e, como enfatiza Sevá, “tornar claro como, quando e quem é diretamente prejudicado, vítima de injustiça, de injúria, de opressão e de violência. E explicar tudo isso, a cada vez, a quantos for possível, enquanto for possível” (2012, p. 25).

3 METODOLOGIA

3.1 Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo

A proposta metodológica empregada na pesquisa apresenta-se dentro de uma perspectiva qualitativa e da inserção da análise de conteúdo ou documental⁵⁴, em razão da tipologia do material que foi analisado. O material utilizado partiu do acervo de dados do Observatório de Conflitos Urbanos e Socioambientais no Extremo Sul do Brasil⁵⁵ e também dos dados levantados pela presente pesquisadora. Ambos os dados partem do levantamento impresso de jornais da região e, no caso específico desta pesquisa, de material que contextualize os conflitos habitacionais.

Considerado como um meio formal de comunicação, o jornal, até certo ponto, pode ser um indicador de visão de mundo, mas o pesquisador social deve reconhecer suas falsas pretensões de representação (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2011, p. 22). Neste caso, “os dados formais reconstroem as maneiras pelas quais a realidade social é representada por um grupo social” (idem, 2011, p. 22).

Ainda sob a visão dos autores, pode-se dizer que “a pesquisa social, portanto, apoia-se em dados sociais – dados sobre o mundo social – que são o resultado, e são construídos nos processos de comunicação” (2011, p. 20). Dessa maneira, as interpretações dos conflitos habitacionais, através de textos e artigos de jornais, resultam de dados pré-interpretados do mundo social que, de certa forma, faz-se necessária a sua contextualização.

É nesse sentido que a pesquisa qualitativa contribui para tal contexto. A mesma “lida com interpretações das realidades sociais” (Ibidem, 2011, p.23). Sendo assim, através dos conflitos habitacionais selecionados, a pesquisa qualitativa guia a análise dos dados levantados e fundamenta a interpretação com observações mais

⁵⁴ Segundo a autora Sonia Virgínia Moreira, a análise documental “compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim” (2012, p. 271).

⁵⁵ Organizado e sistematizado pelo Grupo de Pesquisa Política, Natureza e Cidade, da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, coordenado pelo Prof. Dr. Carlos R. S. Machado do Instituto de Educação – IE. Site: <http://www.observaconflictos.ippur.ufrj.br/extremossul/ajax/indexajax2.asp>

detalhadas (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2011, p. 26) das realidades sociais interpretada nos mesmos.

Além disso, a interpretação das realidades sociais, na pesquisa qualitativa, remete-se ao subjetivo, logo, na construção de diferentes visões de mundo, tanto nas representações culturais como nas socioespaciais. Assim, o pesquisador permite-se utilizar materiais empíricos como estudo de caso (caso específico da presente pesquisa), histórias de vida, entrevistas, entre outras possibilidades, sempre buscando práticas que consigam resultar no cenário pretendido do estudo. Contudo, tais processos interpretativos remontam a produção/reprodução dos conteúdos e práticas contextualizadas que fazem parte da constituição dos indivíduos e da sociedade como um todo.

Cabe salientar, ainda, que “a pesquisa qualitativa pode ser agora considerada como sendo uma estratégia de pesquisa independente, sem qualquer conexão funcional com o levantamento ou com outra pesquisa quantitativa (independente)” (idem, 2011, p. 26). Dessa maneira, ela torna-se autônoma nos seus projetos, diferenciando-se da limitação de outros métodos de pesquisa, no caso, o quantitativo.

Na análise de conteúdo, aborda-se o qualitativo, porque se “verifica o teor, o conteúdo do material selecionado para análise” e o quantitativo, “caso a finalidade do levantamento seja reunir quantidades de informação em contextos identificados como essenciais para o *corpus* da análise” (MOREIRA, 2012, p. 272).

Hoje a análise de conteúdo “oscila entre esses dois polos, ora valorizando o aspecto quantitativo, ora o qualitativo, dependendo da ideologia e dos interesses do pesquisador” (FONSECA JR., 2012, p. 285). Embora considerado por alguns pesquisadores como um método desqualificado, até mesmo com herança positivista, a análise de conteúdo contribuiu na pesquisa, através da eficácia da técnica documental do material que foi utilizado, pois, “muito mais que localizar, identificar, organizar e avaliar textos, [...], funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos” (idem, 2012, p. 276).

Apesar da pesquisa não considerar o aspecto quantitativo, considera a análise de conteúdo, pelo fato da mesma assumir a importância dos registros documentais na interpretação e na elaboração da pesquisa social. Além disso, ela contextualiza a interlocução dos conteúdos específicos com informações que complementem os mesmos.

Assim discorre Moreira:

Além da pesquisa do objeto específico faz-se necessária à apuração paralela e simultânea de informações que complementem os dados coletados. A contextualização é imperativa para o pesquisador que pretenda concretizar um projeto de análise documental (2012, p. 275).

Sendo assim, na análise dos conflitos habitacionais foram feitas, durante toda a pesquisa, descrições e anotações que complementam a contextualização dos mesmos. Em suma, “à caracterização e à descrição dos documentos somam-se as anotações e os comentários pessoais elaborados no momento do exame detalhado do material” (idem, 2012, p. 276).

Para complementar, é importante compreender que a produção do conhecimento na sociedade moderna abrange simultaneamente dois campos que se convergem e se divergem entre si, o conhecimento oriundo do senso comum e o conhecimento científico. “O primeiro campo é compreendido como o conhecimento que emana da experiência cotidiana, necessário à vida e aleatório, e o segundo, o conhecimento científico, é intencional, voluntário e metódico” (SILVA; SILVA; JUNCKES, 2009, p. 18).

Além disso, essa relação entre o senso comum com o conhecimento científico faz tornar obrigatório alguns recursos metodológicos, ou seja, “o objeto de estudo como parte de um todo”, “o objeto singular como um representante do universal”, “o objeto como manifestação aparente de que se necessita desvendar a essência” e “o objeto de estudo como resultado de um passado” (idem, 2009, p. 18-19).

3.2 O conflito social e a dialética

O conflito social está inerentemente ligado à postura metodológica da dialética, pois a mesma se consolida através da realidade social. Essa tal realidade é constituída de historicidade, sendo o “*locus* próprio da dialética” (DEMO, 2011, p. 89).

A historicidade é feita de fenômenos históricos que preexistem no cotidiano da cidade. Sendo assim, a dialética faz parte do devir social como um todo, mas

pode-se aplicar tal método a “microfenômenos, à comunidade, por exemplo, embora prevaleça o sentido da totalidade” (DEMO, 2011, p.90).

É nesse sentido que a pesquisa perpassa a dimensão dialética, pois todo conflito atua sob uma determinada realidade social, tendo em si a sua peculiaridade. Essa realidade é constituída historicamente por transformações, sejam elas, de escala global ou de escala local. Todo esse processo está sempre em “transição” (idem, 2011, p. 90).

Ainda segundo Demo,

Se, de um lado, as transformações históricas se dão de maneira estruturada, porque não são caos, nem pura veleidade humana, nem intromissão dos deuses, de outro, aportam formações inovadoras, nas quais predomina o novo sobre o velho. O que acontece na história é historicamente condicionado, e por isso não se produz o totalmente novo que não tivesse condicionamento histórico, pois já seria um ato de **criação** (2011, p. 90).

A produção do *novo sobre o velho* é típica do sistema econômico e político que vigia a nossa sociedade, pois, dessa maneira, sempre terá novos mercados, novos lugares para a absorção do capital⁵⁶. Contudo, o novo, de certa maneira, não o é, já que existe dentro de suas limitações e contradições.

Outro aspecto é a criação do conflito social, ou a duração do mesmo. O conflito já existe dentro da sua conjuntura de elemento fundamental na historicidade humana. A sua superação poderá ou não existir, mas será retomada na continuidade das relações sociais, que nunca terão fim.

No caso do conflito habitacional, sendo a moradia sua peça fundamental, é uma variável que preexiste a cidade industrial, pois, a partir do momento que o ser humano se tornou sedentário, lá na pré-história, já condicionava a moradia como um elemento determinante para a sua sobrevivência e dignidade. Entretanto, nesse momento histórico, a moradia tinha outro valor, o *valor de uso*, diferente do valor capitalista, o *valor de troca*.

A dialética, por absorver a totalidade da realidade social, concerne o confronto de ideias opostas engendradas nos conflitos de interesses e disputas no cotidiano. Tal confronto de interesses e disputas é característica intrínseca da

⁵⁶ É o caso da indústria naval, que já passou e, em alguns casos, ainda permanece, por diferentes regiões do país, como exemplo, Suape (Pernambuco). Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/JC/especial/penovageracao/pub2/m2.html>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

habitação de interesse social e da especulação imobiliária que assola a atual conjuntura econômica. Diante disso, só há uma maneira para superar tal conflito, ou amenizar o mesmo, seria a efetivação das políticas públicas existentes.

De certa maneira, é necessário que haja as duas partes, pois tal dualidade, faz parte da essência do *devir*⁵⁷ humano.

Na história, as faces sempre dialogam, porque são atores (grifo meu agentes). Dialogam dialeticamente, ou seja, no campo eletrificado do conflito, em que entendimento e desentendimento são partes integrantes da totalidade comunicativa. Porque diálogo autêntico é uma contrária. Entre partes idênticas não há comunicação; há monólogo, pois duas coisas idênticas são uma só. Para haver diálogo é mister a polarização de interesses contrários (contrariados) (DEMO, 2011, p. 97).

3.3. Levantamento de dados: identificação, distribuição e categorização dos conflitos habitacionais

A pesquisa partiu da identificação dos conflitos habitacionais, no período entre 2010 e 2013, tendo como base de dados o acervo do “Observatório de Conflitos Urbanos e Socioambientais no Extremo Sul do Brasil”⁵⁸ e o acervo de dados da presente pesquisadora. Além dos conflitos, foram separados artigos de jornais⁵⁹ que ajudaram no entendimento da dinâmica econômica presente no município. Em ambos os casos, o suporte utilizado na pesquisa foram jornais da região.

Ao identificar os conflitos, estes foram distribuídos num mapa geral, tendo como base o mapa do perímetro urbano da cidade de Rio Grande. Concomitantemente, cada conflito foi colocado num quadro separado, com as seguintes definições⁶⁰: data da manifestação, data da fonte, local do conflito (área em disputa), local da manifestação, demandas, demandantes, demandados, forma de conflito, fonte da informação, apoios, descrição e agentes envolvidos.

⁵⁷ “Em Hegel, o *devir* constitui a síntese dialética do ser e do não ser, pois tudo o que existe é contraditório estando, por isso mesmo, sujeito a desaparecer (o que constitui um elemento constante de renovação)” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p. 72).

⁵⁸ Dados disponíveis em: <http://www.observaconflictos.ippur.ufrj.br/extremossul/ajax/indexajax2.asp>

⁵⁹ Acervo da pesquisadora, do Observatório de Conflitos e do NAU – Núcleo de Análises Urbanas - da Universidade Federal do Rio Grande – RS/FURG, ambos serão anexados.

⁶⁰ Definições que já são utilizadas na metodologia de pesquisa do Observatório de Conflitos Urbanos e Socioambientais no Extremo Sul do Brasil, que está disponível no *site* do mesmo.

Após, foram selecionados os três conflitos que se encaixavam na categorização analítica das três modalidades de conflitos ambientais⁶¹ dos autores Andréa Zhouri e Klemens Laschefski.

3.4. Análise dos conflitos habitacionais junto às políticas públicas

Após a identificação dos conflitos habitacionais, a distribuição deles no mapa geral dos conflitos e a categorização dos conflitos selecionados, foi feita a análise das políticas públicas de uso do solo no município. Tal análise consolida-se a partir do entendimento que tais políticas devem promover e legitimar o direito e o acesso à moradia digna para todos os segmentos da população, priorizando a população de baixa renda.

A pesquisa utilizou como parâmetro as ZEIS⁶², que é um instrumento de política urbana, sob instância federal, com legislação específica. O mesmo deve ser estabelecido, podendo “interferir na lógica de formação de preços no mercado imobiliário” – trecho retirado do Guia para Delimitação e Regulamentação de Zonas Especiais de Interesse Social ZEIS de Vazios Urbanos (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2009, p. 11).

O guia ainda destaca os objetivos das ZEIS:

estabelecer condições urbanísticas especiais para a urbanização e regularização fundiária dos assentamentos precários; ampliar a oferta de terra para produção de habitação de interesse social (HIS); estimular e garantir a participação da população em todas as etapas de implementação (idem, 2009, p. 17).

Traz também a definição de ZEIS criada pela mesma legislação que regulamentou o PMCMV “parcela de área urbana instituída pelo Plano Diretor ou definida por outra lei municipal, destinada predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento do solo (Art. 47, inciso V, da Lei 11. 977/09)” (idem, 2009, p. 17).

E mencionam-se os dois tipos básicos de ZEIS:

⁶¹ Na escolha de tal categorização, detectou-se a necessidade de adaptação de tais *conflitos ambientais* para os *conflitos habitacionais*. Logo o conceito ambiental, remete-se a totalidade das relações sociais.

⁶² ZEIS – Zona Especial de Interesse Social.

ZEIS 1: Áreas públicas ou privadas ocupadas por assentamentos precários tais como: favelas e assemelhados, cortiços, loteamentos e conjuntos habitacionais irregulares, habitados por famílias de baixa renda; ZEIS 2: Áreas, terrenos e imóveis vazios, sub – utilizados ou não utilizados, adequados para a produção de habitação de interesse social (HIS) (idem, 2009, p. 25).

A partir dessas delimitações e regulamentações das ZEIS, estabelecidas e amparadas pela Lei nº 10.257 de 2001 - Estatuto da Cidade - pode-se identificar, ou não, relações entre os conflitos habitacionais selecionados. E assim estabelecer como tais políticas públicas estão sendo legitimadas e aplicadas no município.

3.5. Localização cartográfica

A localização cartográfica do trabalho está delimitada ao perímetro urbano do município, de acordo com a Lei nº 6. 584 de 2008 do Plano Diretor Municipal de Rio Grande. A seguir, apresenta-se imagem de satélite da cidade do Rio Grande:



Figura 4: Cidade do Rio Grande
Fonte: Laboratório de Topografia – FURG

4. MAPEAMENTO E ANÁLISE DOS CONFLITOS HABITACIONAIS

4.1. Quadro geral e localização geográfica dos conflitos habitacionais

A cidade de Rio Grande, desde 2006, vem assistindo a uma demanda habitacional significativa, devido à implantação do Polo Naval. A mesma passou a abrigar um enorme contingente de pessoas de outras regiões do país e isso, naturalmente, colaborou para o aumento dos conflitos habitacionais no município. Esse aumento demográfico deu-se, principalmente, pela baixa qualificação rio-grandina.

Sendo assim, com o crescimento populacional, o déficit habitacional e a deficiência na utilização das políticas públicas de uso do solo urbano, contribuíram, de certa maneira, para a consolidação dos conflitos habitacionais identificados na pesquisa. Os mesmos foram identificados a partir de jornais locais⁶³, no período de 2010 a 2013, tendo como base a definição de conflito do Etern/IPPUR/UFRJ⁶⁴ “todo e qualquer confronto ou litígio relativo à infraestrutura, serviços ou condições de vida urbanas, que envolva pelo menos dois atores coletivos e/ou institucionais (inclusive o Estado) e se manifeste no espaço público (vias públicas, meios de comunicação de massa, justiça, representações frente a órgãos públicos, etc). Manifestação coletiva que tenha a cidade como espaço e objeto de suas reivindicações”.

Dessa maneira, foram identificados e localizados geograficamente os conflitos habitacionais que se concentraram dentro do perímetro urbano da cidade. A imagem terá uma legenda com os locais e os anos de ocorrência dos conflitos.

⁶³ Acervo de dados do Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil (<http://www.observaconflitos.ippur.ufri.br/extremossul/ajax/indexajax2.asp>) e acervo da pesquisadora.

⁶⁴ Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



Legenda

- | | | |
|-----------------|---|---|
| ● ABC 9 - 2010 | 01 Vila das Barraquinhas - 2011 | 05 Ocupações na Castelo Branco - 2013 |
| ● ABC 10 - 2010 | 02 Ocupações no Parque Marinha - 2011 | 06 Ocupações no Parque Marinha - 2013 |
| | 03 Ocupações no Bairro Barra Velha - 2012 | 07 Ocupações no Parque São Pedro - 2013 |
| | 04 Ocupações na Junção - 2013 | 08 Área de Regularização - Barra - 2013 |

Figura 5. Localização dos conflitos habitacionais no espaço urbano de Rio Grande (2010–2013)

Fonte: Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária - SMHAR

O ano de 2010 foi bem significativo para a economia do país⁶⁵ e, consequentemente, para a economia da cidade do Rio Grande⁶⁶. De acordo com os dados pesquisados, foi identificada apenas uma situação que não chega a ser considerado um conflito⁶⁷.

A seguinte situação relatada no artigo de jornal⁶⁸, desenvolveu-se em torno das ocupações do ABC IX e ABC X. E nestas, o que mais chamou a atenção foi o número de casebres construídos nos terrenos. Entre os terrenos ocupados, uns eram da União e outros eram particulares.

O proprietário de um dos casebres relatou que algumas famílias “conseguiram entrar em um acordo com o proprietário do loteamento”, possibilitando a ligação de luz e de água nas casinhas.



Figura 6: Casebres de madeira construídos nas áreas ocupadas no ABC IX e ABC X

FONTE: *Jornal Agora*, 04 nov. 2010.

O ano de 2011 apresentou dois conflitos habitacionais, conforme os quadros a seguir:

⁶⁵ Crescimento do superávit de US\$ 4,189 bilhões somente até esse período do ano (*Jornal Agora*, 25 maio 2010).

⁶⁶ O Porto de Rio Grande é contemplado com R\$145 milhões de reais no PAC II (*Jornal Agora*, 01 maio 2010).

⁶⁷ Conforme o conceito de conflito estabelecido na pesquisa.

⁶⁸ *Jornal Agora*, 04 nov. 2010.

Quadro 3. Parque Marinha - 2011

Data da Manifestação	03/05/2011
Data da Fonte	03/05/2011
Local do Conflito (área em disputa)	Parque Marinha
Local da Manifestação	Parque Marinha
Demandas	Moradia própria
Demandantes	Moradores do Parque Marinha
Demandados	Prefeitura Municipal
Forma de Conflito	Ocupação de um terreno
Fonte da Informação	<i>Jornal Agora</i> , p. 3
Apoios	
Descrição	Moradores do Parque Marinha estão ocupando, de forma irregular, terrenos próximos àquela localidade. Em organização informal, as famílias estão limitando espaços de 10mx20m, alegando que o local é utilizado como lixão. “Nós estamos invadindo sim o campo, mas não queremos guerra, nem briga. Todos moramos atualmente de aluguel e queremos a casa própria. Se aparecer o dono, tentaremos negociar”, disse a enfermeira Maria de Fátima Martins. A moradora Maria Soares, que reside ao lado do campo ocupado, defende a apropriação. “Eu moro aqui há 25 anos e, durante todo esse tempo, esse lugar só serviu para concentração de marginais e lixão. A Prefeitura limpa num dia, mas no outro já está tudo sujo de novo. Eu acho que é melhor ser vizinha de casas do que de lixo”, completa. De acordo com o relato dos moradores, um advogado já está dando encaminhamento ao processo para descobrir de quem é a propriedade. Eles aguardam o comunicado da Prefeitura Municipal do Rio Grande, através da Secretaria de Habitação, para dar seguimento às providências legais.
Agentes envolvidos	Moradores do Parque Marinha (que não possuem casa própria); Proprietário Desconhecido; Prefeitura Municipal – Secretaria Municipal da Habitação;

Fonte: Acervo da pesquisadora.

Quadro 4. Vila das Barraquinhas - 2011

Data da manifestação	Neste caso, a negociação se estende desde 2009;
Data da fonte	12/09/2011
Local do conflito (área em disputa)	Área de expansão portuária
Local da manifestação	Vila das Barraquinhas
Demandas	Solução para o impasse referente à remoção dos moradores da vila das barraquinhas para outro local.
Demandantes	Moradores da Vila das Barraquinhas
Demandados	Prefeitura Municipal e Superintendência do Porto do Rio Grande.
Forma de conflito	Mobilização dos moradores para liberação de área.
Fonte da Informação	<i>Jornal Agora</i> , p. 3
Apoios	
Descrição	Sete famílias, em torno de 25 pessoas, entre adultos e crianças, esperam uma solução definitiva para mudar de local. São os moradores da Vila das Barraquinhas, que aguardam a liberação, pela administração do Porto, de uma área na Mangueira. Assim que a liberação sair, a empresa que se responsabilizou por construir as casas terá seis meses para entregá-las. A mudança das famílias, que começou em 2009, deve-se à expansão portuária, que atingiu o local. Eram 19 famílias, sendo que 12 foram remanejadas para a 4ª Seção da Barra, depois de muita confusão e acertos.
Agentes envolvidos	Moradores da Vila das Barraquinhas; Prefeitura Municipal; Superintendência do Porto do Rio Grande;

Fonte: Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais no Extremo Sul do Brasil.
Disponível em <<http://www.observaconflictos.ippur.ufrj.br/extremossul/ajax/indexajax2.asp>>. Adaptado pela pesquisadora.

O conflito habitacional ocorrido no Parque Marinha foi caracterizado pelo ato de ocupação de moradores da própria localidade que moram de aluguel ou de “favor” e que reivindicam a casa própria, direito assegurado por lei. O terreno é de proprietário desconhecido, logo, foi encaminhado um processo para descobrir de quem era a propriedade⁶⁹.

No dia seguinte (04/05) à manifestação, os ocupantes foram retirados da área, resistentes não queriam abandonar o terreno ocupado. A retirada começou pacífica e sem violência, mas, logo depois, houve alguns instantes de tensão, com a chegada da Brigada Militar. Durante a derrubada dos casebres uma moradora que

⁶⁹ *Jornal Agora*, 3 maio 2011, p. 3.

havia ocupado uma das áreas do terreno, desabafou: “O progresso chegou na nossa cidade para destruir nossas condições básicas de vida. O aluguel, que antes era R\$100,00, hoje é R\$ 500,00; o transporte, com o novo sistema, ficou impossível, entre outros problemas. *Só queremos um espaço para moradia*”⁷⁰.

Em relação ao conflito habitacional da Vila das Barraquinhas, este se desenvolveu numa área pedida pela empresa Bunge e também cedida para a SUPRG⁷¹ para o Estaleiro Rio Grande⁷², onde foi construído o Dique Seco. Neste conflito, destacam-se dois fenômenos ligeiramente usados na violação de direitos à moradia. São eles, a desocupação e a remoção de pessoas.

Como destaca o artigo do jornal, 12 famílias foram removidas para outras edificações, que segundo relatório da Dhesca:

Trata-se de moradias de baixíssima qualidade, inadequadas e em caráter provisório, sem uma previsão de projeto futuro. As paredes das casas oferecidas pelo poder público são de madeiras com inúmeras frestas entre as tábuas que além de deixarem o frio penetrar na moradia é constantemente invadido pelas areias oriundas dos resíduos das obras de construção do dique. Tais resíduos são alojados ao lado das casas constituindo-se de grandes dunas artificiais. O conjunto disponibilizado pelo poder público disponibiliza apenas dois banheiros coletivos, sendo um masculino e outro feminino, os quais são atendidos por uma única caixa de água de mil litros, que abastece todas as famílias (2012, p. 12).

Ainda enfatiza o relatório⁷³, o “restante dos moradores recebeu uma indenização no valor de R\$ 150.000 cada, para se retirarem do local. Esse processo de indenização foi intermediado pela Promotoria de Justiça Estadual a qual instalou inquérito civil nº 140/2009 para apurar responsabilidades no caso concreto”.

Ainda no ano de 2011, destacam-se algumas reivindicações que não chegam a ser considerados conflitos, de acordo com a definição utilizada na pesquisa, mas expressam reclamações de infraestrutura de moradores de duas localidades que

⁷⁰ *Jornal Agora*, 3 maio 2011, p. 3.

⁷¹ SUPRG – Superintendência do Porto do Rio Grande.

⁷² Segundo dados do Relatório da Missão sobre Megaprojetos de Desenvolvimento na Cidade do Rio Grande – RS da Plataforma Dhesca Brasil – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, 2012, p. 12.

⁷³ Segundo dados do Relatório da Missão sobre Megaprojetos de Desenvolvimento na cidade do Rio Grande – RS da Plataforma Dhesca Brasil – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, 2012, p. 12.

ficam fora do perímetro urbano do município, o Loteamento do Engenho na Vila da Quinta e o Taim⁷⁴.

No primeiro caso, é a falta de energia elétrica a principal reivindicação da população do local. De acordo com alguns moradores, a solicitação já foi feita, mas o processo se arrasta há anos. A própria CEEE destaca que as reivindicações são antigas e “em algumas situações a maneira foi ingressar com ação na justiça”⁷⁵. Sendo assim, os moradores da localidade, improvisam maneiras de substituir a energia elétrica por lampiões. Além disso, há um outro pedido feito por eles referente à extensão de água para todo o loteamento. O mesmo já está protocolado junto à Câmara dos Vereadores⁷⁶.

Na localidade do Taim, vários são os serviços básicos solicitados pela comunidade, “que vai da médica, desde atendimento até a entrega de medicamentos, iluminação pública, limpeza de valetas, manutenção das estradas, banheiros na praia, até a inexistência de entrega de correspondência e socorro para vítimas de picada de cobra”⁷⁷. Dentre esses serviços, o ponto mais crítico é o da área da saúde. Como salientam dois moradores: “estamos reivindicando que haja pelo menos uma enfermeira durante as 24 horas ou então uma ambulância”⁷⁸. “Médico aqui tá difícil. Só tem uma vez por semana, tanto para atender a gente como as crianças. E o atendimento é péssimo. A gente mal entra e já tá saindo. E o pior é que nunca tem remédio”⁷⁹.

Além dessas solicitações, há outras necessidades em destaque no Taim, como é o caso do setor da educação. Na localidade só existe um colégio municipal que vai só até a 3ª série, além da conclusão das obras de recuperação da capela, principal ponto turístico da localidade.

No ano de 2012, foram identificados dois conflitos habitacionais na cidade. São eles:

⁷⁴ Tais localidades não estão dentro da área em estudo, mas é válido enfatizar que não é só na área urbana do município que ocorrem deficiências dos serviços básicos para a população.

⁷⁵ *Diário Popular*, 28 maio 2011, p. 3.

⁷⁶ *Idem*, p. 3.

⁷⁷ *Jornal Agora*, 20 jun. 2011, p. 6.

⁷⁸ *Idem*, p. 6.

⁷⁹ *Idem*, p. 6.

Quadro 5. ABC X - 2012

Data da Manifestação	12/04/2012
Data da Fonte	13/04/2012
Local do Conflito (área em disputa)	Loteamento ABC - X
Local da Manifestação	Câmara Municipal dos Vereadores
Demandas	Regularização fundiária dos terrenos do loteamento ABC X
Demandantes	Proprietários de imóveis do loteamento ABC X
Demandados	Prefeitura Municipal
Forma de Conflito	Audiência pública
Fonte da Informação	<i>Jornal Agora</i> , p. 2 e 3
Apoios	
Descrição	Foi realizada na tarde de ontem, 12, no Plenário da Câmara Municipal, uma audiência pública que discutiu a atual situação do loteamento ABC-X, situado no balneário Cassino. Após 26 anos, os adquirentes de loteamentos no local não tiveram ainda condições de legalização dos seus terrenos. Irajá Pellegrini, que responde pela Secretaria Especial do Cassino, disse que o Município quer sim entregar os terrenos aos proprietários, no entanto, uma intervenção da FEPAM impede as apropriações das áreas. Um dos itens exigidos para a licença de instalação emitida pela FEPAM, para que os lotes sejam entregues aos seus adquirentes, é a instalação do sistema de coleta de esgoto cloacal. O Executivo Municipal buscou junto à Companhia Rio-grandense de Saneamento (Corsan) a possibilidade de inclusão, no conjunto de obras realizadas pela companhia por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da instalação de esgoto no ABC X. No entanto, conforme o secretário, o PAC dá preferência às obras em áreas de moradia e não em local de veraneio, como foi considerado o loteamento.
Agentes envolvidos	_ Proprietários de imóveis do loteamento ABC X; _ Prefeitura Municipal e SEC – Secretaria Especial do Cassino; _ FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler; _ Corsan - Companhia Rio-grandense de Saneamento.

Fonte: Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais no Extremo Sul do Brasil.
Disponível em <http://www.observaconfitos.ippur.ufrj.br/extremossul/ajax/indexajax2.asp>.

Adaptado pela pesquisadora.

Quadro 6. Barra - 2012

Data da Manifestação	30/05/2012
Data da Fonte	31/05/2012
Local do Conflito (área em disputa)	Barra
Local da Manifestação	Barra
Demandas	Moradia própria
Demandantes	Moradores da Barra
Demandados	Prefeitura Municipal
Forma de Conflito	Ocupação de um terreno com aproximadamente quatro hectares
Fonte da Informação	<i>Jornal Agora</i> , p. 5
Apoios	
Descrição	Área de domínio público é invadida na Barra. Um terreno de aproximadamente quatro hectares, na Barra, foi invadido no início desta semana. Ontem, 30, aproximadamente 150 pessoas estavam demarcando área e outras já levantando barracos. Todos são da Barra e têm em comum a falta de moradia própria, vivendo até então “de favor” em casas de parentes ou pagando aluguel. À tarde, Luiz Monteiro, do setor de Fiscalização da Secretaria Municipal da Fazenda, esteve no local para conversar e convencer todos a saírem, o que não aconteceu. “Vocês não podem ficar aqui, é uma entrada irregular. Isso é área de domínio público”.
Agentes envolvidos	_ Moradores da Barra; _ Prefeitura Municipal – Secretaria Municipal da Fazenda;

Fonte: Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais no Extremo Sul do Brasil.
Disponível em <http://www.observaconflitos.ippur.ufrr.br/extremossul/ajax/indexajax2.asp>.

Adaptado pela pesquisadora.

O conflito do ABC X refere-se a uma área que está localizada próxima ao Balneário Cassino que foi adquirida há mais de 26 anos pelos seus adquirentes. Os mesmos, ainda não conseguiram a devida legalização dos seus terrenos, motivo de uma intervenção da FEPAM⁸⁰. O loteamento, até então, não possui estrutura física como, rua, água e luz.

De certa forma, tal conflito reflete a demanda pela efetivação da regularização fundiária na cidade, porque se refere a um tipo de assentamento de irregularidade fundiária urbanística e ambiental, supondo que o loteamento “não está de acordo com a legislação urbanística e ambiental e não foi devidamente licenciado” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010, p. 11).

Já o conflito da ocupação da Barra desenrola-se em uma área que é da União, e os ocupantes são moradores da própria Barra, que moram de aluguel ou de “favor” na casa de parentes na própria comunidade. Segundo o procurador geral, Oscar Cornelsen Neto, em exercício na época, a área ocupada estava destinada para fins institucionais, um posto, uma escola ou uma praça⁸¹.

Em 2013 foram significativos os conflitos habitacionais. Talvez isso se explique pela nova conjuntura política que se estabeleceu na cidade, após as eleições para o executivo e o legislativo municipal em 2012. Diante de um governo, dito *popular*, a população, de certa maneira, sentiu-se mais à vontade para reivindicar seus direitos, ou pelo menos para torná-los públicos.

Portanto, como se viu nos anos anteriores, foram identificados pouquíssimos conflitos habitacionais no município. Os mesmos, provavelmente, já existiam, mas não eram manifestados. No entanto, só no ano de 2013 foi possível identificar o mesmo número de conflitos somados nos anos anteriores pesquisados. Ambos concentrados nas ocupações e na regularização fundiária.

⁸⁰ *Jornal Agora*, 13 abril 2012, p. 2-3.

⁸¹ *Jornal Agora*, 2-3 jun. 2012, p. 3.

Quadro 7. Parque Marinha - 2013

Data da manifestação:	03/01/2013
Data da fonte	04/01/2013
Local do conflito (área em disputa)	Parque Marinha
Local da manifestação	Parque Marinha
Demandas	Moradia própria
Demandantes	Pessoas sem moradia própria
Demandados	Prefeitura Municipal
Forma de conflito	Ocupação de área
Fonte da informação	<i>Jornal Agora</i> , p.3
Apoios	
Descrição	Cinco áreas são invadidas no Parque Marinha O Secretário Municipal de Habitação, Gilmar Ávila, ex-presidente do MNLM - Movimento Nacional de Luta pela Moradia - esteve ontem (3) pela manhã, nas invasões de área no Parque Marinha, que somam, hoje, cinco áreas. Disse que estava tomando pé das ocupações e confirmou que, possivelmente, a secretaria irá entrar com ação de reintegração de posse, caso não haja acerto na saída pacífica das áreas. “Não tem outro jeito. Vamos ter que tirar”, disse referindo-se às famílias invasoras.
Agentes envolvidos	_Pessoas sem moradia própria; _Prefeitura Municipal – Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária;

Fonte: Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais no Extremo Sul do Brasil.
Disponível em <http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/extremossul/ajax/indexajax2.asp>.

Adaptado pela pesquisadora.

Quadro 8. Castelo Branco e Parque São Pedro - 2013

Data da manifestação	07/01/2013
Data da fonte	08/01/2013
Local do conflito (área em disputa)	Castelo Branco e Parque São Pedro
Local da manifestação	Castelo Branco e Parque São Pedro
Demandas	Moradia Própria
Demandantes	Pessoas sem moradia própria
Demandados	Prefeitura Municipal
Forma de conflito	Ocupação área
Fonte da informação	<i>Jornal Agora</i> , p. 3
Apoios	
Descrição	Invasões chegam aos bairros Parque São Pedro e Castelo Branco Após cinco terrenos, do bairro Parque Marinha, serem invadidos por famílias, agora estão sendo ocupados terrenos do Parque São Pedro e do bairro Castelo Branco. As invasões que estão ocorrendo desde o mês de dezembro vêm se espalhando no município. No Parque São Pedro foram ocupados, até o momento, dois terrenos que ficam nas proximidades do posto de saúde, também foram invadidos. Segundo o secretário de Habitação e regularização Fundiária, Gilmar Xavier Ávila, a Prefeitura Municipal irá retomar os terrenos públicos que estão sendo ocupados. “Daremos o mesmo tratamento para todos os bairros. Nós vamos retomar as áreas. Não é porque o pessoal está ocupando as áreas que vamos liberar. Essas ocupações já perderam o nexo”, comentou.
Agentes envolvidos	_Pessoas sem moradia própria; _Prefeitura Municipal – Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária;

Fonte: Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais no Extremo Sul do Brasil.
Disponível em <http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/extremossul/ajax/indexajax2.asp>.

Adaptado pela pesquisadora.

Quadro 9. Castelo Branco - 2013

Data da manifestação	23/01/2013
Data da fonte	24/01/2013
Local do conflito (área em disputa)	Castelo Branco
Local da manifestação	Castelo Branco
Demandas	Moradia Própria
Demandantes	Pessoas sem moradia própria
Demandados	Prefeitura Municipal
Forma de conflito	Ocupação de área
Fonte da informação	<i>Jornal Agora</i> , p. Capa e 3
Apoios	
Descrição	Ocupantes do Castelo Branco protestam contra reintegração de posse Na tarde de ontem, ocupantes de terrenos públicos do bairro Castelo Branco fizeram uma manifestação na rua Roberto Socoowski. Eles trancaram uma parte da via, interrompendo a passagem de veículos. O manifesto se deu em razão de uma ordem de reintegração de posse que os ocupantes receberam. Segundo eles, o documento foi entregue por representantes da justiça e Brigada Militar que também esteve no local. Os invasores não se conformaram com a ordem para deixarem os terrenos em cinco dias. Ocupantes da Castelo Branco fazem manifestação Ocupantes que estão em terrenos públicos do bairro Castelo Branco fizeram, na tarde de ontem, uma manifestação na Rua Roberto Socoowski. Eles trancaram uma parte da rua, fazendo a interrupção da passagem de veículos e gritavam em coro: “queremos nossos terrenos”. O manifesto se deu em razão de uma ordem de reintegração de posse que os moradores receberam. O documento foi entregue, segundo eles, por representantes da justiça, ação que contou, também, com a presença da Briga Militar. Durante a manifestação, os ocupantes estavam carregando bandeiras do Partido dos Trabalhadores (PT).
Agentes Envolvidos	_Pessoas sem moradia; _Prefeitura Municipal;

Fonte: Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais no Extremo Sul do Brasil.
 Disponível em <http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/extremossul/ajax/indexajax2.asp>.
 Adaptado pela pesquisadora.

Quadro 10. Barra - 2013

Data da manifestação	21/03/2013
Data da fonte	22/03/2013
Local do conflito (área em disputa)	Barra
Local da manifestação	Barra
Demandas	Regularização Fundiária do local Moradores do Local
Demandantes	Moradores do local
Demandados	Prefeitura Municipal
Forma de conflito	Reunião
Fonte da informação	<i>Jornal Agora</i> , p. 3
Apoios	
Descrição	Moradores da Barra apresentam reivindicações Moradores da localidade da Barra estiveram reunidos com o prefeito em exercício Eduardo Lawson e com secretários municipais, no Salão Nobre da prefeitura do Rio Grande. O encontro possibilitou ao Executivo responder às demandas solicitadas anteriormente pela comunidade e receber novas reivindicações.
Agentes envolvidos	_Moradores do local; _Prefeitura Municipal;

Fonte: Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais no Extremo Sul do Brasil.
 Disponível em <http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/extremossul/ajax/indexajax2.asp>.
 Adaptado pela pesquisadora.

Quadro 11. Junção - 2013

Data da manifestação	17/04/2013
Data da fonte	18/04/2013
Local do conflito (área em disputa)	Junção
Local da manifestação	Junção
Demandas	Moradia Própria
Demandantes	Pessoas sem moradia própria
Demandados	Prefeitura Municipal
Forma de conflito	Ocupação de área
Fonte da informação	<i>Jornal Agora</i> , p. 4
Apoios	
Descrição	Nove famílias invadem área na Junção Nove famílias entraram há três meses em uma pequena área no final da Rua General Camisão, nas proximidades do bairro junção. Há cerca de três meses, após ser despejada do local onde morava na Rua Pandiá Calógeras, Angela Amaral, 55 anos, foi até a área e resolveu pegar um pequeno lote. E lá estão ela, um filho, a irmã, uma sobrinha grávida e o marido da sobrinha.
Agentes envolvidos	_Pessoas sem moradia; _Prefeitura Municipal;

Fonte: Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais no Extremo Sul do Brasil.
 Disponível em <http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/extremossul/ajax/indexajax2.asp>.
 Adaptado pela pesquisadora.

Quadro 12. ABC X - 2013

Data da manifestação	05/08/2013
Data da fonte	06/08/2013
Local do conflito (área em disputa)	ABC - X
Local da manifestação	Câmara Municipal
Demandas	Regularização Fundiária
Demandantes	Proprietários do loteamento
Demandados	Prefeitura Municipal
Forma de conflito	Reunião
Fonte da informação	<i>Jornal Agora</i> , p. 4
Apoios	
Descrição	Executivo dialoga com proprietários dos terrenos do ABC-X O prefeito do Rio Grande Alexandre Lindenmeyer recebeu uma comissão de compradores do loteamento ABC-X, localizado no balneário Cassino, na tarde de ontem (5). Solicitada pelo ex-vereador Augusto César, que levantou essa bandeira na época em que atuava no Legislativo, a reunião tentou manter o diálogo com o executivo e discutir o andamento do processo.
Agentes envolvidos	_Proprietários do loteamento; _Prefeitura Municipal;

Fonte: Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais no Extremo Sul do Brasil.
Disponível em <http://www.observaconflictos.ippur.ufrj.br/extremossul/ajax/indexajax2.asp>.
Adaptado pela pesquisadora.

Os conflitos habitacionais ocorridos no Parque Marinha⁸², Castelo Branco, Parque São Pedro e Junção foram distintas ocupações, organizadas por grupos populares independentes, que passam pelo mesmo problema, a falta de moradia própria. Nos casos acima referidos os casos, a população mora de aluguel ou de “favor” na casa de parentes, na sua maioria, moram no próprio bairro. Já nas localidades da Barra⁸³ e do ABC X⁸⁴, os conflitos ocorreram pela reivindicação por regularização fundiária das áreas.

A partir da identificação e da análise dos conflitos habitacionais, dentro do recorte temporal estabelecido na pesquisa, pode-se elaborar o seguinte quadro geral:

⁸² Nesta localidade já havia ocorrido esse mesmo tipo de conflito – ocupação – no ano de 2011, mas em áreas diferentes.

⁸³ A Barra, no ano de 2012, assistiu a outro tipo de conflito, o de ocupação.

⁸⁴ Esta área já se apresentou em dois anos anteriores: em 2010, na forma de ocupação; e em, 2012, pelo mesmo motivo que em 2013 – regularização fundiária.

Quadro 13. Quadro Geral dos Conflitos Habitacionais (2010 – 2013)

ANO	LOCAL DO CONFLITO	TIPO DE CONFLITO
2010	ABC 9 e ABC 10	Este não foi especificamente um conflito, mas, a situação se aproximou do mesmo; ocupação de área;
2011	Parque Marinha	Ocupação de área;
2011	Vilas das Barraquinhas	Desocupação de área e remoção de pessoas;
2012	ABC X	Regularização fundiária (audiência pública);
2012	Barra	Ocupação de área;
2013	Parque Marinha	Ocupação de área;
2013	Castelo Branco e Parque São Pedro	Ocupação de área;
2013	Barra	Regularização fundiária;
2013	Junção	Ocupação de área;
2013	ABC X	Regularização fundiária (reunião);

Fonte: Elaborado pela autora

4.2. Análise dos conflitos, a partir da categorização dos conflitos ambientais: distributivos, espaciais e territoriais.

A categorização dos conflitos ambientais e também habitacionais enfatiza a problemática do modelo de desenvolvimento que se tornou hegemônico, o modelo “urbano-social-capitalista” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 2). Suas ações, particularmente no Brasil, objetivaram a abertura econômica de novos mercados, alicerçados por projetos e programas que induzem à mercadorização das cidades, tendo nisso “a perspectiva da inclusão internacional da nação ao mercado global” (idem, 2010, p. 3).

A atual estrutura econômica com “a urbanização rápida e a intensa concentração de indústrias, serviços e, portanto, de seres humanos, têm transformado as cidades no oposto de sua razão de ser – um lugar para viver bem, nas palavras de Aristóteles” (ACSELRAD, 2009, p. 7).

É o caso da cidade de Rio Grande, a mesma já apresentava déficit habitacional, mas, com a chegada da indústria naval, as demandas por moradia supostamente aumentaram e, conseqüentemente, também por outros serviços básicos, como transportes, água, energia elétrica, saneamento de esgoto. O crescimento urbano, como fenômeno social, traz prosperidade e alguns benefícios, mas, ao longo do tempo, traz também inúmeros custos ambientais e sociais (idem, 2009, p.12).

As práticas e os serviços tornaram-se insustentáveis, longe do modelo dos paradigmas das metas e das propostas do projeto de cidade idealizada e sustentável, pelo menos para grande parte da população. Contudo, para os idealizadores de tal desenvolvimento, a acumulação do capital se solidifica, apesar da problemática urbana.

Diante desse contexto, ao analisar os conflitos habitacionais entre 2010 e 2013 em Rio Grande, os mesmos destacaram-se em duas problemáticas habitacionais, o da ocupação de áreas por pessoas desprovidas de moradia própria e o da regularização fundiária.

Ambos os casos, demonstram a irreprodutibilidade das práticas espaciais, preexistentes à implantação do Polo Naval na cidade. Há na estrutura habitacional entraves que, em alguns casos, impossibilitam a apropriação social das políticas públicas. Tanto a demanda das ocupações como a demanda por regularização fundiária são estabelecidas institucionalmente, através de políticas voltadas para a resolução de ambas.

Neste momento, observa-se a desconfiguração do modelo de “cidade sustentável” e até mesmo de “funcionalidade” da cidade que se idealiza, pois, a questão da moradia, como dimensão social, faz parte da base de formação e gestão para uma cidade dentro dos padrões de sustentabilidade. Essa problemática também não se enquadra nas propostas de Henry Acselrad, tanto na sustentabilidade simbólica como na sustentabilidade práticas, pois, revela-se contrária aos propósitos e a materialização da cidade como um espaço políticos e de legitimação das relações sociais.

Sendo assim, as ocupações de áreas urbanas provenientes da demanda por moradia própria refletem a deficiência da efetivação das políticas que asseguram o direito à moradia. Muitas dessas políticas⁸⁵ foram legitimadas e estabelecidas na atual conjuntura política do país. É o caso também da instituição da Política Nacional de Regularização Fundiária⁸⁶ e da “lei federal nº 11.977/2009 que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e dedica um capítulo à regularização fundiária de assentamentos informais urbanos”⁸⁷ (2010, p. 7). Cabe salientar que, apesar da deficiência na efetivação de tais políticas, somente pelo fato da criação e da aprovação das mesmas já faz garantir, de certa maneira, a intervenção do Estado na gestão dos territórios urbanos.

Claro que a presença do Estado, em muitos momentos, “mostra-se carregada de dubiedade” (ZHOURI; LASCHEFISKI, 2010, p. 5), pois é nesse momento que surgem “as contradições do agenciamento espacial de atividades e formas sociais de uso e de apropriação dos recursos territorializados” (idem, 2010, p. 5). Ora o Estado implementa e dissemina leis favoráveis à população desprovida de recursos, ora cria brechas para a expansão do mercado de terras. É uma relação de contradição, Estado – População – Estado – Mercado - Estado.

A análise dos conflitos habitacionais que ocorreram no Parque Marinha, tanto no ano de 2011 como no ano de 2013, trata de distintas áreas e distintas ocupações. Os dois casos podem ser classificados como situações de conflitos ambientais territoriais⁸⁸. Considerou-se tal classificação pelo caráter de reivindicação feita por “diversos grupos sociais, portadores de identidade e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial” (ZHOURI; LASCHEFISKI, 2010, p.7).

Assim, ambos os conflitos marcam, sobretudo, reivindicações de grupos sociais diversos sobre um mesmo recorte espacial de acumulação territorial, reflexo novamente estabelecido pela irreprodutibilidade das práticas espaciais. Sabe-se que dentro desses grupos sociais há diferentes interesses em relação à ocupação. E esses interesses podem oscilar desde a necessidade da moradia própria, como

⁸⁵ Nessa perspectiva estão o Estatuto da Cidade, o Ministério das Cidades, o Conselho das Cidades, a PNH – Nova Política Nacional de Habitação, respectivamente, consolidadas em 2001 e 2003, entre outras políticas e programas habitacionais promovidos nesse período.

⁸⁶ No ano de 2003.

⁸⁷ Segundo o documento *Regularização Fundiária Urbana: como aplicar a Lei Federal nº 11.977/2009*, do Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação e Secretaria Nacional de Programas Urbanos.

⁸⁸ Conflitos ambientais territoriais, “relacionados à apropriação capitalista da base territorial de grupos sociais” (ZHOURI; LASCHEFISKI, 2010, p. 6).

também de interesses políticos e de especulação do capital fundiário. Por isso, as ocupações devem ser vistas como uma possibilidade de busca do valor de uso, como também podem ser usadas para a acumulação do valor de troca.

Para salientar os diferentes interesses que pode haver numa ocupação, dispôs-se da fala⁸⁹ do diretor da Central Única das Associações de Bairro de Rio Grande – CURG – André Martins, o qual enfatiza que há diferenças entre as ocupações da década de 90 e as ocupações ocorridas no período estudado na pesquisa. Ele destaca que na década de 90, 70% da população não tinha para onde ir, não tinham opção. Já nas atuais ocupações, ele destaca que somente 30% da população passam pelo mesmo problema, e os outros 70% são famílias usadas por forças políticas e interesses políticos.

A partir da fala de André Martins, a ocupação de 2013 pode ser considerada como uma ocupação organizada por forças e interesses políticos, pois se concretizou nos primeiros dias do novo mandato do executivo e do legislativo do município. Como enfatiza⁹⁰, “a derrota no pleito eleitoral de 2012 não foi digerido, não existia isso no dicionário da oposição”.

No ano de 2011, foi ocupada somente uma área e levaram-se dois ou três dias para os ocupantes saírem do local. Segundo relatos de moradores próximos, o terreno é usado como depósito de lixo. Já em 2013, foram ocupadas cinco áreas no bairro e a movimentação para deixarem a ocupação durou mais tempo, quase um mês. Ambos os casos ocorrerem sob a forma de reintegração de posse.

Os agentes envolvidos nesses conflitos ocupam distintos lugares no modelo de sociedade em que estão inseridos. De um lado a população, aparentemente desprovida do direito à moradia própria, desprovida sobretudo do capital; de outro lado, os proprietários dos terrenos e o Estado, ambos, agentes da produção e reprodução de terras.

Logo a análise do conflito da Vila das Barraquinhas, assistido no ano de 2011, trata-se de uma área que, há muitos anos, foi utilizada pelo poder público do município para abrigar as famílias de pescadores, grupos tradicionais da região. Logo, o nome barraquinhas coincide com precárias habitações.

No entanto, com a expansão portuária, a área foi pedida e logo cedida para a instalação da mesma. Uma parte ficou com a Empresa Bunge e a outra parte foi

⁸⁹ O trecho está disponível no CD em anexo, entre 6min e 7min da gravação (primeira parte).

⁹⁰ O trecho está disponível no CD em anexo, entre 6min e 7min da gravação (segunda parte).

destinada para a construção do Estaleiro Rio Grande, mais, precisamente, o Dique Seco. Retoma-se aqui, a relação dialética Estado – População – Estado – Mercado - Estado. E, neste caso, a implantação do Polo Naval no município contribuiu para tal processo.

Nesse “processo da globalização econômica” é necessário que as áreas alvo de determinados agentes tornem-se disponíveis, mesmo que para isso haja uma mobilização desfavorável de outros agentes, menos importantes no processo. Tal condição pode ser momentânea e, ao mesmo tempo, intimida os espaços de exploração, como destaca os autores Andréa Zhourí e Klemens Laschefski,

No atual regime de acumulação flexível, a territorialidade empresarial está cada vez mais caracterizada por temporalidades, ou seja, por desterritorializações e reterritorializações. A chantagem da deslocalização, ou melhor, a ameaça do rompimento dos seus contratos e compromissos sociais (como empregadores, assim como contribuintes para o orçamento público, com todos os setores produtivos e serviços ligados a elas), tornou-se uma arma poderosa para que os Estados cedam às demandas territoriais das corporações (2010, p. 8).

Esse processo é feito, cheio de facilidades para a consolidação do capital nos espaços em disputa. O Estado possibilita a aquisição de áreas e terrenos com isenção de taxas e impostos, além de outras concessões econômicas, a fim de não perder as demandas do mercado externo. “Com efeito, é nesse contexto que o Estado muitas vezes se alia aos segmentos do capital contras as territorialidades dos outros grupos existentes” (ZHOURI; LASCHEFISKI, 2010, p. 8).

Dessa maneira, este conflito também pode ser classificado como um conflito ambiental territorial, pois o mesmo apresenta a dubiedade do Estado. Ora ameniza a problemática habitacional da população, ora se dispõe ao serviço autoritário da apropriação do capital.

Neste caso, as famílias desocuparam a área, uma parte delas foi removida para outros assentamentos no município, como a localidade da Barra, e outra parte da população recebeu uma indenização por intermédio da Promotoria de Justiça Estadual. Outro aspecto a ser pautado é o fato de essas famílias terem sua renda voltada para a pesca. Nesse momento, entra outra questão, para além da moradia, mas de sobrevivência.

O deslocamento ou a remoção desses grupos significa, frequentemente, não apenas a perda da terra, mas uma verdadeira desterritorialização, pois muitas vezes a nova localização, com condições físicas diferentes, não permite a retomada dos modos de vida nos locais de origem, sem contar o desmoronamento da memória e da identidade centradas nos lugares. Assim, as comunidades perdem literalmente a base material e simbólica dos seus modos de socialização com a consequência da sua desestruturação (idem, 2010, p. 9).

Mesmo com a contrapartida do governo municipal, e apesar das barraquinhas terem sido precárias habitações, é necessário rever o valor de uso dessas comunidades tradicionais, pois, sobretudo e sobre todos, na prática mercadológica dos espaços urbanos, prevalece o valor de troca, soberano a qualquer prática econômica preexistente.

Outra área que apresentou situação de conflito habitacional foi o ABC X, loteamento localizado próximo ao Balneário Cassino. Este apareceu em três anos dos quatro anos analisados. Tendo duas situações de conflito, ocupação e regularização fundiária.

Em 2010, tanto o ABC X como também o ABC IX, assistiram a ocupações de grupos independentes. A instalação se deu em casebres de madeira improvisados. Os terrenos ocupados, uns eram particulares e outros pertenciam a União. Nos casos particulares, os proprietários dos casebres conseguiram contato com os proprietários dos terrenos e negociaram a ligação de água e luz. Já nos terrenos públicos, posteriormente, foi solicitada a reintegração de posse das áreas.

Nos anos de 2012 e 2013, as situações de conflito no ABC X foram direcionadas para a questão da regularização fundiária da área, sob a forma de audiência pública e reunião com o executivo municipal, respectivamente. Tal processo já se arrasta a quase três décadas, sendo limitado⁹¹ pela falta de licença da FEPAM para a instalação do sistema de coleta de esgoto cloacal. Além do saneamento básico, não há arruamento e luz no loteamento. Dessa maneira, os proprietários dos terrenos não conseguem estabelecer a devida regularização fundiária das áreas.

⁹¹ Segundo uma adquirente do loteamento, tal intervenção da Fepam, deu-se alguns anos depois da compra dos terrenos (ver relato completo em anexo).

A comercialização dos terrenos foi promovida pela Prefeitura Municipal⁹², através de anúncios nos meios de comunicação da cidade na época. A negociação ocorreu no ano de 1986, onde foram vendidos 586 lotes. “Destes, apenas 285 foram entregues até hoje⁹³. Passados mais de 25 anos, alguns proprietários morreram sem receber o terreno a que tinham direito”⁹⁴.

Tal conflito habitacional pode ser classificado como um conflito ambiental distributivo⁹⁵. No conflito ambiental distributivo, entre outras coisas, “há situações concretas em que distintos grupos sociais” “lutam pelo acesso à água potável e pelo fornecimento de energia”, enfim, recursos básicos para atender as necessidades da população (ZHOURI; LASCHEFISKI, 2010, p. 6).

Partindo do contexto de que os loteamentos da área ainda não foram liberados pela FEPAM, devido à falta de instalação do sistema de coleta de esgoto cloacal⁹⁶, os mesmos podem ser contabilizados como uma “injustiça distributiva” de serviços básicos de atendimento aos adquirentes da área (idem, 2010, p. 6).

O saneamento básico é um recurso de acesso universal assegurado pela Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007. A mesma foi regulamentada pelo Decreto nº 7.217 de 21 de junho de 2010⁹⁷.

Segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico⁹⁸, a lei

estabelece a obrigatoriedade da elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, entendidos como ferramentas indispensáveis de planejamento e gestão para alcançar a melhoria e das condições sanitárias e ambientais de cada município e, por consequência, da qualidade de vida da população” (2014, p.4).

O Plano Municipal de Saneamento Básico abrange todos os distritos pertencentes ao município, logo o ABC X também está incluso nos serviços que serão disponíveis durante a efetivação do mesmo. A regularização fundiária do

⁹² Na época o prefeito da cidade era o Sr. Rubens Emil Corrêa.

⁹³ Segundo relato da adquirente, nenhum terreno foi entregue, mas a mesma confirma que alguns adquirentes morreram sem ter realizado o sonho de ter casa na praia.

⁹⁴ *Folha Gaúcha*, 21-27 abril 2012, p. 167.

⁹⁵ Conflito ambiental distributivo: “derivados das desigualdades sociais no acesso e na utilização dos recursos naturais” (ZHOURI; LASCHEFISKI, 2010, p. 5).

⁹⁶ Esgoto cloacal é o mesmo que esgoto doméstico.

⁹⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7217.htm.

⁹⁸ O Plano Municipal de Saneamento Básico de Rio Grande começou a ser elaborado no ano de 2012 e foi finalizado em 2014. Disponível em: <[http://www.riogrande.rs.gov.br/planosaneamento/arquivos/home/\(1\)_Relatório_de_apresentação_do_PMSB_RG.pdf](http://www.riogrande.rs.gov.br/planosaneamento/arquivos/home/(1)_Relatório_de_apresentação_do_PMSB_RG.pdf)>.

loteamento depende de tal processo. Espera-se que com a implantação do plano, tal processo seja legitimado⁹⁹.

Como observado, foi identificado e caracterizado conflitos ambientais territoriais¹⁰⁰ e distributivos¹⁰¹ entre os conflitos habitacionais identificados durante o recorte temporal da pesquisa. Contudo, na categorização de conflitos ambientais usada na análise, existem, ainda, os conflitos ambientais espaciais¹⁰².

Este conflito

evidencia os conflitos causados por efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre territórios de diversos agentes ou grupos sociais, tais como emissões gasosas, poluição da água, etc.” “Ressaltam-se por serem decorrentes de situações em que as práticas sociais de um grupo provocam efeitos ambientais negativos que afetam outros grupos através dos fluxos espaciais, como, por exemplo, pelo lançamento de poluentes no ar ou na água e a contaminação de solos (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 8-9).

A *não* identificação do mesmo, *não* evidencia a sua *não* existência. Pelo contrário, o conflito ambiental espacial pode ser visualizado no cotidiano do município¹⁰³.

⁹⁹ É o que espera uma das adquirentes da área (Ver relato completo em anexo).

¹⁰⁰ Em áreas do bairro Parque Marinha e na “Vila das Barraquinhas”.

¹⁰¹ No loteamento ABC X no Balneário Cassino.

¹⁰² Conflitos ambientais espaciais: “engendrados pelos efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 6).

¹⁰³ É o caso da emissão de poluentes das indústrias de adubo no polo industrial, tanto no ar como na água.

5 CONJUNTURA DAS ZEIS – ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL, DEFINIDAS PARA A CIDADE DO RIO GRANDE

5.1. Localização das ZEIS em Rio Grande

A mesma legislação que criou o PMCMV traz a definição de ZEIS, “parcela de área urbana instituída pelo Plano Diretor ou definida por outra lei municipal, destinada predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo” (Art. 47, inciso V, da Lei 11.977/09). Cabe aos municípios definir as suas ZEIS, para que seja cumprida a função social da propriedade, promovendo a produção de habitação de interesse social, a partir de recursos do PMCMV.

É mais um instrumento de política pública habitacional, destinado para famílias de média e baixa renda, que serve para amenizar a problemática da moradia no país. Considerando as suas características específicas, as ZEIS podem ser classificadas em dois tipos básicos: “ZEIS de áreas ocupadas por assentamentos precários; e ZEIS de áreas vazias ou subutilizadas, com destinação predominante para a produção de HIS”¹⁰⁴ (2009, p. 18).

No primeiro caso, são estabelecidas:

normas especiais – de parcelamento, uso do solo e edificação – para viabilizar a regularização e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda. Portanto, trata-se de demarcar assentamentos irregulares de moradores de baixa renda, que apresentam situações inadequadas de urbanização: falta de infraestrutura básica e de equipamentos urbanos; áreas de risco; transporte público deficiente (Idem, 2009, p. 27).

Já no caso das ZEIS de áreas vazias ou subutilizadas, é necessário que o município faça um diagnóstico das necessidades habitacionais, identificando as faixas de renda da população e elabore “uma estimativa da área de solo urbano

¹⁰⁴ Segundo o Guia para Delimitação e Regulamentação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS em Vazios Urbanos.

necessária para atender a essa demanda” (Ibidem, 2009, p.28). Tal diagnóstico é um dos conteúdos do PLHIS¹⁰⁵.

A Prefeitura Municipal e a Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária estão no processo de encerramento do PLHIS municipal. A seguir apresenta-se a imagem das AEIS¹⁰⁶ para a cidade de Rio Grande.

¹⁰⁵ PLHIS: Plano Local de Habitação de Interesse Social.

¹⁰⁶ AEIS: Áreas Especiais de Interesse Social é outra forma de definir essas áreas nos espaços urbanos.

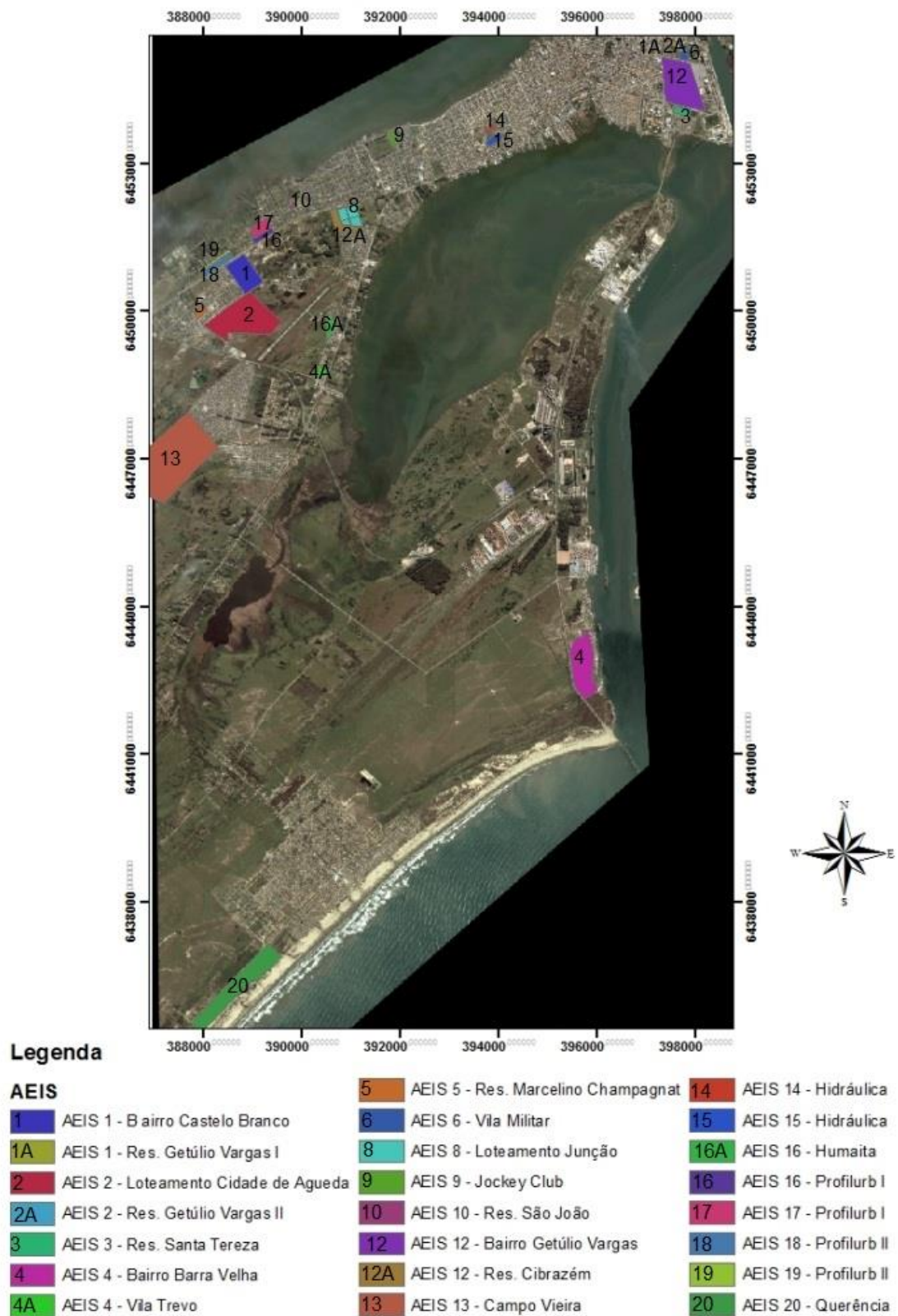


Figura 7: Localização das AEIS do Município de Rio Grande

Fonte: Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária - SMHARG e Laboratório de Topografia – FURG

5.2. Relação dos conflitos habitacionais e as ZEIS municipais

O mapa disponibilizado pela SMHARF destaca vinte áreas gravadas como AEIS em Rio Grande. Todas elas distribuídas dentro do perímetro urbano da cidade.

Dentre as AEIS em destaque, está uma significativa área da Barra e também da Junção, ambas foram mobilizadas por conflitos habitacionais nos anos analisados na pesquisa. Nos conflitos, a Barra destacou-se tanto na situação de ocupação como na de regularização fundiária. A Junção também foi alvo de ocupação. Os dois casos poderiam se enquadrar dentro do processo do PMCVM que proporciona construções de HIS em áreas vazias ou subutilizadas. Entretanto, somente a área da Junção é definida no seu regime urbanístico como HIS.

Entre as AEIS definidas pela SMHARF, os residenciais Champagnat e São João, ambos foram enquadrados e contemplados na primeira etapa da política do PMCMV do governo federal. Os mesmos foram construídos nas AEIS dentro do processo que atendeu famílias de baixa renda. Tal processo ameniza o déficit habitacional.

O primeiro empreendimento construído na cidade foi denominado de Residencial Marcelino Champagnat e configura-se espacialmente em um condomínio fechado horizontal, constituído de 240 residências. Já o segundo, denominado de Residencial São João, é um residencial fechado vertical, composto por 180 apartamentos, totalizando assim as 420 unidades habitacionais construídas na cidade do Rio Grande/RS; regulamentadas pelo PMCMV e destinadas à população que recebe até três s. m. (LOPES, 2012, p.17).



Figura 8: Residencial Marcelino Champagnat

Fonte: *Jornal Agora*, 4 jan. 2011.



Figura 9: Residencial São João

Fonte: *Jornal Agora*, 07 nov. 2012

Outra área definida como AEIS contemplada pelo PMCMV foi o Residencial Jockey Club, também uma construção do PMCMV, onde foram construídas 200 unidades habitacionais. Na mesma área foi construído o primeiro shopping de grande porte do município, e se instalou no antigo prédio do Jockey Club a nova sede da Escola de Belas Artes “Heitor de Lemos”.



Figura 10: Residencial Jockey Club

Fonte: *Jornal Agora*, 04 out. 2013



Figura 11: Praça Rio Grande Shopping

Fonte: *Jornal Agora*, 22 abr. 2014.

Considerando as outras áreas identificadas como AEIS, destacam-se alguns espaços do bairro Getúlio Vargas, ameaçados pela expansão portuária. Estão sendo construídos residenciais verticais¹⁰⁷ para reassentar as famílias que moram junto ao muro da General Motors – GM. “No caso do BGV, muitas famílias que serão atingidas pela expansão moram atualmente em condições precárias e necessitam de projetos que visem à melhoria das atuais condições de moradia¹⁰⁸” (2012, p. 9).

Os projetos das obras estão sendo realizadas pela SUPRAG, com recursos do PAC. “Os domicílios contam com metragem de 38m² e serão inseridos no PAR- Programa de Arrendamento Residencial, o que implica no pagamento, pela família, do valor do arrendamento e também nas despesas de condomínio” (Idem, 2012, p.10).

As obras tinham sido paradas, mas já estão sendo recomeçadas. Segundo informações da SMHARG, serão recontadas as famílias, pois a área em expansão foi reduzida.



Figura 12: Residencial Getúlio Vargas I – Rua D. Pedro II

Fonte: *Jornal Agora*, 25 out. 2011.

¹⁰⁷ Residencial Getúlio Vargas I e II.

¹⁰⁸ Segundo o *Relatório da Missão sobre Megaprojetos de Desenvolvimento na cidade do Rio Grande/RS* – Relatoria do Direito Humano à Cidade – Plataforma Dhesca – Missão 2012.

Outra área de expansão portuária e definida como AEIS é o Residencial Santa Tereza, onde estavam sendo construídas moradias para 260 famílias, mas a construção precisou ser interrompida, pois o solo está contaminado. “A área, por décadas, serviu de depósito para tanques de combustível, cujas estruturas teriam sido corroídas pela ação do tempo, o que teria ocasionado o vazamento dos resíduos e a contaminação do terreno”¹⁰⁹. Para completar o processo de construção das moradias na área, a mesma deveria ser descontaminada.

Assim informa o coordenador geral do Gabinete de Programas e Projetos Especiais do Executivo, Jomar Juliano Lima¹¹⁰:

Para se construir unidades habitacionais no local seria necessário remover, pelo menos, quatro metros de terra em toda a extensão do terreno (de 44.810m²). A terra contaminada deveria ter transporte especial e ser armazenada em local apropriado para não gerar mais contaminações, mas o processo seria inviável pela complexidade. Diante disso, o Executivo está procurando, o mais rápido possível, outra área que contemple o mesmo empreendimento.



Figura 13: Residencial Santa Tereza

Fonte: *Jornal Agora*, 5 set. 2013.

¹⁰⁹ *Jornal Agora*, 5 set. 2013, p. 3.

¹¹⁰ *Idem*, 5 set. 2013, p. 3.

Além das áreas enfatizadas, também foram mapeadas outras áreas como AEIS no município. A utilização das mesmas pode amenizar os conflitos habitacionais e, conseqüentemente, diminuir o déficit habitacional na cidade, através de projetos de HIS.

Lembrando que as HIS estão associadas às ZEIS de vazios, sendo elas categorizadas por dois condicionantes: o tipo ou padrão da moradia e a caracterização da população beneficiária. Logo várias dessas áreas podem contribuir no assentamento e no reassentamento de famílias desprovidas de moradia própria e digna.

Para que as AEIS do município recebam projetos definidos para HIS, elas devem ser enquadradas nos seus regimes urbanísticos como tal. Além disso, todos os agentes envolvidos nos trâmites e nas negociações dos projetos e programas habitacionais devem tomar as medidas necessárias para garantir a efetivação e a conclusão dos mesmos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática da moradia em Rio Grande/RS pode ser percebida como um processo que se desenvolveu desde a sua fundação. A mesma ergueu-se sob um forte militar que serviu de base para a consolidação do que é hoje o Estado do Rio Grande do Sul. A partir daí, foram se atribuindo formas e funções a pequena Vila do Rio Grande. Entre elas, a dragagem e a construção do primeiro porto marítimo do estado (1823), que possibilitou a abertura econômica e facilitou a sua expansão urbana.

Por apresentar favoráveis condições geográficas, o município constantemente passa por alguns ciclos econômicos que repercutem na escala local os ciclos que ocorrem em escala nacional e global. O período industrial fabril em Rio Grande, no início do século passado, atraiu um grande contingente de pessoas para a cidade devido à oferta de empregos. Isso se repetiu na década de 1970, quando foi construído o Distrito Industrial e expandiu-se a área portuária, onde novamente se verificou a necessidade de mais mão-de-obra.

Em ambos os casos, a atração de mão-de-obra transformou e mudou a espacialidade urbana do município. A cidade foi-se moldando e ultrapassando barreiras para abrigar a população que aqui se consolidava. Foi assim que se preencheram rapidamente as áreas periféricas, pois era preciso suprir a demanda por habitação. Ou, ao menos, amenizar tal necessidade.

Novamente, em função do seu porto, Rio Grande, no ano de 2006, recebeu a Indústria Naval. Com recursos do PAC, a mesma instalou-se na cidade e trouxe consigo o crescimento demográfico e econômico. Devido à baixa qualificação profissional da população rio-grandina, a mão-de-obra naval foi quase toda preenchida, num primeiro momento, por pessoas de outras regiões do país.

Esse fato ocasionou, novamente, um aumento na demanda por moradia no município. A falta de moradia fez subir os preços dos imóveis, pois era muita demanda para pouca oferta. O déficit habitacional municipal preexiste ao Polo Naval, mas este fez evidenciar a necessidade de habitação popular no município.

Nesse contexto, o conflito torna-se uma peça fundamental para o entendimento das relações sociais na perspectiva capitalista em que se está inserido. Da mesma forma que o desenvolvimento traz mudanças positivas, ele é carregado de transformações que ocasionam desconforto no cotidiano da maioria da população, principalmente, no que refere aos serviços básicos para a manutenção de uma vida digna.

Neste caso, a problemática habitacional vem a ser um dos principais serviços especulados na atualidade. O direito de morar é universal, mas adquiri-lo torna-se um privilégio. Ou se está do lado dos especuladores de terras, absorvendo o lucro e a mercadorização do espaço urbano, ou se entra em conflito, reivindicando a efetivação e a legitimação do verdadeiro papel social do Estado na provisão de moradias.

No capítulo em que foram enfatizados os conflitos habitacionais, pode-se observar que a situação de conflito ocasionada por ocupação de áreas particulares ou públicas é a que se destaca. As ocupações de áreas em Rio Grande é um tipo de conflito presente na cidade desde o século passado. Os espaços periféricos no município se formaram, basicamente, por ocupações informais (também chamadas de irregulares).

No quadro geral de conflitos, a situação de ocupação apresenta-se com cinco casos diretos e outros dois casos, indiretos. Isso significa que tal situação predomina nas reivindicações habitacionais do município.

Pode-se notar também que as áreas ocupadas fazem parte da periferia urbana da cidade, dos bairros mais afastados do centro. Nenhuma ocupação nos bairros mais centrais e arredores. A maior parte da população que ocupa as áreas são moradores do próprio bairro. Ambos relatam que moram de aluguel ou vivem de “favor” na casa de parentes.

Nos bairros onde houve ocupações, como em toda a cidade, há inúmeros vazios urbanos, campos que servem, na sua maioria, como depósitos de lixo. Esse fato acaba tornando essas áreas vulneráveis para ocupação, principalmente as áreas particulares, onde os proprietários, muitas vezes, nem ficam sabendo das ocupações.

O ano de 2013 apresentou o maior número de conflitos, entre eles, novamente, a situação de ocupação lidera. Esse resultado pode ser encarado como reflexo das atuais atitudes encontradas na maioria das situações de ocupação. A

atuação da força política e a disputa de interesses políticos faz-se presente por detrás da população manipulada por essas forças.

A questão da regularização fundiária é relevante, ao passo que foi a segunda situação de conflito habitacional mais presente nos anos estudados. A mesma é articulada na construção social das políticas públicas de gestão do solo urbano há anos, sendo regulamentada e aprovada como lei há pouco tempo.

Tal política requer da sociedade e, principalmente, dos agentes públicos envolvidos, responsabilidade e discernimento nos procedimentos que norteiam a sua efetivação. Responsabilidade para agir de forma coerente aos interesses da população desprovida de recursos econômicos e sociais; e discernimento para garantir a efetivação desses interesses, tanto na aplicabilidade como na agilidade de tal política.

Outro instrumento que veio para facilitar e agilizar o processo de aquisição de moradia para famílias de baixa e média renda são as ZEIS ou AEIS. Caracterizam-se por serem mais um avanço da política pública habitacional, sua maior função é tornar aproveitados os espaços vazios presentes nas cidades e viabilizar a regularização e a urbanização de áreas ocupadas.

Em Rio Grande, como se vê, foram gravadas mais de vinte áreas. Algumas áreas apresentam residenciais provenientes de recursos do PMCMV, mas somente uma é gravada no seu regime urbanístico como área que garante a construção de HIS. A HIS é uma possibilidade de amenizar o déficit habitacional como um todo.

É importante salientar que essa nova conjuntura criada para as políticas habitacionais em âmbito federal veio para alavancar o processo de produção de moradia popular. As políticas melhoraram, criaram-se meios reais de articulação entre a sociedade e o poder público para garantir o direito à moradia. Todavia, é necessário tornar-se efetiva tal articulação independente de aliança política, de movimento social, de interesses individuais. Aqui o direito Constitucional deve prevalecer.

Tais políticas só são legitimadas sob a ação dos agentes que as envolvem, mais precisamente, os agentes públicos em articulação com os agentes mais interessados – a população. Ambos estão presentes no cotidiano da cidade e no desenrolar dos conflitos. São eles que os tornam reais. É a dialética da realidade social. O conflito existe para tornar dinâmico o *devoir* humano.

De certa maneira a identificação dos conflitos habitacionais tornou real a situação habitacional da cidade. Pelo menos identificou quais são as situações mais predominantes nas reivindicações populares pelo direito à moradia. E também possibilitou a localização geográfica das áreas mais conflitantes.

Em ambos os conflitos o Estado se fez presente. E suas ações caracterizaram-se pelo ato de reintegrar ao poder público as terras ocupadas. Ato ligeiramente consolidado em todos os relatos do material utilizado para a pesquisa. Dado que só reiterou a afirmação por disputa de interesses governamentais ou não, pela especulação do solo urbano na cidade.

A partir da categorização de conflitos ambientais dos autores ZHOURI E LASCHEFSKI (2010), os conflitos habitacionais tomaram feições individuais no espaço-temporal das práticas que os atribuíram. Os conflitos territoriais reafirmaram a acumulação do capital, a relação dialética das relações Estado-Capital. Na própria finalidade de determinadas políticas públicas, o Estado cria alianças com o setor empresarial. Dessa maneira, o desenvolvimento da regularização fundiária popular torna possível o desenvolvimento urbano-industrial-capitalista.

Já a concepção de conflitos ambientais distributivos traz consigo a ideia pré-concebida da distribuição desigual dos recursos naturais. E essa desigualdade foi atribuída à falta ou à má distribuição dos recursos sociais necessários para o desenvolvimento da manutenção da vida na cidade.

A base dos conflitos é a desigualdade, é a irreprodutividade das práticas espaciais no cotidiano urbano. Neste caso, busca-se o direito da apropriação de direitos essenciais, como o saneamento básico, a energia elétrica, a distribuição de água potável, a coleta de lixo, o transporte público, o arruamento, a criação de escolas e creches, enfim, direitos assegurados por lei. A não acessibilidade de tais direitos faz surgir à injustiça ambiental e social.

Por sua vez, os conflitos ambientais espaciais não foram evidenciados diretamente nos conflitos habitacionais pesquisados, mas, como foi ressaltado anteriormente, os mesmos estão presentes diariamente no espaço urbano de Rio Grande.

Por ser uma cidade que abriga um polo industrial químico e petrolífero, onde a apropriação e a produção do espaço em determinados territórios é dividida com a população, os problemas, tanto no ar como na água, ocasionam conflitos ambientais espaciais.

Do ponto de vista analítico, essas definições possibilitaram a caracterização individual dos conflitos habitacionais. Cada conflito foi definido dependendo da sua deficiência, da sua insustentabilidade dentro do modelo de cidade hegemônica.

Partindo da análise do material utilizado, este possibilitou a expectativa da presente pesquisa. Como o objetivo central era a identificação e a reflexão dos conflitos habitacionais dentro do recorte temporal estipulado, verificando determinadas características e distribuindo-os no espaço urbano do município, este foi superado. Claro que outros meios poderiam ter engrandecido o estudo, como entrevista com os diferentes agentes envolvidos, por isso considera-se esse aspecto como uma das limitações visíveis da pesquisa.

Para estudos futuros pretende-se aprofundar as questões ligadas às situações de regularização fundiária e a formação das zonas periféricas do município, tendo como ênfase a situação fundiária das mesmas.

Espera-se que este trabalho tenha contribuído para uma leitura crítica da cidade de Rio Grande e possa ser lido pelos seus cidadãos, especialmente os que lutam pela moradia na cidade como um instrumento de suas lutas por uma cidade mais humana e sustentável.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. A sustentabilidade das cidades e os conflitos ambientais urbanos. In: GOMES, Maria de Fatima Cabral Marques; BARBOSA, Maria José de Souza (orgs.). **Cidade e sustentabilidade**: mecanismos de controle e resistência. Rio de Janeiro: Terra Vermelha, 2010.

ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ARAÚJO, Josélia Carvalho. O lugar e o não-lugar da globalização: as nuances da cidade na economia flexível. **Sociedade e Território**, v. 16, n.1-2, p. 47-58, 2004.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2011.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (org.). **Demanda habitacional no Brasil**. Brasília, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO Maria Beltrão Encarnação (orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS. **Projeto Moradia é Central – lutas, desafios e estratégias**. São Paulo, 2012.

COSTA, Geraldo Magela. A contribuição da teoria do espaço de Lefebvre para a análise urbana. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPUR, 10. **Anais...** Belo Horizonte, 2003. p. 9-14.

COHRE – CENTRO PELO DIREITO À MORADIA E CONTRA DESPEJOS. **Guia Direito à Moradia**. Elaborado por Karla Moroso e Cristiano Müller, 2009.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DHESCA Brasil – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. Relatoria do Direito Humano à Cidade. **Relatório da Missão sobre Megaprojetos de Desenvolvimento na cidade do Rio Grande – RS**. Elaborado por Karla Moroso e Cristiano Müller, 2012.

DIÁRIO POPULAR, 17 dez. 2009, p. 2.

DIÁRIO POPULAR, dez. 2010, p. 2.

DIÁRIO POPULAR, 23 mar. 2011, p. 7.

DIÁRIO POPULAR, 28 maio 2011, p. 3.

DIÁRIO POPULAR, 20 ago. 2011, p. 24.

DUMITH, Raquel de Carvalho; PEREIRA, Priscila Straccioni; MACHADO, Carlos RS. **A injustiça ambiental no extremo sul do Brasil: o caso da cidade do Rio Grande (RS)**. 14º EGAL – Encontro de Geógrafos da América Latina, Lima, Peru, 2013.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2012. 24ª ed.

FOLHA GAÚCHA, 27 ago.-02 set. 2011, p. 3.

FOLHA GAÚCHA, 21-27 abr. 2012, p. 16.

FONSECA JR., Wilson Correa da Fonseca. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2012.

FREITAS, Sabrina da Rosa. **Um estudo sobre a cidade e seus conflitos urbanos: o caso da cidade do Rio Grande – RS**. XVII Encontro Nacional de Geógrafos, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil 2011 – 2012**. Resultados Preliminares. Governo de Minas Gerais. Nota técnica. <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/363-deficit-nota-tecnica-dh-2012/file>

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IBGE – Cidades. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431560&search=rio-grande-do-sul|rio-grande|infograficos:-informacoes-completas>>.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

JORNAL AGORA, 01 maio 2010.

JORNAL AGORA, 25 maio 2010.

JORNAL AGORA, 04 nov. 2010, p. 3.

JORNAL AGORA, 30 abr.–01 maio 2011, p. 3 e 5.

JORNAL AGORA, 20 jun. 2011, p. 6.

JORNAL AGORA, 21-22 abr. 2012, p. 2-3.

JORNAL AGORA, 2-3 jun. 2012, p. 3.

JORNAL AGORA, 5 set. 2013, p. 3.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Ana Maria Simões Coelho, Doralice Barros Pereira, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins (Grupo “As (im) Possibilidades do Urbano na Metrópole Contemporânea” do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG, 2006). Edição não-oficial.

_____. **A revolução urbana**. 3. reimpr. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. **Marxismo**: tradução William Lagos. - Porto Alegre: L&PM, 2011.

_____. **O direito à cidade**. 3. reimpr. São Paulo: Centauro, 2011.

LOPES, Cledir da Conceição. **Produção do espaço urbano na cidade do Rio Grande-RS**: as ações dos agentes sociais no processo de construção dos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida. Rio Grande, 2012. Dissertação [Mestrado em Geografia – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande.

MACHADO, Carlos R. S.; MARTINS, César Augusto Ávila (orgs.). **Leituras do pensamento de Henri Lefebvre**. Rio Grande: FURG, 2011.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande**: industrialização e urbanidade (1873-1990). Rio Grande: Ed. da Furg, 2006.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Habitação. **Guia de Adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS – Campanha Direito à Moradia**. Brasília, 2010.

_____. Secretaria Nacional de Habitação. **Guia para Delimitação e Regularização de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS em Vazios Urbanos**. Brasília, 2009.

_____. **Plano Diretor Participativo**: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília, 2004.

_____. Secretaria Nacional de Habitação e Secretaria Nacional de Programas Urbanos. **Regularização Fundiária Urbana**: como aplicar a Lei Federal nº 11.977/2009. Brasília, 2010.

MOREIRA, Sônia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2012.

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DO EXTREMO SUL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.observaconflictos.ippur.ufrj.br/extremossul/ajax/indexajax2.asp>>.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada. Fundação João Pinheiro. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 – Perfil do Município de Rio Grande/RS**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>.

RANDOLPH, Rainer. A dialética entre o próximo e o distante: reflexões acerca da cidade e do urbano contemporâneos. In: ANPUR (org.). **Entre a ordem próxima e a ordem distante**. Sessão Livre do X Encontro Anual da ANPUR, Belo Horizonte, p. 34-68, 2003.

RIO GRANDE. **Plano Municipal de Saneamento Básico – Município do Rio Grande**, abr. 2014.

SEVA FILHO, A. Oswaldo. Capitalismo e energia: alguns mecanismos básicos dos conflitos e das injustiças sofridas pelo povo brasileiro. In: PACHECO, Tânia; PORTO, Marcelo Firpo de S. (orgs.) **Injustiça ambiental e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

_____. Mina grande, conflitos gerais. Texto especial para a apresentação do projeto “Mapeamento dos Conflitos Sócio-Ambientais de Minas Gerais” desenvolvido pela equipe do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais GESTA, do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, maio 2011.

_____. Territórios – resistência do povo e regiões-alvo do capital: notas sobre a espoliação e a luta política. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 28. São Paulo, 2-5 jul. 2012.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, Edson Armando; JUNCES, Ivan Jairo (orgs.). **Construindo a ciência**: elaboração crítica de projetos de pesquisa. Curitiba: Pós-Escrito, 2009.

SILVA, Rogério Piva da; GONÇALVES, Rodrigo da Rocha; CARVALHO, Ana Beatriz Kaffka; OLIVEIRA, Camilla de. O impacto do polo naval no setor imobiliário da cidade do Rio Grande – RS. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 6. **Anais...** Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/eeg/6/mesa3/O_Impacto_do_Polo_Naval_no_Setor_Imobiliario_da_cidade_de_RioGrande_RS.pdf>.

UZZO, Karina Gaspar; SAULE JÚNIOR, Nelson. **Conhecendo o Direito**: proteção e garantia dos direitos humanos no âmbito de megaprojetos e megaeventos. São Paulo: Instituto Pólis de Estudos, Formação e Acessória em Políticas Sociais; Secretaria de Direitos Humanos, 2012.

ZERO HORA, 27 junho 2010, p.11.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

8. ANEXOS

Anexo 1. Notícias que complementam o Conflito do ABC¹¹¹

- 21 jan. 2011 (*Jornal Cassino*, p. 11) – SEC trabalha na implantação do Loteamento ABC X, no Cassino. A Prefeitura do Rio Grande, através da Secretaria Especial do Cassino (SEC), trabalha já há bastante tempo para implantar o loteamento ABC X, no bairro-balneário Cassino. A informação é do titular da SEC, Irajá Pellegrini. Conforme o secretário, um dos itens exigidos para a licença de instalação emitida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), para que os lotes sejam entregues aos seus adquirentes, é a instalação do sistema de coleta de esgoto cloacal.

- 21 e 22 abr. 2012 (*Jornal Agora*, p. 1 e 3) Proprietários querem urgência na regularização do ABC X. A fim de resolver a situação irregular do loteamento ABC X, um problema que já se alastra há mais de 25 anos, estiveram reunidos ontem, na Câmara Municipal, o prefeito Fábio Branco, o promotor de Justiça especializada, José Alexandre Zachia Alan, o secretário Especial do Cassino, Irajá Pelegrini, o superintendente da Corsan, Ricardo Freitas, o gerente regional da Fepam, Francisco Finger, o coordenador da regional-sul Sema/Fepam, Rafael Ucker Brahm, o coordenador da Procuradoria Jurídica do Município, Dr. Oscar Cornelsen Neto, uma comissão de proprietários de terrenos do local, além dos vereadores Charles Saraiva (PMDB), Augusto Cezar (PDT), Júlio Martins (PCdoB), Nando (PCdoB) e Luiz Francisco Spotorno (PT).

- 21 a 27 abr. 2012 (*Folha Gaúcha*, p. 16) A Câmara Municipal realizou na semana passada audiência pública para tratar da situação do loteamento ABC X, promovido pela Prefeitura no Cassino, que iniciou em 1986 e comercializou 586 lotes. Destes, apenas 285 foram entregues até hoje. Passados mais de 25 anos, alguns proprietários morreram sem receber o terreno a que tinham direito.

- 24 abr. 2012 (*Jornal Agora*, p. 2 – Coluna Opinião) “Finalmente, ao que parece, começa a surgir a sonhada luz no fim do túnel para os adquirentes dos terrenos no loteamento ABC X, no balneário Cassino, através das reuniões com a presença de representantes da Prefeitura, do Ministério Público, da Corsan, da Fepam e dos proprietários dos terrenos, além de outros segmentos, na busca de uma solução para um problema que se arrasta por mais de 25 anos. [...]”

- 10 maio 2012 (*Jornal Agora*, p. 3) Proprietários voltam a cobrar solução para o caso ABC X. Uma comitiva de proprietários de terrenos do loteamento ABC X esteve, na tarde de ontem, na Câmara Municipal, a fim de entregar à presidência do Legislativo uma carta solicitando a solução do problema que impede aos adquirentes a apropriação dos loteamentos que foram vendidos pela Prefeitura Municipal em 1986. A proprietária de um terreno no local, Sandra Mara Pickersgrill, que esteve

¹¹¹ Dados do Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil. Disponíveis em: <<http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/extremossul/ajax/indexajax2.asp>>.

ontem no Legislativo, disse que espera há 26 anos uma solução para o problema. Segundo ela, a situação é caótica e as pessoas cansaram de ser enroladas. “Não adianta a Prefeitura empurrar o problema para a Corsan, Fepam e Ministério Público. A Prefeitura tem que resolver, a Prefeitura vendeu os terrenos e tem que cumprir o que a Fepam exige”, desabafou.

Anexo 2. Notícias que complementam o Conflito da Ocupação Barra¹¹²

- 02 e 03 jun. 2012 (*Jornal Agora*, p. 3) – Prefeitura entra com ação de reintegração de posse de área invadida na Barra. A Procuradoria Geral do Município já entrou com ação de reintegração de posse da área invadida na Barra, no domingo, 27 de maio. Segundo o procurador geral em exercício, Oscar Cornelsen Neto, o local está sendo monitorado e todo o levantamento já foi efetuado. “Estamos agora trabalhando a ação de reintegração, pois aquela área está destinada para fins institucionais. Poderá ser construído, um posto, uma escola ou uma praça”, ressaltou Neto. Ele acredita que até segunda-feira, 4, já tenha saído a decisão judicial. O primeiro terreno a ser invadido no domingo, 27 de maio, tem aproximadamente quatro hectares e é uma área de domínio público, tendo sido doada pelo Porto à Prefeitura e fica localizada atrás do campo do Mirim. A segunda invasão é em área portuária e fica ao lado da igreja da Barra. A terceira área é no final da rua principal, em direção à praia.

- 05 jun. 2012 (*Jornal Agora*, capa e p. 3) – Ocupantes têm prazo de até cinco dias para deixar áreas invadidas. Na tarde de hoje, um oficial de justiça, acompanhado pela Brigada Militar, entregará a cada ocupante das áreas invadidas na 4ª Seção da Barra, o pedido de reintegração de posse e a consequente retirada do local. “A decisão judicial será cumprida integralmente e atinge todas as áreas invadidas”, informa o secretário municipal da Habitação, Roberto Oleiro Dutra. Ontem pela manhã, Gilmar Ávila, da coordenação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia esteve conversando com os ocupantes das áreas. Orientando-os sobre seus direitos, Ávila lembrou que quando o poder público não faz seu papel de prover moradias a quem de fato não tem condições, estes acabam ocupando áreas. A coordenação estadual também procurou o Conselho Tutelar para garantir que nenhuma família seja retirada no período final de tarde, ou à noite, por causa da crianças. “Há muitos menores nos locais e temos que garantir os direitos destas crianças”, avalia Ávila.

- 06 jun. 2012 (*Jornal Agora*, p. 3) – Ocupantes ganham novo prazo para deixar áreas invadidas. A Brigada Militar esteve ontem, 5, nas áreas invadidas da 4ª Seção da Barra, acompanhando o oficial de Justiça que entregou a intimação de reintegração de posse para os invasores. E o prazo de até cinco dias para saída das áreas foi ampliado para sete. Entre os dias 30 e 31, iniciou-se a invasão de área pertencente ao Porto, localizada ao lado da igreja, e que se une a primeira invasão,

¹¹² Dados Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil. Disponíveis em: <<http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/extremossul/ajax/indexajax2.asp>>.

e outra no final da rua principal, em direção à praia. No dia 1 de Junho, a área pertencente ao CTG Xiru da Barra, localizada atrás do CTG, foi invadida. A liminar de reintegração de posse abrange todas estas áreas.

- 12 jun. 2012 (*Jornal Agora*, p. 3) – Liminar de reintegração de posse de áreas invadidas é derrubada. Saiu ontem, 11, no final da tarde, a decisão do Tribunal de Justiça derrubando a liminar de reintegração de posse das áreas invadidas na 4ª Seção da Barra. Em todas as áreas invadidas há aproximadamente 150 moradias provisórias. E segundo informações obtidas com invasores que participaram de uma reunião na manhã de ontem, 11, na Prefeitura, a partir desta quarta-feira, deveria iniciar um cadastro das pessoas que estão nas áreas ocupadas para serem realocadas mais tarde em projetos de moradias na Barra. Todos os moradores têm em comum a falta de moradia própria, morando até então em casas de parentes ou de aluguel, sendo pescadores, desempregados, mulheres e crianças.

- 13 jun. 2012 (*Jornal Agora*, p. 5) – Ocupantes de áreas invadidas começam a construir casas. Um clima bem diferente das duas últimas semanas era a tônica nas áreas invadidas da 4ª Seção da Barra, na manhã de ontem, 12. Os ocupantes ainda comemoravam a derrubada da liminar de reintegração de posse concedida pelo Tribunal de Justiça de Porto Alegre no final da tarde de segunda-feira, 10. O secretário municipal da Habitação, Roberto Dutra, informa que o Departamento Jurídico já entrou com ação junto ao Tribunal de Justiça do Estado, apresentando as contra razões da decisão que acabou por derrubar a liminar de reintegração de posse. Dutra enfatiza: “pretendemos construir lá um verdadeiro núcleo habitacional e não mais uma favela. A área não tem infraestrutura. Então, como vamos permitir que as pessoas, principalmente crianças, se soquem dentro daquele buraco”.

- 21 jun. 2012 (*Jornal Agora*, p. 3) – Nova ordem judicial reintegra áreas invadidas na 4ª Seção da Barra. Hoje, 21, a partir das 8h, a Brigada Militar e toda a estrutura da administração municipal, representando aproximadamente 200 pessoas, estarão na 4ª Seção da Barra, para a reintegração de posse das áreas invadidas. A Prefeitura entrou com recurso contra a derrubada da liminar de reintegração de posse, concedida pelo Tribunal de Justiça de Porto Alegre no dia 10 de junho, e agora saiu a decisão, dando ganho de causa para a administração municipal do Rio Grande.

- 22 jun. 2012 (*Jornal Agora*, p. 3) – Posseiros são retirados das áreas invadidas na 4ª Seção da Barra. A retirada dos ocupantes das áreas invadidas da 4ª Seção da Barra foi realizada ontem, 21, durante todo o dia. E todas entraram na ordem judicial de reintegração de posse, desde a área atrás do CTG Xirú até onde se localiza um bar, anexando assim as áreas ao lado da igreja, atrás do campo do Mirim, tirando assim a dúvida existente até a tarde de quarta-feira: se a área do Xirú estava fora ou não da ordem judicial. Aproximadamente às 9h, a oficial de Justiça, Maira da Silva, acompanhada por policiais do POE, Conselho Tutelar e secretarias municipais da Habitação, Serviços Urbanos, Segurança e Trânsito, fiscalização e Obras, começaram os trabalhos de remoção das famílias. Alguns dos invasores já haviam

retirado suas casas provisórias, maiores, na quarta-feira e ficaram somente pequenos barracos de madeira e outros de lona.

Anexo 3. Notícias que complementam o conflito do Parque Marinha¹¹³

- 04 jan. 2013 (*Diário Popular*, p. 2) - **Prefeitura irá cadastrar famílias que ocupam áreas** - Em no máximo quatro dias a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária deve concluir um cadastro das famílias que estão ocupando lotes no Parque Marinha. A informação foi repassada na tarde de ontem à imprensa durante uma coletiva da pasta. Através da inscrição, o Poder Executivo pretende identificar quem são essas pessoas e evitar a venda de terrenos da área. A prefeitura ainda não sabe informar o número de terras invadidas, nem de famílias que se mudaram para esses locais. O registro deve ter início hoje.

- 16 jan. 2013 (*Jornal Agora*, p. 3) - **Prefeitura mantém posição e advogado diz que vai recorrer** - Ocupantes do bairro Parque Marinha estiveram reunidos, no início da noite de segunda-feira, com representantes da Câmara Municipal de Vereadores e da Prefeitura de Rio Grande. O objetivo do encontro, que ocorreu na Câmara, foi tratar sobre as invasões e, também, sobre a liminar judicial, que dá o prazo até o dia 26 para os ocupantes saírem dos terrenos. Alguns terrenos já estão sendo desocupados.

- 27 jan. 2013 (*Jornal Agora*, p. 3) - **Ocupantes do Parque Marinha devem deixar terreno até amanhã** - O terreno que foi invadido nas proximidades da caixa d'água, no bairro Parque Marinha, deve ser desocupado até amanhã - dia 29 de janeiro. O fato se da em razão da justiça ter atendido a solicitação da Prefeitura Municipal do rio Grande e determinado a reintegração de posse do terreno, que é uma área pública. Alguns ocupantes já estão deixando o local.

- 28 jan. 2013 (*Jornal Agora*, p. 3) - **Reintegração de posse no Parque Marinha é cumprida pacificamente** - Apenas quatro famílias, das 58 cadastradas na invasão de área do Parque Marinha, aguardavam ontem, 27, a chegada das máquinas da Prefeitura e os policiais da 1º e 3º Cia do 6º BPM, que foram cumprir o mandado de reintegração de posse. O capitão Claudiomiro Mendonça, comandante das duas companhias, disse que tudo ocorreu normalmente. “Estas quatro famílias aguardavam equipe e maquinários da Prefeitura para desmanchar os casebres e levar para endereços certos, que não outras invasões”, informa. A área é próxima da caixa d'água da Corsan. A reintegração de posse estava em nome da Prefeitura Municipal do Rio Grande.

¹¹³ Dados Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil. Disponíveis em: <<http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/extremossul/ajax/indexajax2.asp>>. Adaptado pela pesquisadora.

Anexo 4. Notícias que complementam o conflito da Castelo Branco¹¹⁴

- 07 mar. 2013 (*Diário Popular*, p. 2) - **Reintegração de posse retira 250 barracos de área pública** - *De forma pacífica, as famílias foram retiradas ontem de terrenos no bairro Castelo Branco.*

Mais uma reintegração de posse de terrenos municipais ocorreu na manhã de ontem no bairro Castelo Branco. A situação dos invasores que ocuparam locais públicos, desde o final do ano passado, parece ter chegado ao fim após o último cumprimento de mandado judicial. As residências improvisadas, construídas basicamente com madeiras e telhas velhas confeccionadas pelas famílias, começaram a ser destruídas por volta das 7h30min. Participaram da desocupação o oficial de Justiça designado, a Brigada Militar (BM) e vários órgãos da prefeitura. A ação perdurou durante todo o dia e ocorreu de forma pacífica.

- 07 mar. 2013 (*Jornal Agora*, p. 4) - **Ocupantes deixam área da Castelo Branco II** - Ocupantes da área no bairro Castelo Branco II foram retirados ontem, 6, através de ordem judicial de reintegração de posse, em operação que levou mais tempo do que o esperado, pelo número de barracos existentes no local. A invasão ocorreu no final do ano passado, quando, aproximadamente, mil famílias entraram no terreno de propriedade da Prefeitura Municipal. Com o tempo, e a certeza de não poderem ficar, muitos deixaram a área. Permaneceram no local apenas cinco famílias e restaram 258 barracos, que foram postos abaixo por máquinas e homens da administração municipal.

Anexo 5. Notícias que complementam as decorrentes ocupações no início do ano de 2013¹¹⁵

- 30 jan. 2013 (*Jornal Agora*, p. 5) - **Invasão em área de preservação permanente é motivo de reunião** - Terrenos que são de propriedade da União, no município de Rio Grande, tem sido objetos de invasões, seguidamente. Em razão disso, na tarde de ontem, foi realizada uma reunião com o Procurador Seccional da União, em Rio Grande, Éder Maurício Pezzi López, e representantes de órgãos do Município. Segundo Lopez, o encontro ocorreu para tratar, especialmente, das invasões que estão sendo feitas em áreas sensíveis, como o Saco da Mangueira, o canal norte e o Cassino, já que, de acordo com ele, as áreas são terrenos de Marinha e constituem áreas de preservação permanente (APP).

¹¹⁴ Dados do Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil. Disponíveis em: <<http://www.observaconflictos.ippur.ufri.br/extremossul/ajax/indexajax2.asp>>.

Adaptado pela pesquisadora.

¹¹⁵ Dados do Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil.

Disponíveis em: <http://www.observaconflictos.ippur.ufri.br/extremossul/ajax/indexajax2.asp>. Adaptado pela pesquisadora.

- 21 mar. 2013 – (*Jornal Agora*, p. 3) - **Ocupantes são retirados de área da Vila Mangueira**

Reintegração de posse removeu mais de 50 barracos de terreno permanente ao Porto - A chuva de ontem, 20, não cooperou nem um pouco para melhorar o dia de muitas famílias que foram retiradas de área de ocupação, pertencente a Supertendência do Porto de Rio Grande (Suprg), localizada na entrada da Vila Mangueira. A reintegração de posse foi cumprida a partir das 6h e muitas famílias já não se encontravam mais no local. Segundo o capitão Cleudemiro Mendonça, comandante das 1º, 2º e 3º Companhias de Policiamento, há quase duas semanas os policiais monitoravam o local e solicitaram para que, quando chegasse o dia da retirada, todos já estivessem prontos.

- 28 ago. 2013 – (*Jornal Agora*, p. 5) - **Projeto social auxilia proprietários a regularizar terrenos** - Há 29 anos morando numa casa no bairro São Miguel, a aposentada Jurandir Borges Pinheiro, de 83 anos, nunca havia se preocupado em regularizar a documentação do terreno onde mora. “Não tive condições de fazer antes, mas agora resolvi regularizar”, conta Dona Jurandir, que procurou a defensoria Pública e foi encaminhada À Construção Civil (SAsCC) da Furg.

Criado em 1982 por professores da Escola de Engenharia da Furg, inicialmente, para prestar serviços comunitários à população de baixa renda, em projetos de habitação e interesse social, o SAsCC realizou, nos últimos cinco anos, 532 atendimentos, “a maioria dos atendimentos é em relação a usucapião, regularização e projetos especiais – destinados a instituições de caridade, escolas, associações sem fins lucrativos”, explicou a engenheira Flávia Costa Mattos, professora da Furg e Coordenadora do SAsCC.

- 10 set. 2013 – (*Jornal Agora*, p. 3) - **Invasores evidenciam déficit habitacional em Rio Grande** - Existem hoje em Rio Grande, cinco invasões em áreas do Município: Hidráulica, Humaitá, Cidade de Águeda, Vila Maria e Avenida Pelotas. Para as duas primeiras, já há liminar de reintegração de posse. Os ocupantes destas deverão receber ainda nesta semana a notificação de que deverão se retirar, acredita o secretário municipal de habitação, Gilmar Ávila.

Anexo 6. Relato de uma adquirente do loteamento ABC – X

O loteamento ABC-X começou a ser adquirido a partir de 1986. Em 1987 firmei contrato de compra e venda junto ao município de RG, através da Autarquia do Balneário Cassino. No contrato dizia que tínhamos três anos para saldar a dívida e que no final dos mesmos, os terrenos seriam entregues com infraestrutura (água, luz, arruamento).

Os adquirentes na época eram quase 400, hoje não sei precisar quantos ainda restam porque muitos já faleceram, na esperança de ver seu sonho concretizado, mas seus herdeiros continuam na luta pela posse dos terrenos.

A forma de pagamento era em OTN, uma moeda que tinha variação todos os dias, caso atrasasse alguma prestação, pagava-se juros, multa e até honorários advocatícios.

Existe uma Ação Coletiva tramitando contra a prefeitura por indenização, mas o que queremos é a entrega dos terrenos.

Na época que os terrenos foram vendidos não existia a FEPAM, porque ela foi criada em 1990, onde exigia que houvesse esgoto cloacal e não fossa ecológica e fossa séptica como a Prefeitura queria. Aí começou o entrave. O custo desse investimento seria de 2 milhões na época, quando a Prefeitura tinha uma arrecadação de 400 milhões por ano, um percentual de menos de 0,5 % para o investimento.

Tomou conta dos adquirentes um sentimento de abandono porque o ABC-X nunca era incluído nos projetos de governo. Na estrada Ernesto Luiz Otero via que liga a estrada da Barra até a Avenida Atlântica foi investido 1,7 milhões com recursos próprios da Prefeitura, e para o ABC-X não tinha recursos.

Alguns terrenos foram vendidos numa área de preservação ambiental sem a liberação de órgão competente na época a Secretaria do Meio Ambiente, pois não havia FEPAM.

Alguns adquirentes estão com os terrenos registrados e escriturados.

Muitos prefeitos passaram e agora parece que uma luz no fim do túnel apareceu. O ABC-X foi incluído no contrato de renovação com a CORSAN.

Anexo 7. Gravação: conversa com o Diretor da CURG – Central Única das Associações de Bairros de Rio Grande – André Martins

Anexo 8. Reportagens e artigos de jornais da região que complementam o conteúdo da pesquisa

Janela de Oportunidades

DIÁRIO POPULAR
DOMINGO, 13 DE DEZEMBRO DE 2009

Em dez anos, uma nova ci

O ciclo que se abre com os investimentos no Polo Naval dá forma a uma outra Rio Grande, que pode chegar em 2020 com cerca de 450 mil habitantes; é o cenário de fundo à série Janela de oportunidades

Michele Ferreira

Rio Grande. O redesenho econômico do extremo sul do Brasil está traçado. Até 2015, Rio Grande deve gerar entre 20 e 25 mil empregos diretos. Pode parecer pouco, considerada a média anual de 4,1 mil vagas. Não é. Para cada cidadão colocado no mercado formal, outros três entram na cadeia de forma indireta. Projeções da Universidade Federal do Rio Grande (Furg) e da prefeitura demonstram que a população, hoje de 205 mil habitantes, pode dobrar. Já se fala numa Nova do Mar de aproximadamente 450 mil moradores, em 2020.

Durante seis dias, o Diário Popular apresenta a série *Janela de oportunidades* e traz à comunidade essa nova Rio Grande que se configura e deve espalhar desenvolvimento a vários municípios da Zona Sul. O carro-chefe é a Petrobras que, em uma década, deverá aplicar R\$ 9,8 bilhões e gerar 9,6 mil empregos diretos - entre as plataformas P-55 e P-63 e a construção de oito cascos, para alimentar a estrutura destinada ao pré-sal.

Um ponto é certo: Rio Grande terá de se transformar. E os pesquisadores apontam: o processo é irreversível. Trânsito e transportes, segurança, habitação, saúde, educação, rede hoteleira e restaurantes, comércio e serviços. Todos os setores terão de receber investimentos públicos e privados. Não tem volta. E os primeiros efeitos já aparecem. Na rede municipal de ensino, a procura por vagas, que apresentava um acréscimo de 0,6% a 1% ao ano, saltou para 10% em 2009 e, em 2010, não deve ser diferente. Nesse contexto, outro ponto também é certo: os problemas irão surgir bem mais rápido do que as soluções.

Para engordar o PIB

Aposta no Polo Naval. Investimentos no setor metal-mecânico. Fertilizantes, alimentos, madeira. Expansão da infraestrutura portuária. Área de logística. Geração de energia. Se todo o cenário que se anuncia for confirmado, Rio Grande deverá ocupar o segundo ou o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul, em 2020. Hoje, a cidade está na sétima posição, com uma renda per capita média, anual, de R\$ 17,6 mil.

No capítulo de abertura da série *Janela de oportunidades*, neste domingo, o DP passa os principais projetos e chama o leitor a acompanhar um processo que já se

iniciou e pode mudar também a sua vida, morador de Rio Grande ou não. Estudo desenvolvido pela Furg, ao longo de um ano, indica que cidades como São José do Norte, Santa Vitória do Palmar, Chui, Jaguarão e Pelotas tendem a se beneficiar mais rapidamente, seja para alimentar as indústrias com insumos ou criar novos produtos, seja para absorver um dinheiro que irá girar em Rio Grande e ser canalizado à região. O turismo, portanto, é uma das áreas que tende a se fortalecer.

Ao todo, 95 ações estratégicas foram apontadas no material entregue em maio ao governo do Estado, com vistas à dispersão do desenvolvimento. "É um processo irreversível. As prefeituras terão de qualificar seus quadros e alavancar recursos para infraestrutura. O desafio é grande", afirma o doutor em Ordenamento e Gestão Territorial, Marcelo Domingues. O caminho para encurtar as dificuldades - sugere o professor da Furg - é as prefeituras se utilizarem de parcerias com as instituições de Ensino Superior. "É preciso aproveitar toda essa massa cinzenta de mestres e doutores, nas diferentes áreas de conhecimento, para apontar soluções."

“É um processo irreversível. As prefeituras terão de qualificar seus quadros. O desafio é grande.”

Marcelo Domingues, professor da Furg

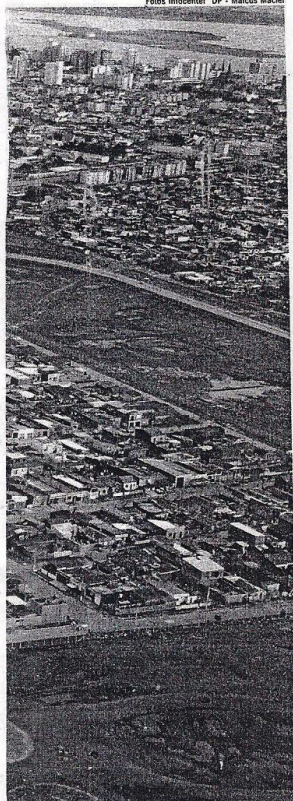
Cenário muda e deixa ruídos

Não há dúvidas de que os investimentos estruturais terão de vir. Em alta velocidade. O sistema viário é prioridade. A frota de veículos deu o primeiro salto entre 2004 e 2009. Passou de 42,3 mil para R\$ 75,1 mil. E as estimativas são assustadoras: se em 2020 a população de Rio Grande beirar os 450 mil habitantes, o número de veículos nas ruas deve atingir os 220 mil, quase o triplo dos dias de hoje. Algo impossível de se imaginar na forma como a cidade está desenhada.

Domingues - que esteve ao lado de outros 13 professores e seis alunos bolsistas para realizar o estudo - fala na importância de ser criada uma avenida à beira-mar e alerta: "O município, inclusive, já está atrasado com o projeto; isso deveria estar sendo feito há uns dois ou três anos". O modelo se aplica a toda a cidade costeira desenvolvida, no mundo. É a necessidade de se facilitar o fluxo de veículos e criar uma barreira física entre o ambiente e as cidades: "Toda a ação humana tem um impacto, mas esse seria um mal menor", defende. Além de viabilizar a circulação, a

idade

Fotos Infocenter DP - Marcus Maciel



avenida ajudaria a impedir a ocupação desordenada, própria de locais que viram referência econômica. "Seria uma forma de impedir o processo de favelização como o que ocorreu nos últimos 30 anos em locais como o Saco da Mangueira e o Canal do Norte, que em longa escala destrói o ambiente."

Ao conversar por mais de uma hora com o DP, o pesquisador vai mais longe. E, com a fluência de quem está familiarizado com os números, Domingues projeta também a instalação de um aeroporto internacional no eixo Pelotas-Rio Grande, entre Povo Novo e Domingos Petrolina. A demanda justificaria uma estrutura de conexões diretas com o centro do país, sem ter de fazer escala em Porto Alegre. Fato que já ocorre em Caxias do Sul, onde os empresários dispõem de ligação aérea direta com estados, como São Paulo.

Construção da P-53 serve de referência; agora vêm mais duas pela frente, P-55 e P-63

Da indústria à sala de aula

A intensa procura pelo Distrito Industrial de Rio Grande, sob responsabilidade do governo do Estado, fez a Secretaria de Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (Sedai) voltar o olhar ao Polo Naval. A venda da área retroportuária passou a ser analisada com cuidado redobrado, para os 500 hectares ainda disponíveis poderem estar focados a setores como o metal-mecânico, para reduzir distâncias e agilizar os negócios. A expectativa é de que, com o futuro que se anuncia, os 570 hectares da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) também passem a ser operados. Depende da normatização a ser feita pela Receita Federal.

A Furg também volta o olhar ao Polo, com a criação de novos cursos de Engenharia: a Mecânica Naval, a Civil Costeira e Portuária e a de Automação. "É uma resposta rápida que procuramos dar à comunidade", enfatiza o vice-reitor, Ernesto Luiz Pinto, ao se preparar ao embarque a Pernambuco, onde visitaria o estaleiro Atlântico Sul (EAS), encarregado da construção do casco da Plataforma P-55. A decisão de ampliar o leque das graduações levou à realização de concurso público e à contratação de novos profissionais. Só as engenharias foram 30. É um município inteiro que se mobiliza para abarcar o desenvolvimento que está por vir. Na região, os primeiros reflexos começam a surgir e o Diário Popular irá apresentar esses impactos e planos até sexta-feira, em *Janela de oportunidades*.

Se todos os projetos previstos saírem do papel a geração de empregos diretos e indiretos deve ficar entre 80 mil e cem mil vagas



Os planos da Petrobras

Até 2013, a empresa irá investir, pelo menos, 174,4 bilhões de dólares no país. Em visita à capital gaúcha, no dia 4 de dezembro, o presidente da Petrobras, José Gabrielli de Azevedo, afirmou o que a comunidade de toda a Metade Sul queria ouvir: "Nós pretendemos transformar a região de Rio Grande numa grande produtora de cascos FPSO". São efeitos da era pré-sal.

A demanda por sondas, plataformas, navios e outros equipamentos vai impulsionar a indústria de base e a engenharia brasileira, especialmente a construção naval. Como a exploração do pré-sal ocorrerá a 300 quilômetros da costa, numa profundidade que poderá chegar a sete mil metros - desde a plataforma até os reservatórios do petróleo - toda uma retaguarda com barcos de apoio e até helicópteros terá de estar à disposição. É a oportunidade, então, de o Rio Grande do Sul se beneficiar da cadeia. Afinal, a camada pré-sal está localizada entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo. Confira o que está previsto para a cidade de Rio Grande até o ano de 2020.

P-55: A confecção do primeiro módulo da plataforma petrolífera já começou, apesar de o dique seco ainda não estar pronto. O trabalho está a cargo do consórcio Quip S/A, construtor da P-53, finalizada em setembro de 2008. Em Rio Grande, serão realizadas a integração e os módulos de remoção de sulfatos e compressão. A construção do casco teve início em agosto, em Pernambuco.

O crescimento se espalha pelos setores (*)

- **Fertilizantes:** há cinco misturadores com projetos para instalação. Hoje Rio Grande já possui três indústrias e três misturadores.
- **Logística:** há dez áreas reservadas no Distrito Industrial, para serviços, como o de transportes.
- **Alimentos:** existem quatro projetos para instalação ou ampliação de indústrias.
- **Madeira:** a rede de serrarias, hoje com 20 estabelecimentos, deverá crescer. MDF e bioenergia também devem aparecer na cadeia. A Fábrica de Celulose e Papel da antiga VCP, hoje Fibria, não está descartada. Ainda pode vir para Zona Sul.
- **Metalurgia:** nove empreendedores de cidades, como Gualba e Marau já manifestaram interesse de instalação. O estaleiro privado da

Wilson Sons desponta como o grande investimento: entre 45 e 48 milhões de dólares. A geração de empregos deve girar em torno de 1,2 mil diretos e 2,5 mil indiretos.

- **Energia:** a construção da Usina Termelétrica e Gás Natural (UTE Rio Grande) e do Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL), no Distrito Industrial, ainda é projeto, todavia, pode render um investimento de aproximadamente R\$ 3 bilhões. "Será um divisor de águas para região, um indutor na atração de novos empreendimentos", afirma o secretário para Assuntos Extraordinários, Gilberto Pinho.

(*) Se todos os empreendimentos saírem do papel, as projeções são muito otimistas, mas o dinamismo para resolver problemas estruturais terá de ser alto. Veja as perspectivas:

Transformação em números

	Hoje	em 2020
População:	205 mil moradores	450 mil moradores
PIB:	7º do Estado (R\$ 3,4 bilhões)	2º ou 3º do Estado
Frota de veículos:	75,1 mil	220 mil
Orçamento do Município:	R\$ 210 milhões	R\$ 800 milhões

Entenda melhor

O cálculo populacional considera o fato de que a cada emprego direto e indireto gerado, mais uma pessoa também viria morar no município. O número fica no campo das projeções, pois não há como afirmar qual será a população flutuante (no caso de o cidadão voltar ao local de origem após a eventual obra em que estaria envolvido) nem quantas dessas pessoas fixarão residência em cidades, como Pelotas.

Hoje: Uma nova Rio Grande em 2020

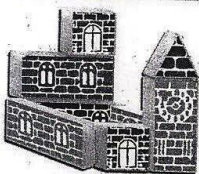
Amanhã e terça: Estudos, impactos e ações

Quarta-feira: Apostas, negócios e ampliações

Quinta-feira: Os reflexos na região

Sexta-feira: Os rumos para dar certo

Janela de Oportunidades



As alternativas de desenvolvimento estão lançadas, a comunidade começa a se apropriar das discussões que envolvem o Polo Naval, o desafio é fazer com que a mão de obra fique e se aprimore na região

Michele Ferreira

Rio Grande. O desafio está lançado. Em dez anos, só a Petrobras irá aplicar R\$ 9,8 bilhões e gerar 47 mil empregos entre diretos e indiretos em Rio Grande. A plataforma petrolífera P-53 deixou a cidade em setembro de 2008 e, no rastro de um investimento de R\$ 2,5 bilhões, apenas 10% das vagas haviam ficado nas mãos dos trabalhadores da região. Cerca de 30% dos profissionais vieram de outras pontas do Rio Grande do Sul e a fatia maior, de 60%, não era de moradores sequer do território gaúcho.

Com a construção de duas plataformas e oito cascos pela frente, ecoam duas indagações. Com que parcela dos postos de trabalho a Zona Sul irá ficar agora? Como a população se prepara para escrever uma nova história na próxima década? No segundo capítulo da série *Janela de oportunidades*, o Diário Popular transita entre apresentar as iniciativas de formação e qualificação de mão de obra - até canceladas por falta de procura - e demonstrar os primeiros efeitos do progresso. O certo é que, na carona do Polo Naval, a pilha de tijolos na construção civil não para de crescer. Um novo ciclo de desenvolvimento está aberto.

Em meio aos projetos, um paradoxo

Não faltaram críticas, alardeadas pela região, de que a P-53 foi construída com a maioria dos trabalhadores de fora. E foi. É verdade. Até o momento, um comportamento chama a atenção e cria uma interrogação sem resposta fechada: por que, principalmente, a população jovem tem se mostrado alheia às oportunidades? "É paradoxal", resume o coordenador do Plano Diretor do Polo Naval, Marcelo Domingues. As reivindicações por capacitação e espaço no mercado de trabalho formal são antigas não só em Rio Grande. Na hora de se preparar para ocupá-lo, entretanto, muitas cadeiras têm permanecido vazias.

As inscrições para terceira turma dos cursos do Plano Setorial de Qualificação e Inserção Profissional (Planseq) - dirigidos aos beneficiários do Bolsa Família - serão reabertas no próximo ano. As atividades tiveram de ser transferidas por falta de interessados. Para se habilitar, basta ter 18 anos e ser alfabetizado.

Outro convênio firmado com o gover-

DIÁRIO POPULAR
SEGUNDA-FEIRA, 14 DE DEZEMBRO DE 2009

No duelo, progresso e prob



Apesar de construída em Rio Grande, apenas 10% da mão de obra da P-53 foi da região; maioria dos trabalhadores era de fora do Rio Grande do Sul

no federal será lançado em 2010. É o Projeto, que disponibilizará 1,5 mil vagas para jovens com Ensino Fundamental completo. Detalhe: nenhum deles perderá o Bolsa Família enquanto frequentar as aulas. Das 1,5 mil vagas, mil serão dirigidas aos serviços básicos da construção civil, como pedreiro, ferreiro e marceneiro, e também à rede hoteleira, alimentação e transportes - em decorrência da expansão portuária.

As outras 500 vagas serão para o curso de soldador. A empresa Metasa solicitou à prefeitura 400 profissionais e, a proposta, é de oferecer treinamento remunerado por mais 90 dias no local de trabalho, após o curso.

Reflexão. O desinteresse de parte da comunidade em conquistar as vagas dos cursos de qualificação tem entrado, com frequência, em pauta nas reuniões do Programa de Mobilização da Indústria Nacional do Petróleo e do Gás (Prominp). "Fica uma interrogação. Não há como apontar ao certo uma justificativa, mas essa é uma geração de jovens criada com uma mentalidade, em um ambiente, de que não terá perspectivas", analisa o professor da Universidade Federal do Rio Grande (Furg), Marcelo Domingues.

"Muitos já se acostumaram a viver de bis-

cates; acreditamos que outros devem estar envolvidos com drogas ou com pequenos roubos. Não existe uma resposta única."

O certo é que, para o empresariado, é negócio contratar gente da região. Há uma redução considerável dos custos. O consórcio Quip, encarregado da construção das plataformas P-55 e P-63, por exemplo, investiu R\$ 300 mil em cursos de capacitação para formação de mão de obra. Dos 50 alunos que ingressaram, apenas cinco foram

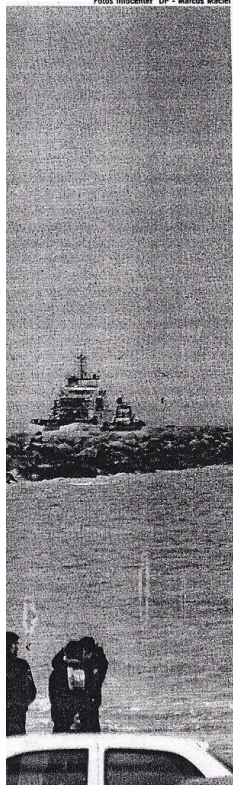
aproveitados pela empresa. O baixo rendimento impossibilitou a abertura de novos projetos e freou a contratação de trabalhadores da região para os serviços básicos. Para atividades especializadas, todavia, estudantes e profissionais que deixaram os bancos da Furg têm sido aproveitados.

A construção da P-53 mais uma vez vira referência. Apesar de ter gerado 4,3 mil empregos diretos, dez mil pessoas passaram pela plataforma ao longo de dois anos.

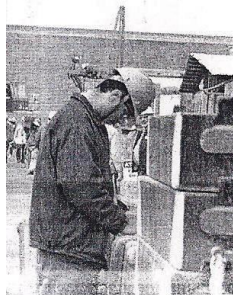


mas

Fotos Infocenter DP - Marcus Maciel



ouve uma alta rotatividade", lembram. Alguns por não corresponderem às expectativas da empresa, ou por preferirem retornar às suas cidades. O desafio é obter um melhor aproveitamento de pessoal agora. Furg, preta, governo federal, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)... várias as iniciativas para as vagas privilegiarem os moradores de Rio Grande a Zona Sul.



Um projeto para além dos gabinetes

São cinco as prioridades: educação, saúde, habitação, transportes e segurança e capacitação profissional. Todas as terças-feiras, o secretariado do prefeito Fábio Branco (PMDB) senta para trocar informações e fazer avançar os projetos que darão forma a uma nova Rio Grande em 2020. Está tudo documentado em atas.

Quem está familiarizado com nomes de investidores, números e cifras quase nem precisa recorrer a elas para o esboço de futuro se formar. É o caso do secretário para Assuntos Extraordinários, Gilberto Pinho. E, para não perder de vista nenhum dos empresários que demonstraram interesse de se instalar em Rio Grande, toda a negociação com o Executivo está organizada em pastas, mais uma vez com vistas a um futuro promissor. São projetos a recuperar.

Para aproximar a comunidade de todo esse processo de discussões e estabelecer um canal às reivindicações e aos receios do que também está por vir, o governo municipal criou o Comitê de Gestão Social: uma oportunidade para estarem lado a lado integrantes do Ministério Público (MP), da prefeitura e dos conselhos municipais. "Não podemos nos privar de ouvir a sociedade, para definir as formas de enfrentamento e as políticas públicas", afirma o secretário de Cidadania e Assistência Social, Leonardo Salum.



“Com o Prominp queremos criar um ambiente propício para discussão de ideias, oportunidades e sugestões.”

Gilberto Pinho,
secretário para
Assuntos Extraordinários

Cursos de qualificação buscam preparar os trabalhadores para a era do Polo Naval

Educação

Para atender a demanda, mais salas de aula

O início do ano letivo deve ser marcado por obras na rede municipal de ensino, em Rio Grande. Ao todo, 84 salas de aula serão construídas, o equivalente a mais 3,5 mil vagas à disposição. Um levantamento sociodemográfico, realizado junto aos diretores de escolas, apontou 25 instituições que precisariam receber melhorias neste primeiro momento, dado o impacto da era Polo Naval.

O secretário de Educação e Cultura, Cláudio Omar Nunes, admite: só uma parte das obras estará finalizada em fevereiro e março. O restante irá se estender durante o primeiro semestre. A expectativa é de que o começo das atividades em 2010 não repita problemas registrados no início deste ano, marcado por falta de professores (devido ao cancelamento do concurso público) e inchaço de alunos: a procura por vagas, que apresentava um acréscimo de 0,6% a 1% ao ano, saltou para 10% em 2009.

Para resolver o impasse, os projetos pedagógicos acabaram prejudicados. Todos os esforços foram dirigidos a colocar os professores unicamente na sala de aula. Os que exerciam funções em bibliotecas ou secretarias também foram remanejados. Quem possuía contrato de 20 horas foi convocado a aumentar a carga. "Foram os recursos que tivemos para atender a demanda. Foi doloroso, mas tivemos de sacrificar os projetos." Em 2010, a expectativa é de que sejam retomados a pleno.

Cinco laboratórios de informática, refeitórios e coberturas também estão entre os planos para qualificar a rede. O investimento total deve ficar em torno de R\$ 6,5 milhões. "Queremos responder com agilidade a esse processo de expansão abrupta." Hoje o município possui 64 escolas, 1,8 mil professores e cerca de 19,6 mil alunos, incluído o convênio com nove instituições de Educação Infantil e creches.

Nova estrada, nova escola

A expectativa para 2010 fica por conta também da Escola de Ensino Fundamental Olavo Bilac, na Vila da Quinta, que terá de ser realocada devido à duplicação da BR-392. A Promotora da Infância e da Juventude e a Procuradoria da República acompanham todo o processo. O governo municipal negocia com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) uma parceria para ver quem, como e com que recursos o novo prédio da instituição, que hoje acolhe 424 alunos, será construído.

Saúde

Expansão obrigatória para evitar o caos

Na área da saúde, então, não paira sequer uma dúvida: a rede terá de ser expandida. Mais leitos disponíveis nos hospitais, mais Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs), consultas e exames, reforço de pessoal, investimento em equipamentos. Não existe outro caminho. O Executivo que trabalha com as setas apontadas a um ano de 2020 com até 450 mil habitantes - o dobro da população atual -, tem de iniciar as negociações com o Estado e a União já.

E foi o que a secretária Zelsonara Branco fez ao participar de um seminário sobre as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), no Rio de Janeiro, no início deste mês. O edital, que prevê a construção de seis UPAs no Rio Grande do Sul já foi publicado.

Em Rio Grande a unidade será do tipo 3. O investimento federal, de R\$ 2,3 milhões, deverá comportar o atendimento a cerca de 500 usuários, por dia, e contar com uma estrutura que vai de 12 leitos de observação, um total de 60 profissionais para cobrir as 24 horas, raios X e exames de laboratório. Será mais uma referência aos chamados do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

"Será um local com condições de realizar uma sutura, drenar um abscesso", exemplifica a secretária. E, mesmo antes de as paredes começarem a ser erguidas, as atenções voltam-se à montagem da equipe. "Podemos remanejar algumas pessoas, mas sabemos que o quadro que possuímos não é suficiente para tocar uma UPA", adianta Zelsonara. A Câmara de Vereadores e o Conselho Municipal de Saúde terão de dizer se aprovam a contratação emergencial, enquanto cargos são criados e um concurso público é realizado. "Estamos verificando a forma mais viável juridicamente."

Hoje Rio Grande dispõe de 34 unidades básicas de saúde, 19 delas dirigidas ao Estratégia Saúde da Família, o antigo PSF. Entre os planos para 2010 está aumentar o número de equipes do programa de 27 para 32. Uma outra medida está canalizada à prevenção: é a abertura do Centro de Promoção e Atenção à Saúde, voltado principalmente às mulheres e aos idosos. Além de ser um espaço de formação e respeito à cidadania, a ideia é de que resulte em um objetivo maior: fazer com que as orientações dadas ali evitem ou reduzam o tempo das internações hospitalares na Santa Casa de Misericórdia e no Hospital-Universitário da Furg, os únicos da cidade.

Tudo para encurtar também a espera de quem precisa de um leito e amarga dias acomodado em macas. No Brasil, os investimentos em saúde sempre são ou acabam sendo escassos. A renda baixa não permite outro cenário: 80% da população utiliza exclusivamente o Sistema Único de Saúde (SUS).

Hoje e amanhã: Estudos, impactos e ações

Ontem: Uma nova Rio Grande em 2020

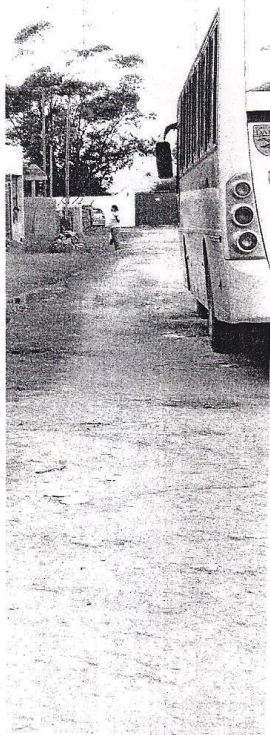
Quarta-feira: Apostas, negócios e ampliações

Quinta-feira: Os reflexos na região

Sexta-feira: Os rumos para dar certo

ao lixo

Fotos Marcus Maciel - DP



cam viagens rápidas com conexões diretas entre a 5ª da Quinta, o trevo (onde as pessoas poderiam partir ao Cassino e à Barra), a Junção e a praça Tamandaré, onde 70% das viagens começam ou terminam - demonstram as estatísticas. "Queremos reduzir o tempo desse percurso, de aproximadamente 20 quilômetros, em 20%. Passaremos de 30 minutos para 24, explica o secretário.

Uma carta consulta, no valor de R\$ 8 milhões, foi encaminhada ao Pró-Transporte, do governo federal. Se aprovada, os recursos serão aplicados na melhoria dos abrigos e nas estações de transbordo. Ainda não há um formato definido, mas a expectativa é de que os locais contem com uma grande cobertura (onde ficariam estacionados os ônibus reservas), banheiros e, possivelmente, lancherias. É importante lembrar, no entanto, que a proposta é de que o passageiro fique ali o menor tempo possível.

A duplicação de avenidas também está entre os projetos do Executivo. A Roberto Socoowski é prioridade, já que desafogaria a Itália, entrada principal de Rio Grande, e permitiria ligação direta com a BR-392. Outras medidas mais simples, como a sincronia entre os semáforos e a criação de rotulas têm sido implementadas.

Uma casa, um sonho

O alicerce está pronto. 2010 deve ser um ano de ampliação da pequena casa de madeira, na vila Mangueira. É ali, sem luz nem água encanada, que a jovem Vanessa Pereira sonha com o pequeno Leonardo, de um ano de idade, nos braços. Bandeira do Brasil ao fundo, planos de uma vida melhor, ao lado do marido, taxista. "Se Deus quiser vamos conseguir realizar nossos planos", disse, em tom de timidez.

Apesar dos rumores que ainda correm as ruas, os moradores da vila não devem ser retratados dali, como chegou a ser negociado com a comunidade. Com a expansão portuária, serão realocados os moradores dos bairros Getúlio Vargas (BGV) I e II, Santa Teresa e Barra Nova, num total de 746 unidades - numa parceria entre município, Estado e governo federal.

Hoje o déficit habitacional de Rio Grande fica entre 9 e 12 mil residências, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São casas em



Moradora da vila Mangueira planeja a ampliação da casa, para desfrutar com o filho e o marido

condições precárias ou em áreas de risco, como as da vila Mangueira, localizadas ao lado do Polo Petroquímico. Também são terrenos da União, cedidos ao Estado, para utilização do Porto.

Com a projeção de dobrar a população - hoje de 205 mil pessoas - na próxima década, o Executivo se divide entre buscar investimentos ao cenário que já existe (sem saneamento básico, por exemplo) e se preparar ao que está por vir. Na mesa do secretário de Coordenação e Planejamento, Paulo Renato Cuchiara, 27 projetos de habitação disputam espaço: 21, do *Minha casa, minha vida* (da Caixa Econômica Federal), quatro da ampliação portuária e dois loteamentos de capital privado, dirigidos à classe A. No total, entre os 27, cerca de R\$ 400 milhões.

A experiência da década de 70, quando o Superporto foi construído, serve de modelo para o que pode ocorrer agora. Foi quando surgiu a periferia de Rio Grande. "A vantagem deste novo ciclo é que não estamos reféns de uma única atividade econômica, o que provocou a recessão nos anos 80 e 90", acrescenta o secretário de Segurança, Transportes e Trânsito, Enoc Guimarães.

Caixa reforçada. A prefeitura tem apostado em projetos encaminhados ao governo federal para melhorar a infraestrutura urbana. O Ministério das Cidades e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) são os principais focos para obtenção de recursos, como os R\$ 9 milhões

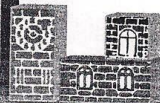
reivindicados para duplicação da avenida Roberto Socoowski. A liberação de R\$ 16 milhões junto ao Banco Mundial também está na mira, para aplicação em obras, como pavimentação, drenagem e reurbanização da rua Henrique Pancada. O PAC Cidades Históricas também está na ponta da linha e deverá viabilizar obras em prédios como a Biblioteca, o Mercado e o Paço Municipal.

É lixo, sim, mas tema não é secundário

Espaço não deve ser problema no aterro sanitário de Rio Grande, mesmo que a produção de lixo cresça com velocidade nos próximos anos. Em novembro começou a ser utilizada a primeira das quatro células do aterro, projetado para durar até 28 anos; isso considerada a produção mensal de 3,5 mil toneladas.

A construção da plataforma P-53, mais uma vez, vira referência para as autoridades pensarem soluções e correrem atrás de verbas e projetos. Nos dois anos de obras, Rio Grande ultrapassou os números da alta temporada de verão, quando os resíduos do Cassino elevam o total mensal para quatro mil toneladas. Uma usina de triagem é a prioridade agora; a análise técnica está nas mãos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam). Além de garantir renda às famílias que poderiam trabalhar no formato de cooperativa - para venda dos resíduos sólidos - a usina ajudaria a manter a vida útil do aterro, mesmo com aumento das quantidades diárias de lixo, devido ao incremento populacional. "Apesar de as garrafas PET e os plásticos significarem apenas 10% do total recolhido, representam 30% do volume", explica o secretário de Serviços Urbanos, Paulo Rogério Mattos Gomes.

Dique seco deve entrar em operação nos primeiros meses de 2010



Hoje e ontem: Estudos, impactos e ações

Domingo: Uma nova Rio Grande em 2020

Amanhã: Apostas, negócios e ampliações

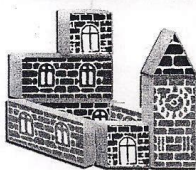
Quinta-feira: Os reflexos na região

Sexta-feira: Os rumos para dar certo



2

Janela de Oportunidades



Empresários de todo o Rio Grande do Sul e inclusive de fora do território gaúcho voltam os olhares a Rio Grande; a dúvida que prevalece é o momento certo de abrir ou de ampliar os negócios

Michele Ferreira

Rio Grande. Os consultores estão à solta na cidade. Redes de hotéis, filiais de supermercados consagrados, sondagens de lojas multinacionais. Não é apenas na área industrial que Rio Grande tende a se tornar o foco, movida pelo Polo Naval. Os empresários da própria Noiva do Mar e de toda a Zona Sul analisam o mercado para decidir quando será o melhor momento de investir. O receio ainda prevalece, como efeito dos anos de recessão econômica na região.

Hoje, no quarto capítulo da série *Janela de oportunidades*, o Diário Popular apresenta ao leitor dois exemplos distintos: de quem já decidiu ampliar os negócios e de quem ainda observa o cenário para definir a hora certa de tirar os projetos do papel e aplicar os recursos, com menos riscos.

Crescimento rápido e sólido

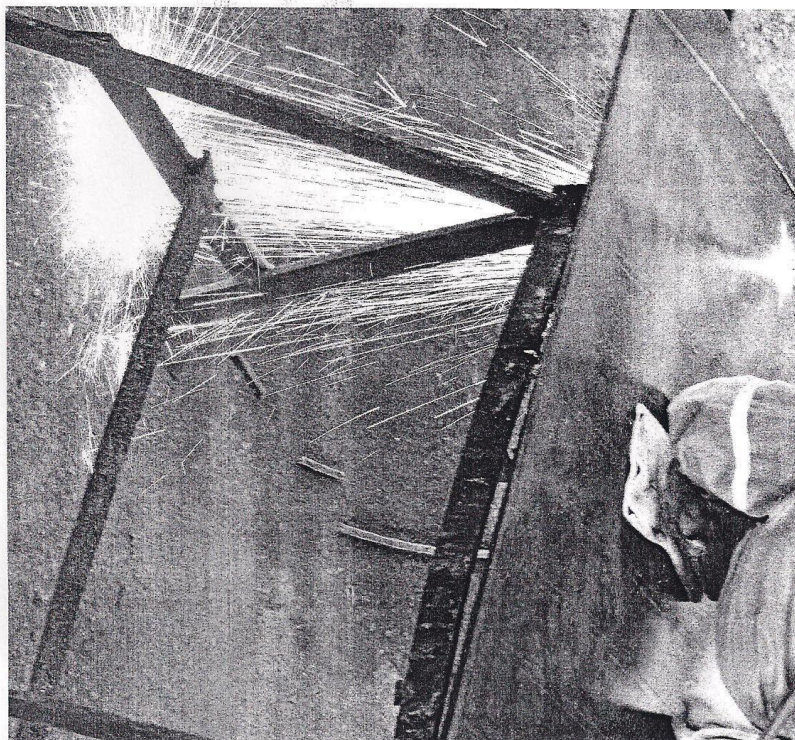
Menos de três anos se passaram e o número de funcionários saltou de quatro, em fevereiro de 2007, para 181, em novembro de 2009. Hoje, 70% do faturamento da Metalúrgica Profab está associado a negócios fora de Rio Grande e longe do Estado. A empresa que começou voltada ao mercado local, na manutenção de equipamentos e na construção de elevadores às indústrias de fertilizantes e de alimentos, hoje espalha seus profissionais em obras em Candiota, na Bahia e no Rio de Janeiro - na maioria dos casos dirigidas a projetos de energia.

"Fomos ganhando escopo, num processo gradativo nos últimos cinco meses", conta Jefferson Puccinelli e destaca a qualidade dos materiais e o cumprimento dos prazos negociados com os clientes como alguns dos segredos para credibilidade. Ao falar na Rio Grande que se apresenta para próxima década, o engenheiro menciona a importância de encontrar a medida entre investir e permanecer pé no chão. "É preciso estar motivado, mas ter cuidado para não se entusiasmar demais."

Em 2010, a Profab deve inaugurar novos espaços para expedição e estoque - em área de 20 mil metros quadrados, recentemente adquirida - e operar com máquinas novas, num desembolso que deve

DIÁRIO POPULAR
QUARTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 2009

Entre a decisão e o receio d

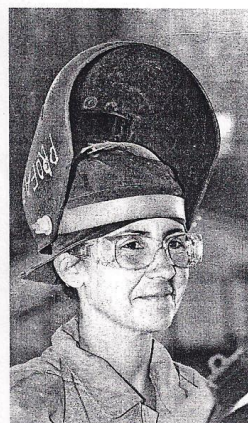


Metalúrgica Profab adquire área para expansão, aposta em novas tecnologias e passa de quatro para 181 funcionários em menos de três anos

chegar a cerca de R\$ 1 milhão. Na aposta tecnológica, um robô para automatização de solda já está em funcionamento. Nada que resulte em demissões - garante o empresário. O mecanismo automático será direcionado a soldas em que o operário permanece horas deitado sobre chapas, por exemplo, e permitirá que este mesmo trabalhador se detenha em movimentos específicos, que só o homem pode realizar.

Dionatan Assumpção, 22, é um dos tantos soldadores formados pela própria Profab. Ingressou na metalúrgica em 2007, como ajudante, e hoje é um soldador qualificado em todas as posições. "Foi a melhor coisa que aconteceu eu ter me aperfeiçoado neste ramo", comemora o jovem. "O Polo Naval surge como uma grande porta."

O entusiasmo traz brilho também ao rosto de Tatiana Castro, 34. A ex-cozinheira se esforçou, juntou dinheiro, investiu R\$ 800,00 em curso de formação e hoje começa a se dedicar às primeiras soldas. "Foi uma batalha, mas tô aqui, com muita vontade de aprender, todos os dias", resume, ao interromper a jornada para



conversar com o DP. Mãe de dois filhos, de 12 e 15 anos de idade, Tatiana entrou para a Profab como ajudante de mecânica e não vê a hora de ter o nome assinalado em peças e chapas.

O procedimento faz parte dos padrões de segurança, para que em inspeções e eventuais dúvidas, um mapeamento possa indicar a procedência do material utilizado e o responsável pelo trabalho. "É o que quero", sustenta. Na sequência, fecha a máscara de proteção e se concentra, de novo.

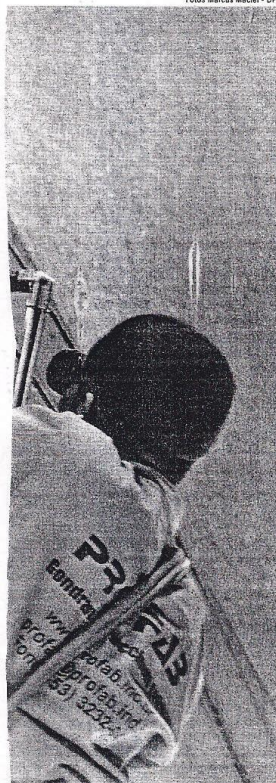
“Foi uma batalha, mas tô aqui com muita vontade de aprender, todos os dias.”

Tatiana Castro,
34 anos



e investir

Fotos Marcus Maciel - DP



Com 12 andares, novo Villa Moura visa aos executivos

Fábrica não está descartada

Quem dava por cancelada qualquer possibilidade de a antiga Votorantim Celulose e Papel (VCP), hoje Fibria, instalar uma fábrica na região pode se reanimar. Apesar de o coordenador de Silvicultura e Pousa Florestal, Mauro Riani, não dar qualquer indício de prazos, duas afirmações demonstram que a empresa não abandonou os planos.

"Atualmente a Fibria possui quatro grandes projetos, entre os quais, o Losango, que conta com 60 mil hectares de florestas plantadas na Metade Sul, e 70 mil hectares de áreas destinadas à preservação." Riani reiterou: os projetos de expansão dependem única e exclusivamente do mercado. E acrescentou: "O arrefecimento da crise internacional e a gradual retomada do crescimento econômico vêm estabelecendo um cenário positivo para indústria de celulose e papel de modo geral".

A Fibria fechou o terceiro trimestre de 2009 com recorde de produção de celulose, com 1,4 milhão de toneladas: 7%



Projeto Losango segue entre as prioridades da antiga VCP; ainda existe cautela para falar em prazos

acima dos números atingidos no trimestre anterior e 30% superior ao mesmo período do ano passado. Ainda assim: "É preciso muita cautela. É cedo para falarmos em prazo". A decisão de instalar a fábrica em Rio Grande ou Arroio Grande também segue em aberto.

Antes da crise mundial, o investimen-

to total - entre base florestal e fábrica - estava orçado em 2,5 bilhões de dólares, para produzir 1,3 milhão de toneladas de celulose branqueada, por ano. A expectativa é de gerar mais de 30 mil postos de trabalho em toda a cadeia produtiva. É o que apontam os estudos realizados pelo setor.

Para melhor receber

A aposta foi feita, cerca de R\$ 6 milhões serão investidos e o prédio de 12 andares, em estilo neoclássico francês, está erguido. A inauguração está prevista para o segundo semestre de 2010. O Villa Moura, voltado a executivos, busca preencher um nicho de mercado que deverá crescer a cada ano, com altos investimentos no Polo Naval.

Serão 180 leitos, em 88 apartamentos: quatro suítes principais, 18 suítes para homens e mulheres de negócios (com ambiente de escritório) e 66 quartos de luxo. Centro de Eventos, com três salas; a maior com capacidade de acomodar até 400 pessoas. Sauna, sala de massagem e espaço para *fitness*. Restaurante para receber até 250 pessoas; da palestra à cerimônia de casamento.

"Será um hotel de padrão internacional", resume o empresário Luiz Carlos Hilário. E faz a afirmação convicto de que o retorno financeiro virá. "Hotel nunca é demais. Se fosse uma disputa perniciosa, Gramado não teria mais de 300 estabelecimentos." E foi com essa visão otimista - de quem gerencia 396 leitos, entre o Hotel Paris, o Villa Moura Cassino e o Villa Moura Rio Grande, no centro - que Hilário colocou capital próprio e buscou financiamento para construir a nova Casa, de primeira linha.

Hoje, Rio Grande dispõe de aproximadamente 720 leitos. Durante a construção da P-53, a lotação era máxima, de segunda a sexta-feira. Com mais duas plataformas e oito cascos pela frente - alguns dos investimentos simultaneamente - a rede hoteleira também terá de crescer. E a sinalização de empresários de fora demonstra que realmente vai: Swan Hotels e Rede Accor tendem a ser os próximos a abrir as portas.

"Nasce uma nova geração por trás de todo esse desenvolvimento. Devido à economia acanhada, na Zona Sul, nas últimas décadas, muitos não sabem empreender", afirma Hilário. "É falta de empreendedorismo, não necessariamente de capital."

Um divisor de águas na região

As atenções do empresariado voltam-se ao leilão de energia nova (A-5), marcado para segunda-feira. O resultado positivo servirá como ponto de partida para as construções da Usina Termelétrica a Gás Natural (UTE Rio Grande) e do Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL), a serem instalados em 50 hectares no Distrito Industrial de Rio Grande.

Do investimento total, R\$ 2,2 bilhões serão destinados ao empreendimento da UTE Rio Grande e R\$ 800 milhões no Tergás e no pier de recebimento de navios de GNL. A capacidade do terminal em processar seis milhões de metros cúbicos de gás, por dia, pode ser duplicada com apenas 15% de investimento e, triplicada, com 25%. A usina terá potên-

cia de 1.250 megawatts (MW), o equivalente a 30% da demanda do Rio Grande do Sul. Como o Estado importa 50% da energia que usa, haverá redução significativa da dependência energética.

Esse foi o primeiro projeto apresentado em solo gaúcho desde a vigência da Lei do Gás, sancionada em março pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A lei regulamenta o transporte, a estocagem, o processamento e a comercialização do gás natural. A iniciativa deve habilitar o Rio Grande do Sul como o primeiro a receber o gás da camada pré-sal, que deverá estar disponível entre 2016 e 2017. A empresa Gás Energy, no entanto, pretende começar as operações em 2014, com gás importado. A previsão é de que, durante o período de obras, sejam gerados cinco mil empregos diretos e indiretos. A licença prévia já foi concedida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam).

A palavra das lideranças

● **Renan Lopes (CDL)** - A dívida da maioria dos 550 associados de Rio Grande (incluindo o balneário Cassino) e São José do Norte é a mesma: o momento certo de investir. Cursos, convenções e um *happy hour*, sempre na primeira quarta-feira do mês, têm servido de instrumento para a diretoria da entidade manter os sócios informados sobre o andamento de cada projeto que está por se instalar em Rio Grande. "É preciso se acordar para o que está acontecendo." A veloci-

dade no atendimento deve ser uma das primeiras exigências dos novos clientes, com uma mentalidade de quem vive no ritmo frenético do centro do país.

● **João Touguinha (Câmara do Comércio)** - O presidente também tem procurado servir de intermediário entre o primeiro escalão do governo e investidores e os comerciantes. "Todo o tipo de produto e serviço que se imaginar vai faltar em Rio Grande nos próximos anos", pondera e lamenta a mentalidade de parte dos comerciantes: "Muitos torcem para que os empresários de fora não venham com medo de quebrar. Vão crescer à medida da necessidade".

Bruno Campello e Tadeu Davy - DP

Hoje: Apostas negócios e ampliações

Domingo: Uma nova Rio Grande em 2020

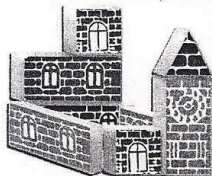
Segunda e terça: Estudos, impactos e ações

Amanhã: Os reflexos na região

Sexta-feira: Os rumos para dar certo

2

Janela de Oportunidades



Os investimentos de bilhões de dólares, entre Polo Naval, madeira, ampliação portuária e possivelmente energia, devem respingar pela Zona Sul; é um processo inevitável de transformação

Michele Ferreira

Pio Grande. No penúltimo capítulo da série *Janela de Oportunidades*, o Diário Popular apresenta reflexos que começam a se espalhar pela região, por trás do Rio Grande do Polo Naval e da expansão portuária. Mesmo os municípios que não irão se envolver diretamente com os negócios, correm para se qualificar - ou deveriam. O turismo é um dos setores que mais crescerão na próxima década.

A disputa, saudável, tende a crescer a partir de 2010. Locais de lazer. Estabelecimentos para realizar compras ou degustar um saboroso prato. Até as praias, numa região rica em balneários, entrarão na concorrência. O local para fixar moradia, claro, também irá compor o páreo, em que Rio Grande e Pelotas ficarão no palmo da palma. É um processo de transformação que afetará não apenas quem chega de fora. Os moradores da região também precisam se preparar.

Uma nova cidade vem a reboque

A pacata São José do Norte, de aproximadamente 30 mil moradores, deve ser uma das primeiras cidades da região a receber os efeitos da expansão portuária de Rio Grande. A antiga Aracruz, hoje Fibria, irá instalar um terminal marítimo para exportação de celulose, em área de 62 hectares. O investimento de aproximadamente R\$ 130 milhões deve resultar em 800 empregos diretos e 4,2 mil indiretos na fase de implantação. Com a planta em operação, possivelmente em 2011, a Fibria irá gerar 780 empregos, entre diretos e indiretos.

As atenções das lideranças nortenses voltam-se também ao setor de transportes, em três frentes. As obras na velha Estrada do Inferno, a BR-101, que estão com 95% dos trabalhos prontos. A ligação a seco Rio Grande-São José do Norte, que virá pauta aos deputados federais Fernando Marroni (PT) e Cláudio Diaz (PSDB), mas até o momento é cercada de descrédito, apesar de existirem estudos de viabilidade em andamento sobre a possível ponte ou túnel. E as melhorias na ligação aquaviária entre os dois municípios, que deve passar por licitação em breve - adianta o prefeito José Vicente Ferrari (PSDB). A movimentação anual chega aos dois milhões de passageiros, já que muitos dos moradores de São José do Norte alimentam o mercado de trabalho em Rio Grande.

A cidade, reconhecida pela produção

DIÁRIO POPULAR
QUINTA-FEIRA, 17 DE DEZEMBRO DE 2009

Reflexos se espalham pela



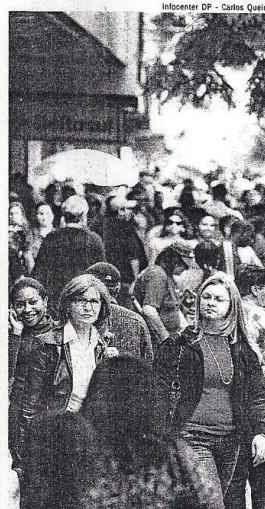
São José do Norte será uma das primeiras cidades a se beneficiar, nos projetos de expansão portuária, a antiga Aracruz irá instalar terminal marítimo

de cebolas, terá de buscar empreendedores para suprir a carência de hotéis e restaurantes. Além de empresários que devem circular pelas ruas estreitas, a praia do Mar Grosso também deverá abrigar turistas que preferem ficar longe de badalações e aglomerações. Empresários de Gramado, por exemplo, já demonstraram interesse em canalizar seus recursos às terras nortenses. "Como somos uma cidade menor, temos contado com a Secretaria de Infraestrutura do Estado, para realizar as negociações", explica o prefeito.

Cursos de garçom e atendente de bar também têm sido ministrados, sob coordenação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). São iniciativas menores, mas não menos importantes. Quando um município vira foco de desenvolvimento, todos os setores e serviços precisam estar qualificados.

Para ser cada vez mais polo

Pelotas deve se beneficiar, naturalmente, do processo de expansão de Rio Grande. "A cidade deve fortalecer a posição de grande centro regional." A afirmação é do superintendente de pesquisas da Universidade Federal do Rio Grande (Furg), Marcelo Domingues, que assina o diagnóstico



Comércio de Pelotas é um dos destaques

do Polo Naval entregue ao governo do Estado. As comentar os impactos na Zona Sul, o doutor em Ordenamento e Gestão Territorial chegou a apontar três áreas em que Pelotas poderia se aproveitar e crescer, de carona: o segmento moveleiro, as altas tecnologias do ramo eletroeletrônico e a biotecnologia.

O secretário de Desenvolvimento Econômico, Carlos Mário dos Santos, também se mostra otimista e aposta numa Pelotas que possa alimentar a cadeia com os chamados componentes da indústria naval fina: "São componentes e módulos da mais alta tecnologia". O setor madeireiro também deve crescer. Um grupo sul-africano esteve em Pelotas, para verificar a possível instalação de uma unidade de secagem de madeira, no Distrito Industrial. São estufas de cinco a seis mil metros quadrados, que custam em média um milhão de dólares, e ajudam a criar matéria-prima à indústria moveleira, que poderia trabalhar forte com produtos em MDF e placas USB.

Carlos Mário aproveita para fazer projeções sobre a possível produção científica de Pelotas, polo educacional, caso se confirme a instalação da Usina Termelétrica a Gás Natural (UTE Rio Grande) e do Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL), em Rio Grande. "É uma área em que as tecnologias ainda estão em desenvolvimento e podemos parti-

DIÁRIO POPULAR
QUINTA-FEIRA, 17 DE DEZEMBRO DE 2009

região

Marcos Maciel - DP

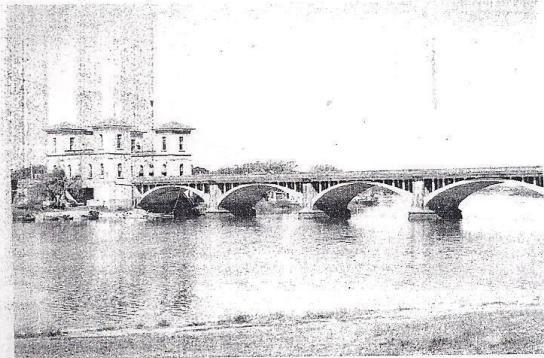
Para fortalecer a zona de fronteira

Se as autoridades e lideranças de Jaguarão começam a traçar estratégias para se inter-relacionar com o desenvolvimento de Rio Grande, uma boa notícia está por vir. É ali, na fronteira com Rio Branco, no Uruguai, que até mil empregos diretos e indiretos devem ser gerados a partir de 2010. É bem verdade que o tema é fundamental à expansão econômica dos dois municípios, mas não inspira muita confiança: é a construção da segunda ponte sobre o rio Jaguarão, esperada há pelo menos duas décadas pela população e já anunciada verbalmente por mais de uma vez pelo Ministério dos Transportes.

Agora, o projeto técnico está em fase de elaboração e, a estimativa, é de que até abril a obra – que deve durar entre dois e três anos – possa ser licitada. O investimento ficará entre R\$ 80 milhões e R\$ 100 milhões. "Acreditamos que o fluxo de veículos pesados possa dobrar no município, hoje a maioria das cargas entra no Uruguai pelo Chuí", afirma o prefeito José Cláudio Martins (PT).

A restauração da Internacional Mauá, que apresenta fissuras, também está nos planos e deve tornar o cartão-postal da cidade ainda mais bonito. Shoppings e hotéis tendem a surgir, para qualificar a zona de fronteira, referência regional na hora de partir às compras. Um grupo de Santa Cruz manifestou interesse em abrir um empreendimento quatro estrelas, com 60 apartamentos. A aplicação de recursos deve chegar aos R\$ 5,5 milhões. A etapa é de desapropriação da área, de cinco mil metros quadrados, no valor de R\$ 180 mil. Depois, com aval da Câmara de Vereadores, o Executivo deve doar o terreno.

"Rio Grande está irradiando desenvolvimento e a região começa a pensar numa pauta conjunta, assim como fomos em peregrinação a Brasília", afirma o chefe do Executivo. No momento, Jaguarão também



Segunda ponte sobre o rio Jaguarão deve finalmente sair do papel; Mauá será restaurada

trabalha na valorização do patrimônio e busca junto ao Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) o tombamento da cidade. O Teatro Esperança está na ponta da lista para restauração. As obras devem custar R\$ 1,1 milhão.

Foco no turismo

Com a praia do Cassino saturada em dias de tempo bom, na temporada de verão, as brechas que se abrem a Santa Vitória do Palmar surgem praticamente óbvias. Hermenegildo, Barra do Chuí e balneário Alvorada podem e devem se qualificar para receber os milhares de turistas que irão respingar por toda a região. É bom lembrar: se todos os investimentos, não só associados ao Polo Naval, se confirmarem em Rio Grande, a população poderá saltar aos 450 mil moradores até 2020. São as projeções.

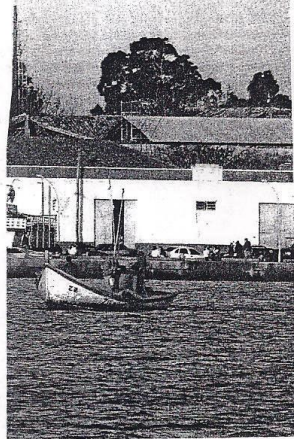
"Estamos estruturando a rota dos Campos Neutrais, realizando o Plano de Manejo das Dunas e priorizando a reforma do prédio do Porto e o calçadão do Hermene-

gildo", afirma o prefeito Cláudio Pereira (PT). O curso de Turismo, presencial, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande (Furg) desponta entre os novos motivos a comemorar. Também no ramo da educação, mas a distância, os santavitorenses têm à disposição os cursos de Administração, em convênio com a Furg, e o de Sistemas de Informação, com o Instituto Sul-rio-grandense (IF-Sul).

O projeto Escola de Fábrica é outra iniciativa que visa a preparar os trabalhadores a serem absorvidos pelas demandas do Polo Naval. Dois cursos de soldador já foram realizados. São esforços para o desenvolvimento, irradiado pela Noiva do Mar, ser captado pelos moradores da Zona Sul.

Efeitos no Chuí. Assim como em Jaguarão, a fronteira Brasil-Uruguai, Chuí-Chuy, tende a ganhar incremento nas vendas. Restaurantes, hotéis e novas lojas ou free shops devem surgir na sequência. É provável que a cidade vire ponto de parada aos visitantes que tiverem como destino Montevidéu, no Uruguai.

Infocenter DP - Marcos Maciel



cipar com a produção de conhecimento."

Rede hoteleira, comércio e serviços – como os de Informática, em que já existem 250 empresas – e a construção civil, com tradição, também devem sair em vantagem. Um programa de microcrédito, para qualificação das micro e pequenas empresas, no valor de R\$ 1 milhão, está em fase de articulação para 2010 – explica o coordenador da Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP), Jair Seidel. O mercado, como um todo, terá de estar mais bem preparado para atender um público de outros e desconhecidos hábitos.

No comércio. O presidente do Sindicato do Comércio Varejista (Sindilijas), Renzo Antonioli, compartilha da opinião do professor Marcelo Domingues e acredita que parte do público executivo virá morar em Pelotas, em função de atrativos na área cultural e também pela infraestrutura em educação e saúde. Apesar de estar atento ao cenário de investimentos, Antonioli não esconde o sentimento de desconfiança: "Precisamos de projetos que provoquem movimentação o ano todo e não alternativas sazonais como o da P-53", critica. "Há mais de dez anos a região vive de promessas, ilusões e sonhos que trazem palpites e opiniões fáceis, quase infantis." O desafio, portanto, é escrever uma nova história na próxima década.



Santa Vitória do Palmar busca qualificar a zona do porto, para atrair visitantes

Bruno Campelo e Tadeo Davyt - DP

Hoje: Os reflexos na região

Domingo: Uma nova Rio Grande em 2020

Segunda e terça: Estudos, impactos e ações

Quarta-feira: Apostas, negócios e ampliações

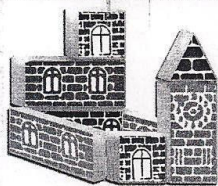
Amanhã: Os rumos para dar certo

to e
res é
eita
nov
tro

win
inte
nu
sia
ind
nó
mar
upe
erif
de
fus
.net
am
nat
e p
a N
rei
el
edi
to
(U)
eifi
(L),
as t
me

2

Janela de Oportunidades



É preciso se preparar à fase que começa a ser configurada na região; se de um lado haverá mais recursos e oferta de trabalho, de outro os bolsões de miséria também tendem a crescer

Michele Ferreira

Rio Grande. Em três décadas, a cidade bucólica, voltada à pesca e à agropecuária se transformou. Foi com o advento do petróleo, na Bacia de Campos, a partir de 1976, que Macaé - no Rio de Janeiro - dava início a um processo que nunca mais parou de mexer com os balanços financeiros e sociais. A população mais do que quadruplicou: passou das 47 mil pessoas aos 194.313 habitantes, em 2009, afora os flutuantes, que ultrapassam os 30 mil. Foi um primeiro reflexo do desenvolvimento que, na carona, trouxe todos os outros: do orçamento municipal, que hoje supera R\$ 1 bilhão, às estatísticas de criminalidade. Em 2004, Macaé foi a cidade brasileira com maior índice de assassinatos entre jovens de 14 a 25 anos de idade.

Nesta sexta-feira, último capítulo da série *Janela de oportunidades*, o Diário Popular traz um pouco das mudanças, das consequências e das soluções que o governo tem procurado implementar nos últimos anos. Macaé tem servido de referência ao cenário que começa a se configurar em Rio Grande, também impulsionado - principalmente - pelos investimentos da Petrobras.

O alerta número um é simples: envolver a comunidade na tomada de decisões, de como e para onde o município deve se desenvolver. Quais as prioridades reais. Foi o passo, essencial, que faltou na trajetória de Macaé. A ditadura militar era o pano de fundo. Longe da democracia, a população ficou calada. Mesmo que os moradores tivessem opiniões, o que se ouviu foi o silêncio.

A disputa do custo-benefício

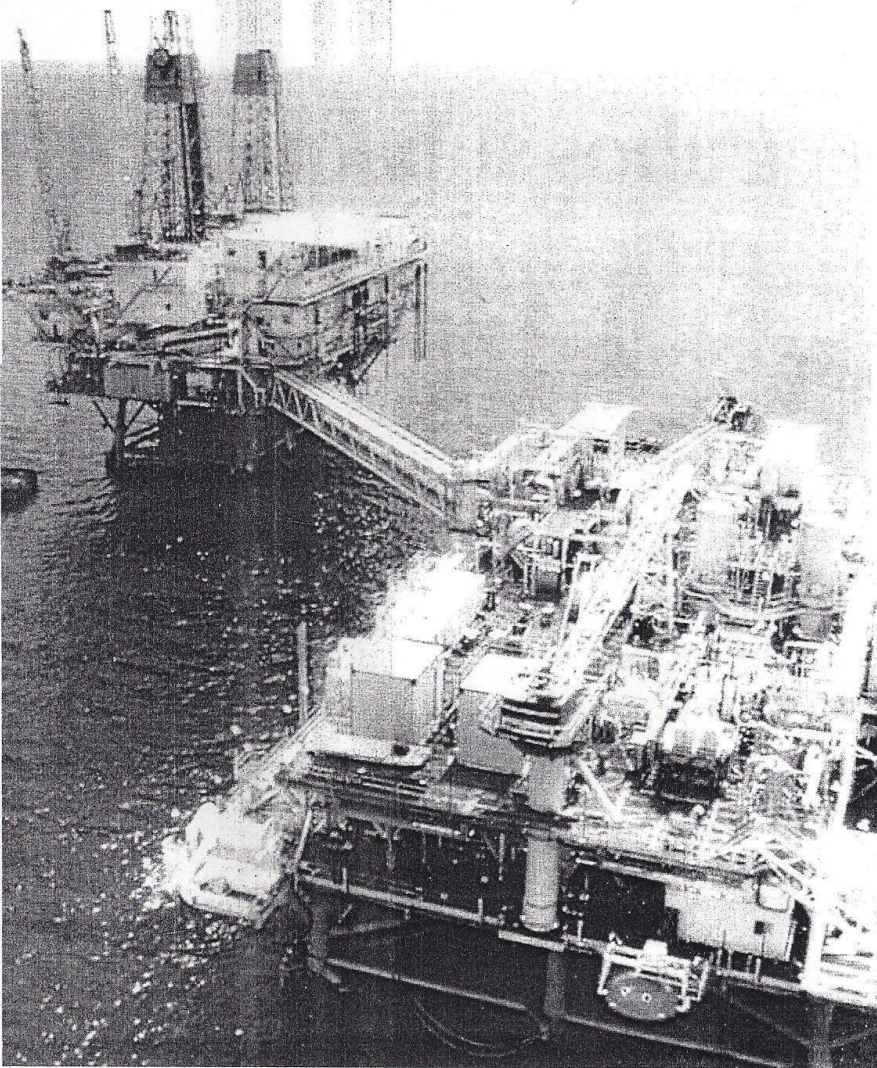
O município fluminense, apreciado pelas belezas naturais da região serrana, está repleto de extremos. O emprego de carteira assinada cresceu 355% entre 1995 e 2008. Em busca de oportunidade, o fluxo migratório é descontrolado; crescem os bolsões de miséria e as ocupações em áreas ambientais e de risco.

A rede hoteleira é a segunda maior do Rio de Janeiro e permanece com quase todos os leitos ocupados de segunda a quinta-feira. Na outra ponta da linha, a prefeitura criou o Programa Volta para Casa e, depois de oferecer banho e lanche, na Pousada da Cidadania, a quem fica dias perambulando pelas ruas, encaminha-os de volta às cidades de origem.

A construção civil é o setor que mais

DIÁRIO POPULAR
SEXTA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 2009

As duas faces do crescimento



emprega depois do petróleo; o salário-base de um pedreiro na prefeitura é de R\$ 1,8 mil e pode dobrar com as vantagens. No contraponto, as invasões de áreas públicas e privadas são tantas que o Executivo recorre a um ultra-leve para fotografar a cidade. "Temos também o Disque-Invasão, mas são medidas de que não nos orgulhamos", afirma o titular da Câmara de Gestão, Rômulo Campos.

Há 20 anos, existiam apenas cinco corretores de imóveis na cidade. Hoje, são 587 registrados para intermediar um mercado imobiliário supervalorizado. Um terreno no bairro mais nobre de Macaé custa, em média, o equivalente a uma área na Barra da

Tijuca, no Rio. Quem vive com pouco e mora na favela, no entanto, não está livre de desembolsar valores incompatíveis com a renda, para ter um teto: o aluguel na favela, numa casa de um quarto, sala, cozinha e banheiro vale entre R\$ 450,00 e R\$ 600,00.

Macaé é referência para tudo e para todas as cidades da região. Só o orçamento destinado à Saúde alcançará os R\$ 226 milhões em 2010; R\$ 90 milhões dirigidos à manutenção do hospital público Fernando Pereira da Silva, construído em 2004. Meta das internações é de pacientes dos municípios da volta.

Na área da Educação, 50% da rede municipal de ensino oferece atendimento em

tempo integral aos alunos, com café da manhã, merenda, almoço e outro lanche, à tarde. O Executivo disponibiliza, ainda, escola de Informática, 27 *lan-houses* públicas, internet gratuita em todos os bairros e investiu R\$ 12 milhões na primeira fase da Cidade Universitária, que já possui 11 cursos em funcionamento.

"A arrecadação aumenta, mas a população aumenta também e o impacto será maior se o município não estiver preparado", ponderou o prefeito Riverton Mussi Ramos (PMDB), ao palestrar durante o seminário da Indústria Naval, em Rio Grande. "Nesse caso os problemas só irão se agravar".

to

Infocenter DP - ABR

Trânsito, crime organizado e diálogo com a comunidade

Com dez mil moradores a menos do que Rio Grande, Macaé já ultrapassou a frota de veículos da Noiva do Mar. Apesar de ambas apresentarem um patamar próximo aos 75 mil, lá, pelas ruas da cidade fluminense, muitos outros veículos não entram para contagem. O emplacamento é feito em Espírito Santo, onde o Imposto Sobre Propriedade de Veículo

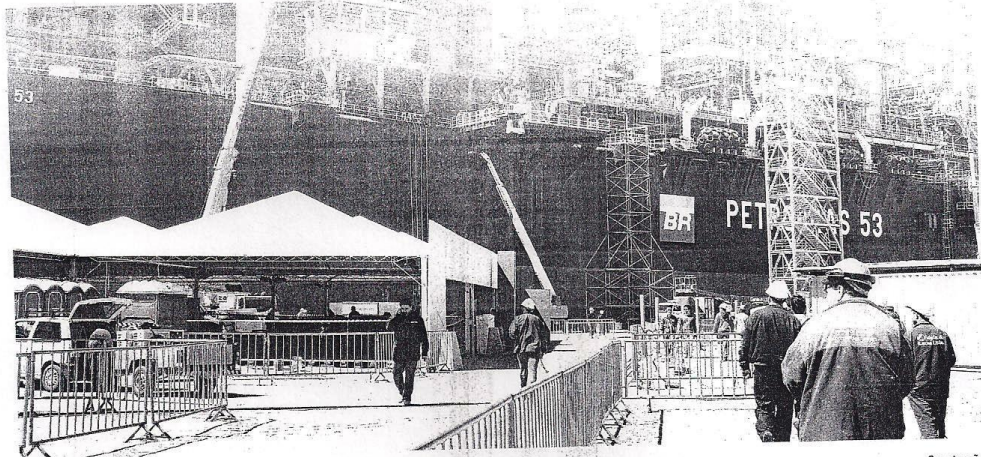
Automotor (IPVA) é mais barato.

O congestionamento tem lugar certo e sabido. É no sentido Rio das Ostras-Macaé, por onde 12 mil veículos circulam por dia e levam, em média, uma hora para percorrer 26 quilômetros. Para desafogar o trânsito, o Executivo já licitou o veículo leve sobre trilho (metrô de superfície), uma parceria com a iniciativa privada (R\$ 32 milhões,

só para os trens) que, em 2011, cortará a cidade de norte a sul e transportará de seis a dez mil passageiros, diariamente.

O dinheiro gira em Macaé. E, como consequência do progresso econômico, o município também é alvo de violência. "Todas as facções do crime organizado têm filiais aqui", acrescenta o major-segurança Rômulo Campos. E, como

quem acompanhou todo o processo de mutação da terra natal, o titular da Câmara de Gestão deixa a orientação aos rio-grandinos: "Realizem audiências públicas, ouçam a comunidade, a sociedade civil organizada, até esgotarem os temas", enfatiza. "Do contrário, a prefeitura será cobrada pelos eventuais erros e incongruências".



Os planos da Petrobras e os efeitos do pré-sal rumo a 2020

As cifras, os projetos e o que já está programado pela Petrobras para Rio Grande, ao longo da próxima década, enchem a região de otimismo. Até 2013, a empresa deverá investir 174,4 bilhões de dólares no país: 28 sondas, 146 barcos de apoio e novas plataformas de produção despontam entre as prioridades: parte dos investimentos voltados à base de exploração e às pesquisas do pré-sal.

A expectativa é de que apenas com os volumes potenciais anunciados nas áreas de Tupi, Iará, Guará e Jubarte (ainda não totalmente quantificados) a reserva brasileira possa praticamente dobrar até 2020, com o óleo de baixa acidez da camada pré-sal. A estimativa é de que a produção diária pule dos dois milhões de barris aos 3,8 milhões.

A exploração do pré-sal tem características muito peculiares. Ocorre a 300 quilômetros da costa a uma profundidade que pode chegar aos sete mil metros, desde a plataforma até os reservatórios do petróleo. É aí que poderá - ou, com mobilização, deverá - entrar a participação continuada de Rio Grande, que tem procurado qualificar mão de obra e nos primeiros meses de 2010 inaugura o dique seco. O desafio é receber novas demandas, após a construção das plataformas P-55 e P-63 e dos oito cascos.

Pelas características geológi-



“É preciso antecipar as soluções porque certamente os problemas irão surgir rápido.”

Paulo Edison Pinho,
Centro das Indústrias

cas, o Rio Grande do Sul não terá blocos de exploração. A camada de rochas de composição calcária fica entre o Espírito Santo e Santa Catarina, distribuída nas bacias de Campos e Santos. A região de Rio Grande, portanto, poderia alimentar a cadeia do petróleo com a estrutura para exploração e produção.

O presidente do Centro das Indústrias de Rio Grande, Paulo Edison Mello Pinho, acompanha os grupos de estudo da cidade que se desenha para a próxima década e também destaca a importância de a sociedade entender que as exigências serão maiores e rápidas. "Esse mapeamento das necessidades futuras servirá para orientar o governo a curto, médio e longo prazos", lembra. Tudo para reduzir os efeitos perversos do desenvolvimento, como tem ocorrido em Macaé. "É preciso antecipar as soluções à infraestrutura porque certamente os problemas irão surgir rápido".

Anotar aí. Os investimentos no Polo Naval são o carro chefe da fase que já se iniciou, mas madeira, fertilizantes, expansão portuária e ener-

gia também devem alavancar o processo de crescimento que pode gerar entre 80 e cem mil empregos diretos e indiretos em Rio Grande.

"Desde 2000, a economia vem retomando uma dinâmica que mudará o panorama da região", analisa o coordenador do Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria (Itepa) da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), economista Erli Massan. Até hoje o principal produto regional ainda é o arroz. A produção atual de conserva de pêssegos, por exemplo, é de cerca de 50 milhões de latas. "Mais do que no auge da cultura". Nas décadas de 50 e 60, o ramo da fruticultura chegou a contar com mais de 40 plantas industriais em Pelotas. São ciclos que se encerram ou se transformam. Com tantos projetos a deslanchar, agora, o desafio é a região toda se preparar para corresponder e atender às redes de negócios que deverão se formar na próxima década. Educação e Cultura. Saúde e habitação. Trânsito e transportes. Segurança e turismo. Todas os setores devem crescer, na carona, do Polo Naval.

Construção da P-53 abriu um processo que, agora, passará pela P-55, P-63 e mais oito cascos

Petrobras irá investir 174,4 bilhões de dólares até 2013 no país, expectativa é dobrar a produção de petróleo em dez anos

Bruno Campello e Tadeo Davy - DP

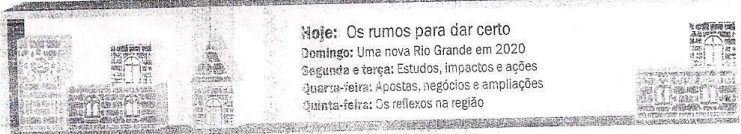
Hoje: Os rumos para dar certo

Domingo: Uma nova Rio Grande em 2020

Segunda e terça: Estudos, impactos e ações

Quarta-feira: Apostas, negócios e ampliações

Quinta-feira: Os reflexos na região



Zero Hora
09-03-2011 p.10

10 Política

ZERO HORA QUARTA-FEIRA, 9 DE MARÇO DE 2011

JUNTAS PARA CRESCER

Unidas por empréstimo, cinco cidades tocam obras

Banco Mundial viabilizou diferentes projetos ao liberar US\$ 90 milhões

GUILHERME MAZUI

A meia hora de trânsito que o empresário Mário Walhaft, 43 anos, levava nos domingos de verão para chegar à praia do Laranjal se transformou em oito minutos.

A conclusão da duplicação da Avenida Ferreira Viana, em Pelotas, desde um dos nós da cidade do sul do Estado. Solução financiada em dólares.

O serviço, terminado no final do ano passado, materializou-se graças a um empréstimo junto ao Banco Mundial, que espalhou canteiros de obras e planos de melhoria de gestão e geração de renda por outras quatro cidades. Desde 2008, por meio do Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado (PDMI) são aplicados US\$ 90 milhões – cerca de R\$ 148 milhões pela cotação de sexta-feira – que beneficiam mais de 1 milhão de gaúchos.

Além de Pelotas, o projeto engloba Bagé, Santa Maria, Uruguaiana e Rio Grande. Em uma iniciativa inédita, atento ao crescimento populacional, o quinto se uniu atrás do financiamento do banco, mais acostumado a emprestar dólares a governos federais e estaduais. Apesar do esforço comum, cada cidade negociou valores, prazos, juros e obras de forma separada.

– É uma experiência inovadora. Cidades menores do que as que costumamos financiar se juntaram para viabilizar

zar a operação. As cidades estão indo bem – elogia a especialista do Banco Mundial e gerente do PDMI, Juliana Garrido, elo entre municípios e a sede da instituição, nos Estados Unidos.

Dos US\$ 90 milhões do programa, o Banco Mundial é responsável por 60%.

Os outros 40% são contrapartida dos municípios. Os contratos começaram a ser assinados com o Banco Mundial em 2006, período em que os prefeitos das cidades eram de diferentes partidos: Sanchotene Felice (PSDB), em Uruguaiana, Valdecir Oliveira (PT), em Santa Maria, Pêter Jr. (PP), em Pelotas, Janir Branco (PMDB), em Rio Grande, e Luiz Fernando Mainardi (PT), em Bagé. Parte mais visível do programa, a infraestrutura traz modificações físicas às cidades, em pontos como trânsito e saneamento básico. Ao todo, o PDMI pavimentará mais de 150 quilômetros de vias. Primeira cidade a assinar o contrato de empréstimo, Pelotas tem 65% dos trabalhos concluídos – entre eles a Ferreira Viana. Além de facilitar o trânsito, a duplicação auxiliou o comércio da região.

– A via era perigosa, os clientes tinham receio de entrar na loja. A duplicação ajudou a elevar o nosso movimento – comemora Walhaft, que é proprietário de uma loja de artigos náuticos.

Em Bagé, uma cidade acostumada aos racionamentos de água, como o vivido desde janeiro, a verba ajudou a evitar o desperdício. Três mil hidrômetros foram instalados.

As obras

PELOTAS

Algumas obras:
Duplicação da Avenida Ferreira Viana
Valor: US\$ 18,9 milhões
Contrapartida: US\$ 12,6 milhões

URUGUAIANA

Algumas obras:
Pavimentação de via em 153 quadras e abertura de atmo sanitário
Valor: US\$ 6,83 milhões
Contrapartida: US\$ 4,5 milhões

SANTA MARIA

Algumas obras:
Ampliação do parque tecnológico
Valor: US\$ 13,85 milhões
Contrapartida: US\$ 9,3 milhões

BAGÉ

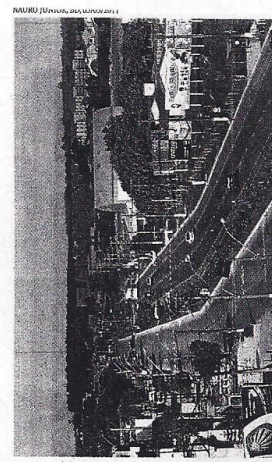
Algumas obras:
Instalação de hidrômetros
Valor: US\$ 6,6 milhões
Contrapartida: US\$ 4,4 milhões

RIO GRANDE

Algumas obras:
20 quilômetros de pavimentação
Valor: US\$ 8,1 milhões
Contrapartida: US\$ 5,4 milhões

TOTAL: US\$ 90,58 milhões

*Projeto do Rio Grande tem a previsão de mais um repasse de US\$ 8,1 milhões, porém o contrato não foi assinado.



Duplicação de avenida desatou no viário que existia em Pelotas

ENTREVISTA

Juliana Garrido Especialista do Banco Mundial

“O programa superou diferenças políticas”

Responsável por aproximar municípios e o banco, Juliana Garrido está empolgada com o sucesso da união de prefeitos. A síntese:

Zero Hora – Qual a avaliação do desempenho dos municípios gaúchos?
Juliana Garrido – É a primeira experiência do banco nesse sentido, reunindo vários municípios menores, na tentativa de ganhar escala e facilitar o empréstimo. É uma experiência nova, diferente, tem deixado boas lições. As cidades estão indo bem. Além das obras, melhorias de gestão, o programa tem uma particularidade muito positiva: superou diferenças políticas. Em algumas cidades houve troca de partido no comando da prefeitura, e os projetos não pararam. Isso mostra que há vontade de trabalhar.

ZH – Como é feito o monitoramento das atividades?
Juliana – A avaliação é constante. Uma vez por semestre visito as cinco cidades. Cada município tem sua unidade de gestão do projeto. Ainda temos conselhos, formados pelos coordenadores do programa e pelos prefeitos. Eles realizam encontros para avaliação e troca de experiências.

ZH – Onde o trabalho é visível?

– Onde o trabalho é visível?

JORNAL AGORA
18-03-2011 P-6

Mapeamento aponta realidade habitacional do Município

A Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano e o grupo de trabalho da Universidade do Rio Grande (Furg) apresentaram ao Conselho Municipal de Habitação ontem, 17, o Plano de Habitação de Interesse Urbano. O estudo apresenta um mapeamento da situação habitacional no Município e os principais pontos a serem trabalhados nos próximos anos.

Durante o encontro, o coordenador da equipe da Furg, responsável pelo estudo, Glauber Gonçalves, expôs os principais problemas enfrentados na cidade, como as condições

precárias de moradia e a falta de habitação, situação considerada uma das piores do País quando comparada com outras localidades pesquisadas.

Em Rio Grande, com base no último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o déficit de moradias quantitativo e qualitativo chega a 22 mil. O déficit qualitativo relaciona-se às condições, e o quantitativo, ao número de habitações por habitante.

A ocupação irregular de falhas de aterro nos últimos anos é dado preocupante para o gru-

po. Revela a pesquisa que o assentamento irregular, em locais muitas vezes destinados à preservação ambiental permanentemente, já é ocupado por cerca de 400 imóveis.

Outro ponto polêmico exposto incide sobre o fato de o esgoto tratado não chegar a contemplar 15% da cidade.

Com a extensão da rede de esgoto, que está sendo providenciada com as obras da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), as ligações de esgotamento devem passar a atingir 35% da população.

Segundo Glauber, baseado

nos estudos, o Município está em uma situação muito ruim e é considerado um dos piores, principalmente pela precariedade das moradias.

Estima-se que cerca de 60 mil habitantes vivem em condições de habitação inadequada, consideradas "insalubres", revela Glauber.

Para Jair Rizzo, secretário municipal de Habitação e Desenvolvimento, o projeto é um importante passo para que sejam traçados os projetos futuros e sejam sanadas as principais carências locais. "Esse plano trabalha com o diagnóstico atual e norteará os proje-

THIAGO SARTER

Diário Popular

26-03-2011 7-7

Diário Popular
26-03-11 p. 7

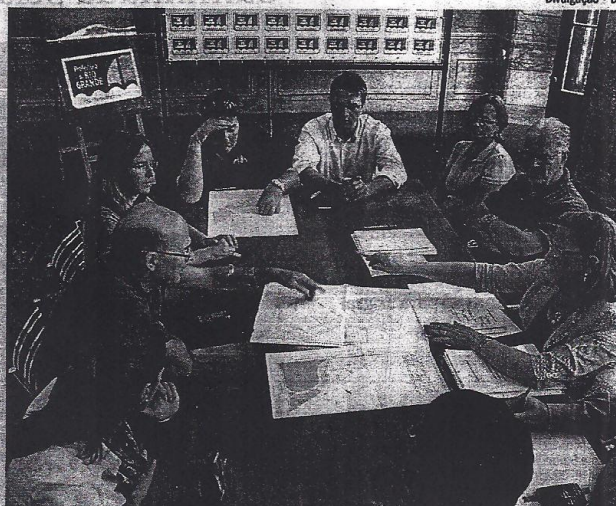
Investimento milionário

Complexo com hotel, shopping center e habitacional está orçado em R\$ 800 milhões

Rafael Mano Diverio

Rio Grande. A tarde de ontem confirmou os boatos frequentes de que Rio Grande ganhará um shopping center. Mas o projeto apresentado na prefeitura pela Aquário Empreendimentos Imobiliários é muito mais do que isso: um grande complexo com shopping center com quase 150 lojas, cinco salas de cinema, dois prédios comerciais, um hotel cinco estrelas, um complexo habitacional e uma escola.

A área tem 58 mil metros quadrados e já foi adquirida pelo empreendimento. O ponto está localizado ao lado do Parque São Pedro, pela rodovia ERS-734, que liga o Centro ao Cassino. Segundo a arquiteta Cleinaci Zanella, que faz parte da empresa, a Aquário Empreendimentos tem base em Porto Alegre e foi criada com uma série de investidores para construir na cidade. "Não tenho dúvida que o bom momento econômico vivido por Rio Grande motivou nossos empresários a inves-



Projeto foi apresentado à prefeitura e aguarda por licença ambiental

tir na cidade", afirmou.

Para o shopping center, o shopping Total, de Porto Alegre, será o parceiro. Na capital, inclusive, este mesmo grupo está construindo um novo centro. O projeto foi apresentado à prefeitura e aguarda por licença ambiental e aprovação. A expectativa é de começar a construção ainda este ano e inaugurar em 2013. O investimento é na ordem de R\$ 800 milhões.

Números

R\$ 800 milhões de investimento
148 lojas
5 cinemas
1 supermercado
2 prédios comerciais
1 hotel cinco estrelas
1 complexo habitacional
1 escola
58 mil metros quadrados de área
2013 previsão de conclusão

DIÁRIO POPULAR
31-03-2011 P-5

Diário Popular
31-03-11 p.5

Artigo

Alexandre Lindenmeyer,
deputado estadual - PT

A hora da Metade Sul

Da condição de "prima pobre", a Metade Sul passou a despontar, a partir de 2003, como uma das regiões mais promissoras do Estado. A retomada da indústria naval pelo governo Lula não só resgatou a histórica vocação do município de Rio Grande, que, rapidamente, emergiu da estagnação para ocupar o quarto lugar no ranking do PIB gaúcho, como se espalhou como uma verdadeira revolução pelas cidades vizinhas. Os investimentos no Polo Naval, hoje imprescindível para a Petrobras, chegaram a R\$ 13 bilhões, atraindo uma centena de empresas e gerando milhares de novos empregos.

Se tudo isso elevou, com razão, nossa autoestima e nossa perspectiva em relação ao futuro, não pode, de maneira alguma, nos lançar na inércia ou nos cegar diante dos enormes desafios que o desenvolvimento nos impõe. Felizmente, o governo do Estado sabe disso e está agindo, de forma rápida e cirúrgica, para enfrentar obstáculos que podem, a curto espaço de tempo, impedir o afluimento pleno de nossos potenciais e o aproveitamento das enormes possibilidades abertas pela cadeia produtiva do petróleo e do gás.

Dois projetos de lei, aprovados pela Assembleia Legislativa na madrugada do 17 de março, atestam o esforço do governo gaúcho para sustentar o ritmo de crescimento da região, reduzir as desigualdades e fomentar as novas cadeias produtivas. Um deles permite a utilização do Fundo Operação Empresa (fundopem) para a implantação de centros de pesquisa nos municípios da Metade Sul. A proposta prevê financiamento de 100% do investimento e da totalidade da folha de pagamento de pessoal por 24 meses, dependendo do montante do

ICMS devido. Na prática, isso significa uma benéfica intervenção do Estado para equacionar dois dos principais gargalos da região: escassez de mão de obra especializada e carência tecnológica. O outro projeto institui o Programa de Estruturação, Investimento e Pesquisa em Gás Natural, Petróleo e Indústria Naval do Rio Grande do Sul. Trata-se de um potente instrumento para estimular a inovação tecnológica, aumentar a escala competitiva das empresas e incentivar novos empreendimentos complementares à cadeia produtiva do petróleo e gás.

Em conjunto, as duas iniciativas representam o cumprimento do compromisso do governo do Estado de criar as condições necessárias para incorporar o Rio Grande do Sul ao projeto do pré-sal. Atualmente, as empresas locais fornecem cerca de 2% de tudo que Petrobras consome em produtos e serviços. Com a exploração da nova riqueza, poderemos chegar a pelo menos 10% até o final da década, desde que consigamos enfrentar as deficiências nas áreas tecnológicas e de formação de trabalhadores especializados.

Com o pré-sal, o Brasil será galgado ao ranking dos dez maiores produtores mundiais de petróleo, aumentando sua importância econômica e geopolítica no cenário latino-americano e mundial. Como prometeu em campanha, o governador Tarso Genro está trabalhando para que o Rio Grande do Sul cresça no mesmo ritmo do país e para que o povo gaúcho não seja alijado dos frutos desta enorme fonte de riqueza, que se constitui num verdadeiro passaporte para o desenvolvimento pleno do nosso país, com crescimento econômico e, sobretudo, distribuição de renda.

JORNAL AGORA
04-04-2011 P-3

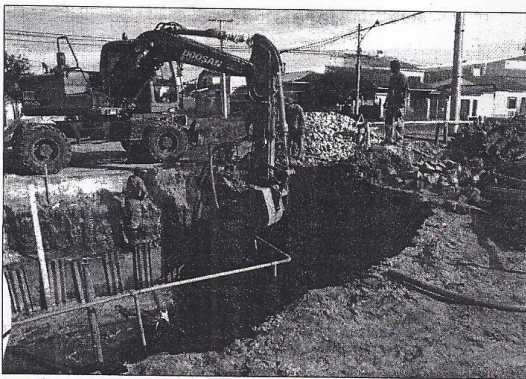
www.jornalagora.com.br

GERAL

AGORA

■ SEGUNDA - Rio Grande, 4 de abril de 2011 ■ PÁGINA 3

Obras do Pac e Banco Mundial em execução somam mais de R\$ 11 milhões



Várias frentes de trabalho mudam a rotina em várias ruas da cidade

Moradores de pontos diversos da cidade estão percebendo mudanças em suas ruas, em seus bairros. E, embora possa parecer que atrapalhe o dia-a-dia, estas obras vêm para melhorar a qualidade de vida do rio-grandino. Nesta primeira etapa, são mais de R\$ 11 milhões para o esgoto pluvial e pavimentação, que serão executados nos próximos três meses, e que devem estar concluídos em junho, quando iniciam-se novas frentes. Todo o conjunto de obras na cidade tem prazo de 15 meses, a contar de março, para serem entregues à comunidade.

Os recursos são de duas fontes. Do PAC, R\$ 6,360 milhões. Pelo Banco Mundial, R\$ 5,460 milhões. E isso para começar; já que os recursos para a continuação dos trabalhos em outros bairros já estão garantidos. Grande parte dessa etapa inicial busca garantir que os alagamentos, tão comuns no centro da cidade sejam solucionados.

Com a mesma finalidade de evitar alagamentos no centro, começa nesta semana a instalação de mais quatro bombas de 400 milímetros, com gerador a diesel, rua Valporto, na continuidade no calçote da Barro. Também está prevista a instalação de mais três casas de bombas, com quatro bombas em cada uma. Os locais já foram definidos: ruas Riachuelo, Acácia Rio-grandense e Major Carlos Pinto.

O secretário de Obras, Deloy Ribeiro, explica que a tubulação existente na área central da cidade tem mais de 60 anos e está sem condições nenhuma de esgotar a água que acumula em dias de chuva e que causam os alagamentos. "Com

este conjunto de obras estaremos solucionando de vez o problema", informa. Além do centro, nesta etapa inicial, os trabalhos abrangem os bairros Miguel de Castro Moreira e Rural.

Obras do PAC

Na rua Trindade, estão sendo executados trabalhos de colocação de tubos para o esgoto pluvial, que vai da Salgado Filho até a General Vitorino. A pavimentação será substituída por blocos uni-stein. O custo total é de R\$ 585 mil. Na rua Vitorino, trecho que vai da Barro até a Francisco Marques, ligando na Trindade, os trabalhos são de colocação de tubos.

O secretário de Obras, Deloy Ribeiro, explica que neste local não existia a tubulação para o esgoto pluvial. A obra inclui ainda a repavimentação, com recursos na ordem de R\$ 350 mil. A grande vantagem, conforme o secretário, é que estas obras irão beneficiar não só os moradores locais, como todos os de ruas próximas.

Na rua 1º de Maio, trecho que vai da 2 de Novembro até Forte Santana, além da tubulação para o esgoto pluvial, será realizada a pavimentação asfáltica, uma reivindicação de



anos dos moradores, no valor de R\$ 2,150 milhões. Na Conselheiro Teixeira Júnior (Cidade Nova) até a avenida Cidade de Pelotas, os trabalhos estão na fase inicial. No local será substituída a tubulação antiga, que se encontra em condições precárias. O custo é de R\$ 475 mil.

Nas ruas Mauá e Rio Branco, as obras são as mesmas, colocação de tubos para escoamento das águas pluviais. Na Mauá, a obra vai da rua Gonçalves Dias até a Henrique Pancada, incluindo a pavimentação em blocos uni-stein. Na Rio Branco, a colocação de tubos inicia na Gonçalves Dias e termina na Avenida Argentina. A pavimentação vai até a Avenida Brasil. O valor conjunto das duas obras é de R\$ 2,8 milhões.

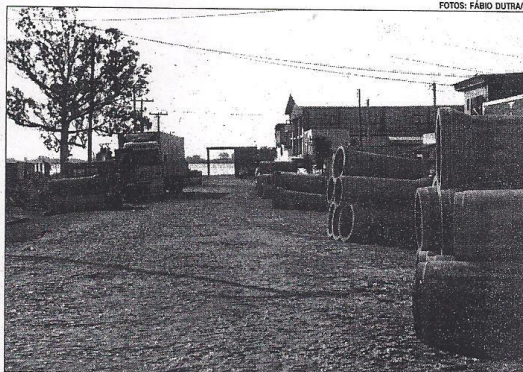
Obras Banco Mundial

Na rua General Vitorino, trecho compreendido entre a Francisco Marques até o calçote da Major Carlos Pinto, os trabalhos são de asfaltamento sobre a pavimentação já existente. A obra tem um custo de R\$ 660 mil. Na avenida Cidade de Pelotas, os trabalhos são de colocação de tubos para a drenagem pluvial, que vai da Teixeira Júnior até a avenida Argentina. Neste local, também será jogada uma camada asfáltica sobre a pavimentação existente. O orçamento é de R\$ 3,2 milhões.

Na Bernardo Taveira, a drenagem será em duas linhas, uma em cada lado da rua. O trecho vai do Jockey Club até a rua João da Silva Silveira. A pavimentação será de blocos uni-stein, no valor total de R\$ 1,6 milhão.

Moradores

Ítalo Umberto Anselmo, morador da rua Trindade há 40



FOTOS: FÁBIO DUTRAIA

Rua Teixeira Júnior recebe nova tubulação de esgoto pluvial

anos, diz que as obras causam um "transtorno louco". Mas ele aposta que os benefícios devam ser bem maiores e duradouros. "Uma obra de porte como esta, é a primeira vez que vejo em todos os anos que moro aqui. Precisávamos mesmo de uma iniciativa assim, pois enfrentamos grandes problemas toda vez que chove. E a última foi a pior de todas, pois entrou em praticamente todas as casas por aqui".

Há 24 anos, Regina Cadaval Conrado, moradora no local, disse enfrentar os alagamentos. "É um inferno toda vez que chove". Também cita a última chuva como a pior: "Moro em apartamento, no térreo e vi a água invadindo minha sala, assim como nas dos meus vizinhos de andar". Regina acredita que o transtorno vale a pena pelo benefício que trará.

Na rua 1º de Maio os moradores estão preocupados com a altura da rua em relação as casas. Laureci Cunha, moradora há 21 anos no local diz que depois que as obras iniciaram, a primeira chuva já entrou em todas as residências. "Nosso

medo é que a rua, depois de asfaltada, fique muito mais alta do que as casas. Ai sim vai ser problema. Mas se for bem feita, só temos que comemorar". Anderson Kleber Fries da Cunha, há 25 anos na 1ª de Maio, enfatiza que os moradores querem as melhorias. "Não somos contra a obra, pois esperamos há muito tempo por isso. Mas queremos melhorias para nós, não para o turista passar e ver que está bonito. E isso quer dizer um bom planejamento para que a rua fique em um nível abaixo de nossas casas".



Na rua Conselheiro Teixeira Júnior, os moradores sugerem que as obras da Corsan sejam executadas logo acabem as obras de recuperação do esgoto pluvial naquela via. "Nossa intenção é evitar que a rua receba pavimentação e daqui a algum tempo o calçamento tenha que ser removido para a construção da rede de esgoto cloacal. É uma questão de planejamento", afirma um morador.

ANETE POLL

NAVEGAÇÃO Notícia da edição impressa de 28/04/2011

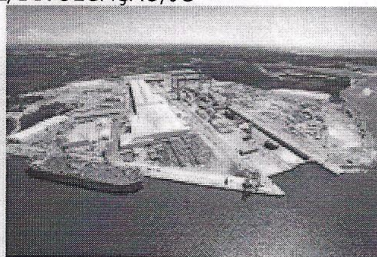
FONTE: <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=60718>

Polo naval de Rio Grande se consolida com encomendas

Atualmente estão sendo construídos nos estaleiros brasileiros embarcações que somam um total de 6,2 milhões de TPB e um quarto desse volume está sendo trabalhado no Rio Grande do Sul

Jefferson Klein

HANS VON MANTEUFFEL/DIVULGAÇÃO/JC



Investimentos na Metade Sul do Estado criam uma nova economia, voltada para atender às necessidades

O Brasil, que chegou a ter um dos principais parques navais do mundo na década de 1970 viu esse setor ficar enfraquecido com o passar do tempo. Agora, motivado por uma série de programas e encomendas, realizados principalmente pela Petrobras, o segmento espera uma retomada e um grande crescimento para os próximos anos. De acordo com dados do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), apenas a demanda da estatal para os próximos dez anos prevê a construção de 40 plataformas e sistemas de produção de petróleo, 400 embarcações de apoio marítimo e 70 navios-petroleiros para fazer o transporte entre as plataformas e os terminais localizados na costa.

Ainda segundo o Sinaval, no final do ano passado eram 269 empreendimentos do setor encaminhados, que totalizavam 6,254 milhões de TPB (Tonelada de Porte Bruto – unidade que mede a capacidade de transporte de carga de uma embarcação). Esse número envolve navios-plataforma FPSO (complexo que produz e armazena petróleo), petroleiros, embarcações de apoio, entre outras estruturas similares desenvolvidas nos estaleiros nacionais. O Rio Grande do Sul, devido ao polo naval de Rio Grande, concentrava 1,12 milhão de TPB desse total, sendo superado apenas pelos estados de Pernambuco (3,072 milhões de TPB) e do Rio de Janeiro (1,571 milhão de TPB).

Em 2010, estimava-se que a indústria da construção naval brasileira gerava cerca de 56 mil empregos diretos. Se somados aos 28 mil postos de trabalho da área náutica de lazer, o total chegava a 84 mil empregos diretos. A evolução desse item na última década é expressiva, já que no ano de 2000 a área proporcionava 1,9 mil empregos diretos, sem levar em conta o segmento náutico de lazer. No ano passado estavam em construção no País 19 plataformas de produção de petróleo. Havia também 13 estaleiros em processo de implantação, expansão ou modernização em diversas regiões do País. No Rio Grande do Sul, os destaques quanto a novas iniciativas anunciadas foram o Estaleiros do Brasil (em São José do Norte) e o Estaleiro Wilson, Sons (em Rio Grande).

O presidente do Sinaval, Ariovaldo Rocha, enfatiza que o setor da construção naval é de ciclo longo de planejamento e produção. As empresas do segmento produzem um bem de capital sob encomenda, navios ou plataformas de produção de petróleo. O dirigente salienta que em todos os países onde essa cadeia produtiva tem papel de destaque existe uma forte decisão política da sociedade para auxiliá-la. Rocha lembra que a presidente da República, Dilma Rousseff, quando ainda era candidata, em um evento de maio de 2010, em Rio Grande, disse que o setor naval tem que ter decisão sistemática de apoio, de incentivo e políticas fiscais e tributárias.

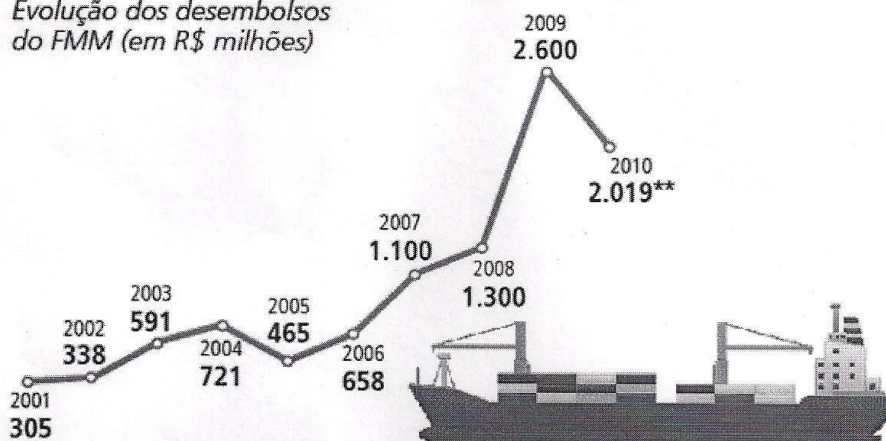
Conforme Rocha, a expectativa do Sinaval é de que a política industrial para a área prossiga. "Existe um mercado claramente definido de encomendas de navios e plataformas para os próximos dez anos", reitera o dirigente. Ele acrescenta que, na última década, o segmento

demonstrou sua capacidade de investir e promover renda e emprego em diversas regiões do País.

O presidente do Sinaval aponta que, em 2011, o setor da construção naval brasileira segue produzindo empreendimentos definidos em contratos assinados em anos anteriores. São esperadas novas contratações de plataformas, navios de apoio e petroleiros. Ele recorda que foi anunciada recentemente a decisão da Petrobras de encomendar o primeiro lote de sete navios-sonda ao Estaleiro Atlântico Sul. A estrutura fica situada no Complexo Industrial Portuário de Suape, no município de Ipojuca, em Pernambuco.

Desembolsos do Fundo da Marinha Mercante (FMM)*

Evolução dos desembolsos do FMM (em R\$ milhões)



*O FMM não financia plataformas de produção de petróleo **Preliminar/Até outubro de 2010

ARTE/GABRIELA LORENZON/JC

FONTE: SINAVAL

Encomendas consolidaram o polo naval de Rio Grande

Depois do Consórcio Quip (formado pelas empresas Queiroz Galvão, UTC Engenharia, Camargo Corrêa, IESA e PJMR) ter construído a plataforma de petróleo P-53 em Rio Grande, a companhia trabalha na implantação da P-63 e da P-55 no município. Além disso, um dos sócios do grupo, a Queiroz Galvão, espera para o segundo semestre a chegada a Rio Grande do casco que servirá de base para a P-58 - a plataforma será uma unidade FPSO que operará no Campo de Baleia Azul, no Espírito Santo, a cerca de 78 quilômetros da costa, em águas com profundidade de 1,4 mil metros. A estrutura terá capacidade de produção de 180 mil barris diários, 6 milhões de m³/dia de gás e acomodações para 110 pessoas. Serão 17 poços produtores de petróleo e gás e dez injetores. A FPSO também terá capacidade para armazenar 1,6 milhão de barris de petróleo.

O prefeito de Rio Grande, Fábio Branco, argumenta que a construção das plataformas aproxima a afirmação do polo naval do Rio Grande do Sul. "Essas demandas criam oportunidades para que empresas fornecedoras venham para cá e contribuam para a economia regional", comemora. Além das plataformas, outros empreendimentos fortalecerão o desenvolvimento econômico da Metade Sul gaúcha. O presidente da Ecovix - Engevix Construções Oceânicas, Gerson de Mello Almada, relata que as encomendas existentes para a empresa (que administra o dique seco de Rio Grande) são os contratos dos oito cascos para FPSOs da Petrobras que operarão na Bacia de Santos.

O executivo revela que a empresa está iniciando a construção de uma fábrica de painéis com capacidade de 8,5 mil toneladas mensais, com estimativa de R\$ 300 milhões de investimento. "Estamos investindo sempre na melhoria técnica e de produtividade do Estaleiro Rio Grande (nome do complexo da Ecovix no Estado)", diz Almada.

Para ele, a perspectiva é de crescimento do setor naval nos próximos anos. "Temos um programa muito forte que deverá ser acompanhado pelos fornecedores nacionais." Almada ressalta que os investimentos anunciados pela Petrobras devem contribuir para que essa projeção torne-se um fato. Para o gerente da implementação de empreendimentos de

plataformas para o Pré-Sal da Petrobras, Márcio Ferreira Alencar, o polo naval está consolidado. Ele adianta que, com o projeto dos oito cascos, a estimativa é gerar 5,8 mil empregos diretos e 17,4 mil indiretos, totalizando 23,2 mil no pico das obras.

Alencar e Almada concordam que os adventos do Pré-Sal e do Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro (Promef) reativaram a capacitação brasileira no setor naval com a incorporação de novas tecnologias. "Os negócios estão alvissareiros em Rio Grande", comemora o secretário de Infraestrutura e Logística, Beto Albuquerque. Ele adverte que é preciso melhorar a infraestrutura no entorno do polo naval e cita como vital que o governo federal discuta uma ligação "a seco" entre São José do Norte e Rio Grande. Beto ressalta que a implantação de um túnel subaquático não é mais uma obra de engenharia impossível.

Sinaval alerta para importância do setor para o comércio do Brasil

O Brasil está desenvolvendo o maior programa mundial de investimentos na exploração e produção de petróleo e gás em alto-mar, afirma o presidente do Sinaval, Ariovaldo Rocha. Esse fenômeno torna o segmento offshore (alto-mar) um dos principais mercados para a indústria de construção naval brasileira. Mas, comenta Rocha, existem encomendas de outros setores além do offshore como o de apoio portuário – rebocadores e navios para suprimento de bunker e navios-petroleiros – que serão adquiridos principalmente pela Transpetro e Petrobras, navios granaleiros e porta-contêineres para navegação de cabotagem, comboios para navegação fluvial e navios patrulha para a Marinha brasileira.

Outro fato mencionado pelo presidente do Sinaval é que o Plano Nacional de Logística (PNL) prevê o aumento da participação do transporte aquaviário na matriz de transportes. Esse crescimento vai ocorrer com as expansões da navegação de cabotagem e do transporte fluvial. Esses são dois segmentos em que são esperados os maiores volume de encomendas. Quanto ao transporte fluvial, outra vantagem é que o Brasil tem uma extensão total de 63 mil quilômetros em lagoas e rios. No entanto, são aproveitados atualmente apenas 13 mil quilômetros de vias fluviais e lacustres e em torno de 29 mil quilômetros já estão disponíveis para utilização.

O Sinaval também chama a atenção para a navegação marítima. Entre as considerações feitas pelo sindicato está a de que cerca de 95% do comércio exterior praticado pelo Brasil é realizado pelos oceanos, ou seja, a navegação é um segmento essencial para a economia nacional. Para Rocha, a existência de navegação própria inibe a prática abusiva de preços no transporte marítimo. A criação de uma frota gera emprego e renda, impulsionando a indústria da construção naval e outros segmentos da economia interna.

Rocha sustenta que o domínio mundial do transporte marítimo por poucas operadoras exige uma postura política em defesa da navegação de cabotagem no Brasil. A frota mundial, de aproximadamente 67 mil navios, está concentrada em 37 países que transportam 92% da carga global de 1,107 bilhão de TPB. O transporte marítimo global sofreu, nos últimos 20 anos, um forte processo de fusões e aquisições e poucas operadoras passaram a dominar o mercado. As maiores empresas de transporte marítimo movimentam em torno de 60% dos contêineres do mundo todo e todas têm operações nos portos do Brasil. Conforme informações do Sinaval, o afretamento de navios de bandeira estrangeira no País, para transportes em longo curso, somou, no período de 2003 a 2008, US\$ 7,962 bilhões, o que corresponde ao valor de um programa de construção naval de mais de 50 embarcações.

Diretor da Petrobras elogia a postura do Estaleiro Atlântico Sul



Costa afirma que a estatal brasileira vai precisar de mais estaleiros. FOTO FREDY VIEIRA/JC

O fortalecimento do setor naval brasileiro passa pelas atividades dos estaleiros. "Vamos precisar de mais complexos, pois os projetos não vão parar", prevê o diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa. Ele indica como uma empresa que "acordou" para as oportunidades do segmento o Estaleiro Atlântico Sul. Considerado um dos maiores players do setor de construção, reparação naval e offshore do Hemisfério Sul, o Atlântico Sul tem como sócios os grupos Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e a empresa PJMR, além da sul-coreana Samsung Heavy Industries, que é a parceira tecnológica do empreendimento.

O grupo produz todos os tipos de navios cargueiros com até 500 mil toneladas de TPB e plataformas offshore. Também oferece serviços de reparo de embarcações e unidades de exploração de petróleo. Tem capacidade de processamento da ordem de 160 mil toneladas de aço por ano e uma carteira que totaliza US\$ 8,1 bilhões (sendo 22 navios, um casco de plataforma e sete navios-sonda).

Resultado de investimentos de R\$ 2 bilhões, o Atlântico Sul tem o objetivo de ser a maior planta naval do Hemisfério Sul. Ocupa um terreno de 1,62 milhão de m², com área industrial coberta de 130 mil m². O complexo possui um dique seco de 400 metros de extensão, 73 metros de largura e 12 metros de profundidade. O dique tem dois superguindastes do tipo Goliath de 1,5 mil toneladas de capacidade, dois guindastes de 50 toneladas e dois de 35 toneladas. Os Goliaths do estaleiro representam um investimento de US\$ 68 milhões. Eles estão entre os maiores do mundo e têm a mesma capacidade dos que estão instalados nos estaleiros mais modernos da Ásia.

Programa EBN prevê o afretamento de 39 navios brasileiros até 2017

Através do programa Empresas Brasileiras de Navegação (EBN), a Petrobras pretende afretar, até 2017, 39 navios construídos no País pelo prazo de 15 anos. As embarcações serão utilizadas para o transporte de petróleo e seus derivados. O gerente-geral de Transporte Marítimo do Abastecimento da Petrobras, Rogério Figueiró, argumenta que o emprego de navios nacionais diminui a exposição da companhia à volatilidade do mercado internacional de frete.

Ele ressalta que a estatal tem uma relação intensa e estratégica com o transporte marítimo, pelo perfil da companhia. Por isso, seu crescimento contribui com o desenvolvimento desse setor. Nesse sentido, a Petrobras tem a expectativa de nos próximos dez anos dobrar a produção de petróleo. "Então precisamos criar soluções para se ter um ambiente em que se desenvolva esse negócio", defende Figueiró.

O diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, acrescenta que o afretamento de embarcações é uma forma de aferir resultados. Com a iniciativa, é possível comparar o desempenho da frota da Transpetro (braço logístico da Petrobras), em relação às atividades das empresas privadas.

TERÇA, 3 DE MAIO DE 2011

R\$ 1,50

RIO GRANDE ■ ANO 36 ■ Nº 9.921

Terren

AGORA

O JORNAL DO SUL ■ www.jornalagora.com.br

Na no final q
Laria Soare
do do camp
e a apropr
qui há 25 anos
esse tempo,

esse lugar só serviu para con-
centração de marginais e lixo.

mas no outro já está tudo sujo



Área próxima ao Parque Marinha sofre invasão

Desde o último sábado, 30, moradores do bairro Parque Marinha estão ocupando, de forma irregular, terrenos próximos ao bairro. Em organização informal, as famílias estão limitando espaços de 10mx20m.

Página 3

Xerox

Terreno é invadido por moradores do Parque Marinha

Desde o último sábado, 30, moradores do bairro Parque Marinha estão ocupando, de forma irregular, terrenos próximos àquela localidade. Em organização informal, as famílias estão limitando espaços de 10mx20m, alegando que o local é utilizado como lixo. "Nós estamos invadindo sim o campo, mas não queremos guerra, nem briga. Todos moramos atualmente de aluguel, e queremos a casa própria. Se aparecer o dono, tentaremos negociar", disse a enfermeira Maria de Fátima Martins. Porém, o terreno era particular e o proprietário solicitou a desocupação por parte dos moradores, o que ocorreu de forma pacífica ainda no final de semana.

A moradora Maria Soares, que reside ao lado do campo ocupado, defende a apropriação. "Eu moro aqui há 25 anos e, durante todo esse tempo,

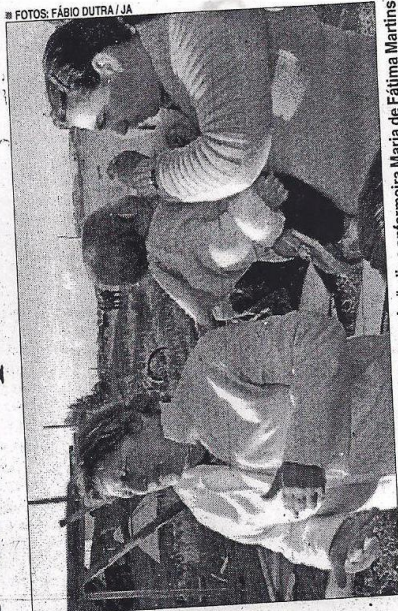


Em organização informal, as famílias estão limitando espaços de 10mx20m

esse lugar só serviu para concentração de marginais e lixo.

A Prefeitura limpa num dia, mas no outro já está tudo sujo

FOTOS: FÁBIO DUTRA/JA



"Se aparecer o dono, tentaremos negociar", diz a enfermeira Maria de Fátima Martins

de novo. Eu acho que é melhor ser vizinha de casas do que de lixo", completa. De acordo com o relato dos moradores, um advogado já está dando encaminhamento ao processo para descobrir de quem é a propriedade. "Não queremos nada fora da lei. Estamos torcendo para que dê certo, será um so-

AVELDE KOSINSKI

2

QUARTA, 4 DE MAIO DE 2011 R\$ 1,50
RIO GRANDE ■ ANO 36 ■ Nº 9.922

AGORA

O JORNAL DO SUL ■ www.jornalagora.com.br

Desocupação de terreno acaba em tumulto



Área próxima ao Parque Marinha foi invadida no último sábado. **Página 3**

OPINIÃO

AGORA

INVASÃO

Ocupantes são retirados de terreno no Parque Marinha



Policiais desmancharam as estruturas que marcavam os lotes



Rapaz acabou caindo do telhado de uma das casas improvisadas

Resistência. Este era o clima dos moradores do bairro Parque Marinha, na tarde de ontem, 3, que estavam ocupando, de forma irregular, terrenos próximos àquela localidade. Por volta das 15h, policiais militares e o Grupo de Operações Táticas (GOT) da Brigada Militar deu início à operação de retirada das famílias do local, sob coordenação do capitão Marco Antônio Albernaz, do 6º Batalhão de Polícia Militar.

A retirada começou de forma pacífica e sem violência. "Nós recebemos uma cópia da escritura da propriedade, assinada em tabelionato, dos advogados representantes da Sociedade Anônima Imobiliária Real, de Porto Alegre. Como ainda não há residência construída na área, estamos tomando as medidas cabíveis. A solicitação do proprietário é retirar os ocupantes", disse Albernaz. Entretanto, a negociação começou a ficar tensa, pois alguns moradores insistiam em permanecer nos locais, até mesmo subindo em estruturas de madeira erguidas para marcar o território.

Um rapaz, que estava no telhado de uma das casas improvisadas, caiu durante a retirada das estacas de sustentação. A garçone Kátia Martins, que havia ocupado uma das áreas do terreno, estava inconformada. "O progresso chegou na nossa cidade para destruir nossas condições básicas de vida. O aluguel, que antes era R\$ 100, hoje é R\$ 500, o transporte, com o novo sistema, ficou impossível, entre outros problemas. Só queremos um espaço para moradia", desabafou. A líder comunitária Carmen Valente, que estava representando os moradores, conversou com os advogados representantes da empresa proprietária, tendo acesso ao documento que comprovava a condição particular do terreno. Em contato por telefone, Carmen conversou com o advogado Julio Cesar Silva que, procurado pelo movimento, prestou consultoria verbal. De acordo com Júlio, cabe ao proprietário entrar com a medida legal de ação possessória, comprovando o título de propriedade, o que ainda não foi feito.

"Na minha percepção, o proprietá-

rio deveria ter requerido seus direitos via judicial, e não com uso de esforço pessoal, através da ação da Brigada Militar", disse. Barracas, estacas, casas improvisadas, tudo que estava irregular foi retirado pelos policiais, mas alguns ocupantes ainda permanecem no local, com a justificativa de que o proprietário nunca exerceu a posse do imóvel, como a colocação de cercas e execução de limpeza e manutenção do local. Os manifestantes aguardam, agora, por uma medida judicial que obrigue a desapropriação.

ANELIZE KOSINSKI

Diário Popular
04/05/2011 P-7

DIÁRIO POPULAR | CIDADES 7
QUARTA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 2011

Invasores do Parque Marinha são retirados



Ao cumprir a ordem judicial os policiais tiveram que enfrentar o protesto de homens e mulheres no local

**M foi recebida com
assistência pelas famílias
e ocupavam terreno
desde o fim de semana**

fael Mano Diverio

o Grande. Desde sábado acampa-
s em um terreno particular, cer-

ca de 300 invasores tiveram suas
barracas e seus casebres retirados
pela Brigada Militar (BM) ontem.
A situação quase terminou em vi-
olência, uma vez que os ocupantes
resistiram à ordem policial.

Os momentos mais tensos
ocorreram à tarde, a partir da che-
gada da polícia. Com a presença
dos advogados da empresa prop-
rietária dos terrenos, os polici-

ais começaram a agir. Para evitar
a derrubada dos casebres, os in-
vasores subiram nos telhados e
não colaboraram com o serviço.
Nessa hora, com a chegada de boa
parte da imprensa, surgiram tam-
bém líderes comunitários e polí-
ticos, tentando assumir a defesa
das pessoas.

Durante a derrubada, um dos
casebres caiu com uma pessoa em

cima. Apesar de ter apenas um
corte na mão, uma ambulância foi
chamada para atender o ferido.
Revoltados, alguns moradores
chegaram a atirar pedras nos po-
liciais.

A situação voltou a se acalmar
e os policiais seguiram retirando
as casas. Mesmo assim, a promes-

sa dos invasores foi de voltar a
ocupar o terreno a partir da saída
da Brigada. Na saída da reportar-
gem do Diário Popular alguns mo-
radores já retornavam com bar-
racas para serem montadas. De
acordo com a polícia, a proprie-
tária do terreno é a Imobiliária
Real.



Barracos montados provisoriamente foram destruídos

Publicações oficiais



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.076, DE 03 DE MAIO DE 2011.

CONVOCA A 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DECRETO Nº 11.077, DE 03 DE MAIO DE 2011.

RETIFICA E INCLUI MEMBROS NO CONSELHO MUNICI-
PAL DE POLÍTICA SOBRE DROGAS DO MUNICÍPIO DO
RIO GRANDE - COMEN/RG.

Os Decretos acima, estão afixados na íntegra, no saguão do
prédio da Prefeitura Municipal, na Rua General Neto, nº 34.

FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO
Prefeito Municipal

scrições

Desafio Sebrae 2011 busca candidatos

o Grande. Começaram ontem as
inscrições para o Desafio Sebrae 2011. A expectativa é
que mais de 800 alunos realizem
inscrições na cidade. Rio Gran-
de não conquistou a vitória
game, sendo a melhor coloca-
ção da região a de Pelotas, no ano
passado, quando os alunos dispu-
taram a final da seleção estadual.

O Desafio Sebrae é uma compe-
tição promovida pelo Sebrae em
parceria com o Instituto Alberto
Luz Coimbra de Pós-Graduação e
Escola de Engenharia da Univer-
sidade Federal do Rio de Janeiro
(UFRJ). Voltada a universi-
tários de todo o país, a ação opor-
tuniza aos jovens, independente-
mente do curso de graduação, o
conhecimento do ambiente e a dinâ-
mica empreendedora por meio de
um software exclusivo. O Desafio é
dividido em cinco fases. As três
primeiras são virtuais, em que os
participantes jogam via internet, e
as outras duas são presenciais, en-
volvendo a estrutura do jogo muda-
ra o regime de imersão.

Um simulado colocará os parti-
cipantes na gestão de uma fábrica
de veículos sustentáveis. Serão ava-

liadas questões relativas ao cresci-
mento econômico e à preservação
do meio ambiente. As inscrições
terminam no dia 11 deste mês pelo
site www.desafio.sebrae.com.br.
Para participar os estudantes devem
estar cursando qualquer área do
Ensino Superior em uma institui-
ção reconhecida pelo Ministério da
Educação. Eles devem se reunir em
equipes de três a cinco pessoas.
Cada grupo paga uma taxa de R\$
50,00 por equipe.

Este é considerado o maior *busi-
ness game* do mundo voltado a jo-
vens universitários. O game é divi-
dido em cinco fases, sendo que as
três primeiras, nos estados, são vir-
tuais. A semifinal e a final são reali-
zadas presencialmente, em Brasi-
lia. No ano passado participaram
da competição, que teve como
tema Fábrica de instrumentos mu-
sicais, 159.824 estudantes em todo
o Brasil. O Rio Grande do Sul ocu-
pou o quarto lugar em número de
inscritos, com 11.187 participantes.
Para a edição de 2011 a meta é atin-
gir 11.746 candidatos, 5% a mais em
relação a 2010.

O gestor do Desafio Sebrae no
Rio Grande do Sul, Dario Henke,
destaca que os universitários têm
uma grande oportunidade de des-

pertar a capacidade empreendedo-
ra ao participar da competição. "Os
conhecimentos adquiridos no De-
safio Sebrae poderão ser aplicados
com muita ênfase em suas carre-
ras profissionais, mas especialmen-
te por aqueles que optarem por
abrir o próprio negócio."

Já o superintendente do Sebrae/
RS, Marcelo Lopes, enfatiza que o
jogo é importante por colocar na
pauta das universidades a questão
do empreendedorismo. A partir daí
pode ser incluída nas opções dos
universitários a ideia de ser dono
do próprio negócio. "Com isso po-
deremos melhorar o grau de inova-
ção das nossas empresas, que ain-
da é baixo, e conseguir trazer das
universidades empreendedores que
agreguem valor, atuando mais por
oportunidade do que por neces-
sidade."

Visitas do Sebrae

• Ontem, nos períodos da manhã e
da tarde, a visita foi ao curso de En-
genharia da Universidade Federal do
Rio Grande (Furg) e à noite às turmas
de Administração.

• Hoje e amanhã serão nas outras
turmas de Engenharia, de Ciências
Contábeis e Economia.

REQUERIMENTO DA LICENÇA PRÉVIA

NISSUL VEÍCULOS LTDA

A Nissul Veículos Ltda torna
público que requereu à Secretaria
Municipal do Meio Ambiente de Rio Grande,
por meio do processo nº 033/2011 da SMMA,
a Licença Prévia para Comércio a varejo de
automóveis, camionetes e utilitário novos,
revenda de veículos, na Av. Itália nº 1710.

Anos de espera pela energia elétrica

Luz ainda é produto raro para mais de cem famílias que vivem no Loteamento do Engenho

Glane Fagundes

Rio Grande. O lampião colocado estrategicamente no centro da casa sem divisórias ilumina o cômodo enquanto a energia elétrica não chega. Os estudantes de Geografia Fábio Klauke, 29, e Maira Salsedo, 23, acostumaram-se à rotina, mas não deixam de sonhar com o dia em que não precisarão mais ir à casa de familiares para tomar um banho quente ou à faculdade para carregar o celular. O pedido feito à Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) se arrasta há dois anos para o casal, mas para alguns vizinhos a espera é ainda maior.

A CEEE informou nesta semana que está na fase de conclusão do projeto que leva energia elétrica ao Loteamento do Engenho, na Vila da Quinta em Rio Grande. De acordo com a própria Companhia, as reivindicações mais antigas do local já desafiam um período de dez anos. Em algumas situações a maneira encontrada foi ingressar com ação na Justiça.

Klauke só ficou sabendo que não poderia ter energia elétrica em casa quando realizou o pedido. O terreno comprado por ele fazia parte de uma única propriedade dividida em lotes vendidos a pessoas diferentes. O local, no entanto, não estava regularizado pela prefeitura e os moradores tiveram que improvisar a iluminação das residências até conseguirem na Justiça a ligação de energia elétrica.

O casal ainda espera pela decisão judicial. "Sei que agora podem ter políticos dizendo que o fornecimento de energia foi mérito deles, mas eu sei o trabalho para conseguir por meios judiciais esse direito."

De acordo com a CEEE, o investimento de R\$ 80 mil vai possibilitar as ligações no Loteamento do Engenho e atender mais de cem fa-



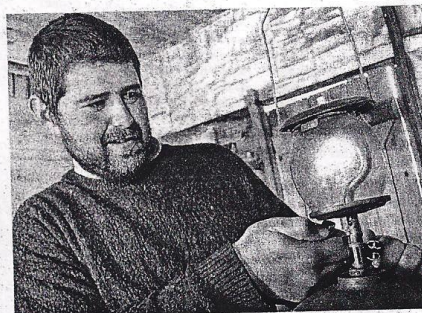
Apesar de os postes estarem instalados na frente das casas, as ligações para as residências não existem e dependem de um projeto

mílias. A notícia de que as ligações seriam realizadas foi confirmada este ano em uma reunião onde estavam presentes o prefeito Fábio Branco (PMDB), o chefe do centro da região litorânea da Companhia, Cleide Rodrigues, e o vereador José Antônio da Silva - Repolhinho (PSDB), que havia protocolado o pedido na Câmara de Vereadores.

Investimentos da CEEE. A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) informou que no período de 15 de abril a 15 de maio o investimento foi de R\$ 226.435,04 em obras no aumento de carga, alimentadores, universalização e Programa de Verificação de Tensão e manutenção. Essas obras beneficiaram os bair-

ros Cidade Nova, Vila Maria, Barra, Bolacha, balneário Cassino, Povo Novo, BR-392, Zona Portuária e Vila da Quinta.

Pedido à Corsan. Outro pedido dos moradores do Loteamento do Engenho é referente à extensão de água. Sem as ligações da Corsan pelo mesmo motivo que barrou a chegada de energia elétrica até então, os moradores precisaram construir poços artesanais. Existe um pedido na Câmara protocolado pelo vereador Repolhinho, que solicita estudo para extensão de água em todo loteamento, da travessa 23 e 24 até a continuação da rua João Meireles. Mesmo assim os pedidos continuam sendo feitos de forma individual pelos moradores.



Sem alternativa, uso do lampião é o recurso adotado pelos moradores

Saúde

Congresso de Medicina chega ao fim

Rio Grande. O 14º Congresso Gaúcho de Educação Médica (Cgem) encerra-se hoje pela manhã com palestras e conferências. Está prevista ainda a entrega do Prêmio Professor Leonel Lerner ao melhor tema livre apresentado. Ao longo de três dias ocorreram fóruns, painéis, mesas-redondas e palestras, permitindo a ampla participação de estudantes, docentes, profissi-

onais da área da saúde e gestores.

Na abertura do evento, na quinta-feira, o auditório do Centro de Convívio dos Meninos do Mar (CCMar) recebeu um bom público. A diretora da Faculdade de Medicina da Furg e presidente da Comissão Organizadora do 14º Cgem, professora Sandra Brandão, reconheceu que as discussões referentes a especialidades médicas são mais atrativas, mas ela considera importante também discutir a questão educacional.

A presidente da Associação Brasileira de Educação Médica (Abem), Jadete Barbosa Lampert, concordou com Sandra no que diz respeito às diferenças de enfoques, mas considera fundamental o lado da educação. "Parece que aquilo

que não se visualiza é imperceptível que está junto de nós", assinalou. Jadete explicou que a Abem tem trabalhado para promover a descentralização e fortalecer as regionais.

Já o reitor em exercício da Furg, professor mestre Ernesto Luiz Casares Pinto, mencionou o local de realização do evento. O CCMar é uma área de formação do trabalho, do ensino, um espaço da Universidade. "É preciso investir cada vez mais nos profissionais para que eles compreendam que devem participar da assistência." Depois dos discursos houve a conferência de abertura Dez Anos das Diretrizes Curriculares para os cursos de Graduação em Medicina, com o professor José Carlos dos Santos.

Limpeza

SMSU realiza corte de grama nos bairros Humaitá e Santa Rosa

Rio Grande. A Secretaria de Serviços Urbanos (SMSU) realiza desde a semana passada corte de grama no bairro Humaitá e na vila Santa Rosa. A capina está sendo feita em todas as ruas dos bairros. O secretário de Serviços Urbanos, Paulo Rogério Mattos Gomes, ressaltou que o serviço de corte de grama é feito por toda a cidade, o ano inteiro. No entanto, este trabalho é intensificado no verão, quando a vegetação cresce de forma mais rápida do

que nas outras estações do ano.

A área capinada no bairro Humaitá compreende o trecho entre as ruas Alameda Uruguai (perto do Aeroporto) e a Vila do Trevo (perto do campo do Rio-Grandense). Já na vila Santa Rosa o serviço está sendo feito desde a rua Professora Wanda Martins até o início do bairro Castelo Branco. Ao todo 15 funcionários realizam o serviço de capinação nos dois locais.

www.jornalagora.com.br

GERAL

30-04/01-05/2011
P. 5
AGORA

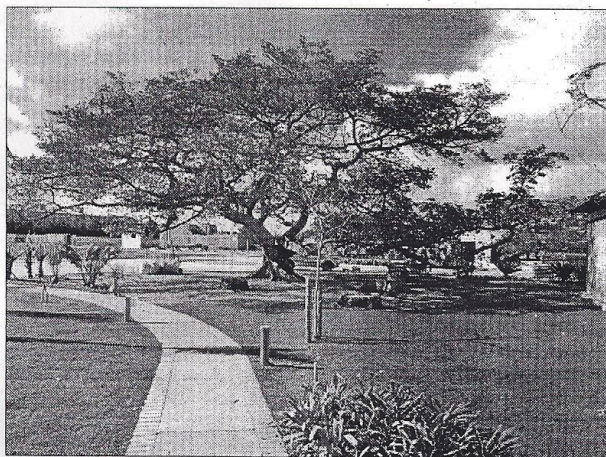
Rio Grande terá condomínio residencial de alto padrão

Com lançamento para breve, o Figueiras Park - Condomínio Residencial, localizado na avenida Santos Dumont, bairro Junção, tem diferenciais que o tornam uma área de excelência. Além de ser uma incorporação registrada, há o resguardo do meio ambiente, com a preservação do Saco da Mangueira e figueiras na área interna. Energia elétrica, através de cabos subterrâneos, e irrigação automatizada fazem parte das novidades em termos residenciais. Este também é o primeiro condomínio do Município a possuir estação de tratamento de esgoto próprio.

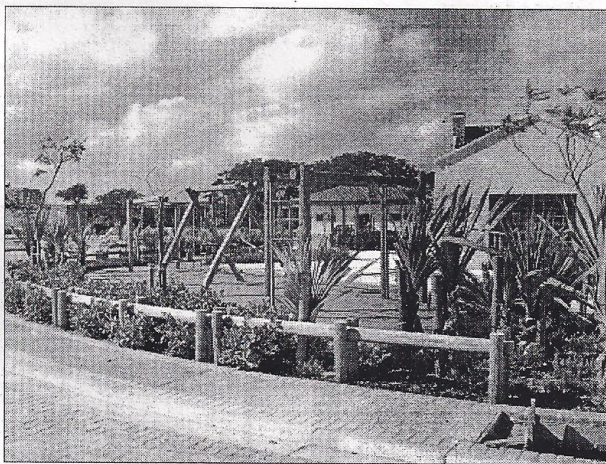
A preservação, não só da natureza, mas do próprio local, é um dos pontos altos do condomínio. A casa antiga existente foi restaurada e virou a administração. O galpão será uma das churrasqueiras e ambiente para um dos salões de festa. "Além disso, há um percentual de área verde que nenhum outro local possui.

O Figueiras Park é uma área privilegiada, onde a qualidade de vida é o principal objetivo da Ongaratto Incorporadora. Com 80 lotes, de 12x25m e 15x20m, oferece várias opções de lazer, sem sair do condomínio. Piscina, três playgrounds, churrasqueiras, dois salões de festas, quadra de futebol, churrásdromo, quadra de vôlei, quiosque, redário, quadra de bocha, caminhos e trilhas.

A segurança é outro ponto exclusivo do Figueiras Park. Todas as encomendas que che-



Figueiras Park tem diferenciais que o tornam uma área de excelência



Qualidade de vida é o principal objetivo da Ongaratto Incorporadora

gam no local, são entregues na portaria. Um carrinho elétrico, para não causar ruídos aos moradores, será utilizado pelos porteiros para a entrega na

residência. O Figueiras Park é um condomínio residencial de alto padrão, com todo conforto e segurança necessários nos dias de hoje.

JORNAL AGORA
21-06-2011 P-6

PÁGINA 6 ■ Rio Grande, 21 de junho de 2011 - TERÇA ■

AGORA

GERAL | www.jornalagora.com.br

AGORA BAIRROS

anete@jornalagora.com.br fabio.dutra@jornalagora.com.br 3233-6421

Moradores do Taim reclamam da deficiência dos serviços básicos

Considerada a localidade mais distante, o Taim fica a 78 quilômetros do centro da cidade. Trata-se de mais uma região que necessita de atenção básica, que vai da médica, desde atendimento até a entrega de medicamentos, iluminação pública, limpeza de valetas, manutenção das estradas, banheiros na praia, até a inexistência de entrega de correspondência e socorro para vítimas de picada de cobra.

Mas o presidente da associação de moradores local, criada em abril deste ano, Douglas Teixeira, dá uma notícia boa: desde sexta-feira, 17, há policiamento 24 horas no Taim, inclusive com uma viatura. "Até agora eram somente

dois policiais. Este é um passo à frente para a nossa comunidade".

Enquanto a segurança do Taim recebe reforço, todo o resto continua a ser reivindicado. "As estradas precisam de manutenção, da entrada principal até o loteamento. As valetas, de limpeza. A descida do cemitério, caminho muito usado pelos pescadores, é outro ponto que necessita urgentemente ser recuperado, pois desbarranca a cada chuva", reclama Douglas.

O presidente da associação, assim como muitos dos moradores, reclama ainda do esgoto que corre nas valetas à céu aberto. "Nossa localidade recebe muitos turistas, por isso tem que caprichar na manu-

FOTOS: FÁBIO DUTRA/JA



Capela, principal ponto turístico, está com obras de recuperação paradas há muito tempo

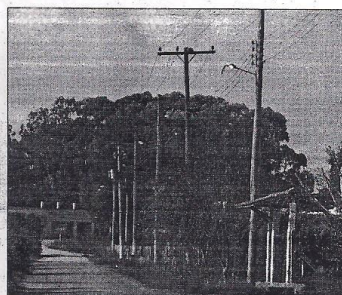
tenção". E por falar em turistas, o grande atrativo cultural é a Igreja e, o atrativo natural, é a praia. E, tanto a comunidade como os visitantes, reivindicam a instalação de banheiros nos dois locais. "Pode ser até aquele banheiro químico. Já resolveria a situação", diz Douglas, ressaltando que o prefeito Fábio Branco já sabe deste pedido.

A comerciante Rosle Jeske também comentou a necessidade da instalação de um banheiro público na praia. "Eu tive que fazer um banheiro do lado de fora do meu comércio para atender as pessoas que vêm até aqui com as excursões. Seria bom que fosse construído um, não é?"

Ostelino de Freitas, além de apontar a necessidade de banheiros na praia, falou da ineficaz iluminação pública. "As lâmpadas não duram nada e as ruas estão sempre na escuridão completa". Aponta ainda as lâmpadas da praça da capela, que estão todas queimadas. "Precisamos cuidar deste local, pois sempre temos visitantes". Lembrou também que os brinquedos requerem manutenção. "Não custa nada pintar e arrumar um pouquinho. Vai ser bem mais atrativo".

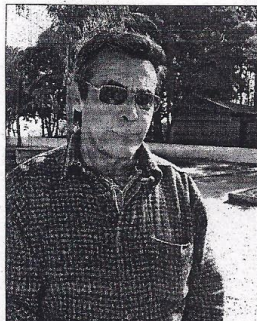


Moradores pedem a manutenção dos brinquedos na praça



Lâmpadas da praça em frente à capela estão queimadas

Maior atenção à saúde está entre as reivindicações



Ostelino de Freitas lembra a necessidade de banheiros públicos na praia

O atendimento do posto de saúde é criticado pela população. Douglas afirma: "estamos reivindicando que haja pelo menos uma enfermeira durante as 24 horas ou então uma ambulância. Médico aqui tá difícil. Só tem uma vez por semana, tanto para atender a gente como as crianças. E o atendimento é péssimo. A gente mal entra e já tá saindo. E o pior é que nunca tem remédio", ressaltou Márcia Rosa Silva.

O setor da educação também está um pouco aquém do que desejariam os moradores do Taim. O colégio municipal existente vai só até a 3ª série.

Estão na lista de necessidades ainda a presença de salva-vidas na praia, assim como placas sinalizando profundidade da água. Outro ponto se refere à correspondência, que não é entregue no Taim. "Temos que buscar toda nossa correspondência na Vila da Quinta, a 60 quilômetros daqui".

A comunidade pede ainda que seja concluída a recuperação da capela, cujas

obras só foram feitas no forro e telhado. "Este é um ponto turístico muito visitado. Seria muito importante que se investisse na completa restauração, pois corre o risco de cair a qualquer momento", explica o presidente da associação de moradores.

Na localidade de Cerrito, uma das grandes reivindicações é quanto à inexistência de orelhões. "Aqui há sinal de apenas duas operadoras. E além disso, nem todos podem ter um celular. Um telefone público é mais que fundamental aqui na localidade", acredita o pastor João Carlos, morador há sete anos no Cerrito.

Dois outros pontos são motivos para reclamação: a iluminação pública e o estado das estradas. "A iluminação pública é precária. Faz anos que pedimos para que seja ampliada e não há jeito", diz o pastor. Quanto às estradas, informa que durante a campanha eleitoral, a atual administração municipal prometeu a colocação de saibro. "E ficou só na pro-

messa. Em dias de barro, para sair daqui, só de botas de borracha", salienta.

ANETE POUL



Márcia Rosa Silva reclama do atendimento médico

DIÁRIO POPULAR
21-06-2011 PÁGS: 2, 3 E 4

2 URBANISMO

DIÁRIO POPULAR
TERÇA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 2011

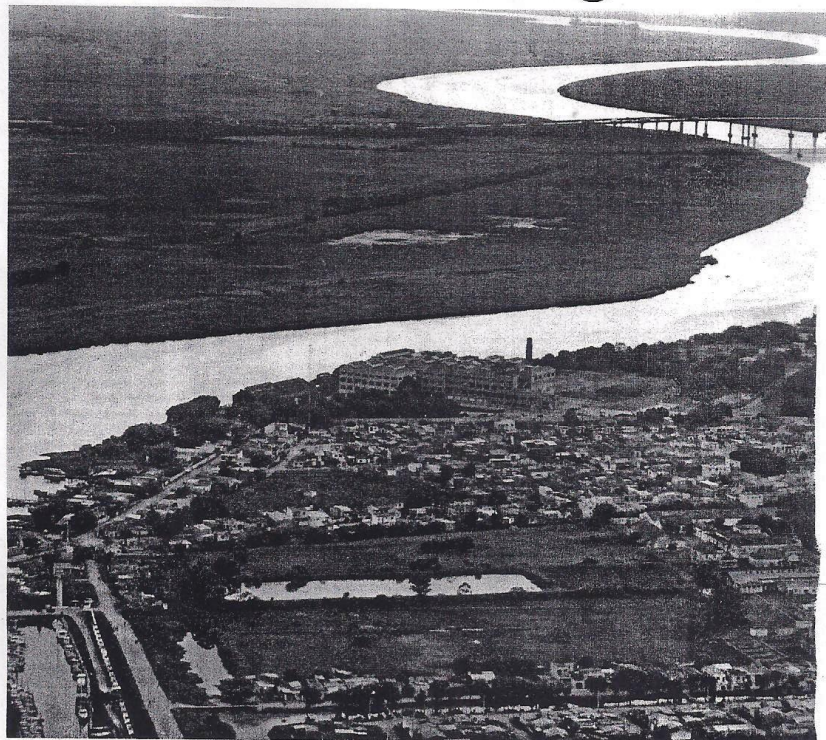
Antes de metrópole, uma aglomera

Atuação efetiva da atual Aglomeração Urbana do Sul (AUSul) é fundamental para pleitear a mudança de nomenclatura para Região Metropolitana; alteração, contudo, não é consenso

Raquel Bierhals

Pelotas. Apesar de concentrarem a movimentação de serviços, comércio, indústria, educação e a maior população da Zona Sul, Pelotas e Rio Grande ainda não se configuram como Região Metropolitana (RM). O benefício liberado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), concedendo custo local para chamadas interurbanas entre municípios dessas regiões - o que deixa de fora os municípios da região sul - levanta a questão. Os especialistas divergem no quesito condições para uma possível transformação. Mas são unânimes em apontar que é preciso que a atual Aglomeração Urbana do Sul (AUSul) - à qual os dois municípios já pertencem junto a Capão do Leão, Arroio do Padre e São José do Norte - tenha atuação efetiva.

O entendimento de cada estado é que determina a nomenclatura dos espaços urbanos. Por exemplo, Santa Catarina possui regiões metropolitanas de 300 mil habitantes - totalmente desproporcional aos 21 milhões da RM de São Paulo. Para Paulo Roberto Rodrigues Soares, professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) a legislação gaúcha é mais correta em termos técnicos e científicos. Pesquisador do Observatório das Metrópoles, rede nacional que investiga essas formações urbanas, ele afirma que, a partir do cenário atual dos dois municípios gaúchos, a Aglomeração Urbana é de fato a forma mais adequada para o momento. Segundo ele, ainda falta volume de atividades e moradores para que a região seja considerada uma RM. Para exemplificar, três questionamentos no mínimo inquietantes: uma região metropolitana sem shopping? Com apenas cinco salas de cinema? Com poucas empresas de expressão nacional?



Na prática, mesmo sem a observância rigorosa de critérios mais técnicos, o que determina a formação de uma RM é a legislação estadual

Ainda sem peso para a alteração?

Não é apenas a densidade populacional que estabelece uma RM. É considerado relevante para a definição o fenômeno

de conurbação: a continuidade e/ou contiguidade da área urbana construída. Segundo Soares, o que caracteriza uma região metropolitana é a complexidade das funções urbanas, como indústria, comércio, serviços, comando e gestão econômica - presença de sedes de grandes empresas, educação e cultura, entre outras funções exercidas pelo espaço urbano. E, especialmente, pelo núcleo urbano que constitui o centro metropolitano (a metrópole em si), assim como as fortes relações entre este núcleo e o centros urbanos do seu entorno. Além disso, relações econômicas entre a RM e outros espaços urbanos da rede urbana nacional e as conexões com a economia internacional, com presença de empresas multinacionais e fluxos de exportações. "Embora Rio Grande esteja passando por um crescimento econômico, as nossas cidades ainda não se encontram em patamar metropolitano. Ainda falta muito em termos culturais, de serviços e empresas de inserção nacional", avaliou. Segundo ele, a Aglomeração Urbana do Nordeste, liderada por Caxias do Sul, estaria à frente da AUSul para se tornar uma região de metrópole.

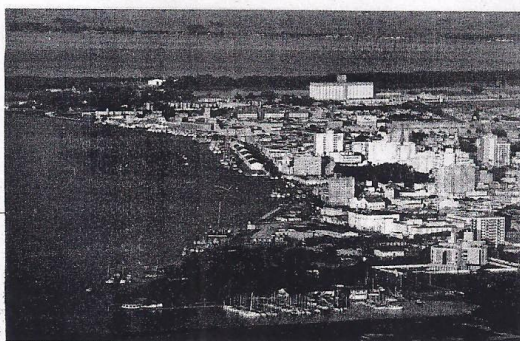
Apesar disso, o que determina de fato a formação de uma RM é a legislação estadual. A rigor, as leis do Rio Grande do Sul não estabelecem diferenciações entre re-

gião metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião. As articulações são mais políticas do que de nomenclatura.

Um conselho pouco atuante

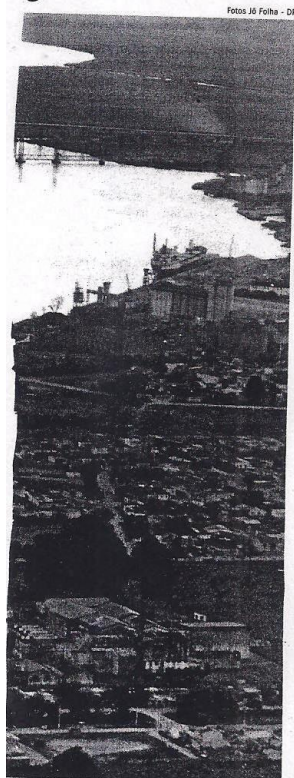
Criada em 1990, a AUSul resumia-se a Pelotas e Capão do Leão. Em 2002, os demais municípios foram incorporados. A intenção era estabelecer funções públicas para gestão comum, como estrutura viária regional, transporte de passageiros e cargas, sistema de saúde, sistema de informações regionais atinentes à economia e gestão pública, e sistema cartográfico.

Embora previsto em lei, o Conselho Deliberativo da AUSul não tem atuação efetiva. "Não tenho notícias que tenha se reunido ou sequer cogitado seu funcionamento por parte dos atores políticos e econômicos locais", alfineta Soares. "A AUSul existe no papel, mas não foi incorporada ao cotidiano da política regional, e muito menos da população. Agora, é inegável que Pelotas e Rio Grande são duas realidades urbanas cada vez mais integradas", afirmou. O intenso movimento entre as duas cidades, deslocamentos para trabalho, estudo, negócios, serviços, empresas com matriz em uma cidade e filial em outra,



O inegável crescimento econômico de Rio Grande pode tornar mais forte a discussão sobre o tema

Rio Grande ção



Fotos Jô Folha - DP

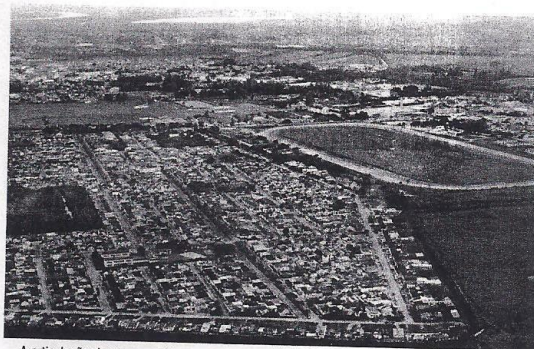
Prós e contras

Para Soares, o fato de o Rio Grande do Sul ter tomado uma postura mais correta ao definir as aglomerações no entorno das suas principais cidades médias e centros regionais, deixou o Estado em "desvantagem" com relação a outros que definiram diversas "regiões metropolitanas". A questão da Anatel confirma essa premissa.

Mudando-se a denominação, o ganho seria basicamente do ponto de vista das políticas públicas. A definição de uma região metropolitana na AUSul tornaria os municípios mais habilitados para determinados fundos de financiamento de infraestruturas, como habitação, saneamento e mobilidade urbana. "Muitas linhas de financiamento federais - e mesmo internacionais - são destinadas às RMs", disse.

Projetos de integração, como a reativação do trem de passageiros entre os dois municípios, poderiam ser mais facilmente articulados. "A interligação entre Pelotas e Rio Grande é muito forte para que pensássemos separadamente. É quanto mais cedo isso ocorrer, melhor", destacou Vieira, para quem o único ponto negativo que poderia advir da instituição de uma RM seria os efeitos políticos de liderança do conselho.

Para Soares, uma mudança para RM não seria facilmente colocada em prática. "No caso da integração entre os municípios, esta não se dá por força de legislação e sim pela articulação dos atores políticos, econômicos e sociais dos municípios envolvidos. Infelizmente em nossa região não temos tradição de cooperação entre os principais agentes (especialmente políticos e econômicos), o que se constituiria, sem dúvida, em um desafio para nossos atores hegemônicos. Temos sérios problemas de planejamento urbano, territorial e econômico no âmbito interno dos municípios, o que dirá da necessidade de políticas integradas entre os municípios", avaliou. Para o especialista, seria um processo de difícil construção e que necessitaria de uma ampla participação da sociedade civil para que não prevalecessem interesses particulares e parciais sobre os interesses coletivos.



A articulação de atores políticos, econômicos e sociais poderia alavancar, de fato, a mudança

A avaliação das prefeituras

Apesar de não entrar na questão de região metropolitana, o secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Pelotas, Eduardo Macluf, faz questão de afirmar que as relações entre os municípios estão cada vez mais integradas. Segundo ele, postura que se reflete nas recentes missões dos prefeitos Fetter Júnior (PP) e Fábio Branco (PMDB). "São ações articuladas com o espírito de 'vender' a região", afirmou ele, que participou de atividade na Coreia junto ao secretário de Assuntos Extraordinários de Rio Grande, Gilberto Pinho. "Quando se trata de captação de investimentos, não se faz nada sozinho. Vindo para qualquer dos dois municípios, o benefício é regional", avaliou. A integração, segundo ele, tem ocorrido nos segmentos econômico-empresarial e político. As particularidades de cada cidade - uma com aeroporto internacional, outra com superporto, uma com comércio forte, outra com distrito industrial mais amplo - se complementam. "Pelotas e Rio Grande têm apoio mútuo. Não podemos pensar diferente. Com a duplicação da BR-392, que nos separa é uma grande avenida", comparou.

A avaliação do secretário de Rio Grande

de vai na mesma direção. Para ele, a união segue além dos dois municípios. "A consolidação das nossas relações é paralela ao desenvolvimento da Metade Sul. Não podemos pensar somente em Rio Grande e Pelotas. É preciso estarmos unidos para crescermos juntos", disse.

Região Metropolitana

As primeiras nove regiões metropolitanas do país foram instituídas na década de 1970, no auge da ditadura militar. Anos depois esta institucionalização foi considerada como uma "intervenção" federal no território dos estados. Por esta razão, os constituintes de 1988 deram aos estados a prerrogativa de ordenar o seu território, estando entre estas atribuições a definição das regiões metropolitanas. Entretanto, esta excessiva abertura que a Constituição de 1988 permitiu foi realizada sem a determinação de critérios mínimos para a definição e institucionalização de regiões metropolitanas, o que gerou diversas distorções. No Rio Grande do Sul há a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e três Aglomerações Urbanas: Nordeste, na Serra Gaúcha, a AUSul e a mais recente Aglomeração Urbana do Litoral Norte, no eixo Torres-Tramandaí, passando por Osório.

prestadoras de serviços entre as duas cidades são exemplos. No entanto, para o especialista, um processo de integração que se dá por força da economia, mas sem as correspondentes políticas públicas.

Um conselho atuante e um órgão de assessoramento técnico, para o professor de Geografia Urbana da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Sidney Gonçalves Vieira, seriam dois aspectos que poderiam capacitar a região Pelotas-Rio Grande. Em sua avaliação, a região poderia se tornar uma RM dependendo da vontade política. Conforme o professor, Pelotas-Rio Grande estão entre os 30 maiores aglomerados do país em termos de conurbação.

Para os especialistas, o título da região por si só não muda as relações. No entanto, conforme Vieira, a condição de RM poderia demandar maior orçamento por parte do governo do Estado. "Se tivéssemos uma região metropolitana com um conselho efetivo e assessoria técnica seria positivo. Se conseguiria pensar a região em conjunto, o que não acontece hoje. Teria um tratamento diferenciado do governo", afirmou. Questões de fundo comum, como tratamento de lixo e fluxos de mobilidade poderiam ser tratadas pelo Conselho. "Independentemente de ser uma aglomeração ou região metropolitana, é preciso pensar em conjunto", resumiu.



Carlos Queiroz - DP

“Independentemente de ser aglomeração ou região metropolitana, é preciso pensar em conjunto.”

Paulo Soares,
professor da UFRGS

Alguns dados da AUSul

	Área km ²	População hab	Densidade hab/km ²
Arroio do Padre	124,32	2.730	21,96
Pelotas	1.608,77	327.778	203,74
Capão do Leão	785,37	24.294	30,93
Rio Grande	2.813,91	197.253	70,10

© Sede do município

LIÁZIO FORUM
22-06-2011 P-31

Residencial será inaugurado nesta sexta-feira

Na ocasião as 240 famílias vão assinar os contratos e receber as chaves dos imóveis

Rio Grande. A Prefeitura do Rio Grande, em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF), realiza nesta sexta-feira a solenidade de inauguração do Residencial Marcelino Champagnat, no bairro Carreiros. A informação é do titular da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano (SMHADU), Jair Rizzo.

O ato está marcado para as 10h30min, no próprio residencial, e deverá contar com a presença de diversas autoridades, o que inclui o prefeito Fábio Branco (PMDB) e representantes da Caixa Econômica Federal. Na oportunidade será feito também o agendamento das

Divulgação - DP



Cada unidade mede 36 metros quadrados e possui dois dormitórios

visitas para assinatura dos contratos. E, posteriormente, a entrega das casas.

As famílias contempladas possuem renda entre zero e três salários mínimos. Elas deverão pagar os novos imóveis em dez anos, com uma prestação mensal de 10% do salário mínimo. O total do in-

vestimento chega a R\$ 9,3 milhões e foi financiado pela Caixa Econômica Federal.

O residencial possui 240 unidades habitacionais. Cada casa mede 36 metros quadrados e possui dois dormitórios, sala, cozinha e banheiro. Os imóveis foram construídos a partir de um sistema ca-

nadense. A parede, feita de PVC, é preenchida com concreto, tornando o trabalho mais ágil. Esse tipo de construção facilita a limpeza e evita a umidade.

O condomínio possui salão de festas, vagas para estacionamento e área de lazer, além de duas entradas - frente e fundos - com o objetivo de facilitar o acesso aos moradores.

Cadastro

Para estes imóveis, um total de nove mil pessoas se inscreveram junto à SMHADU. Segundo o secretário, essas pessoas continuam em um cadastro de reserva, à espera de novos empreendimentos imobiliários.

O próximo conjunto habitacional, o qual está sendo construído através da prefeitura/CEF, no bairro São Miguel, irá contemplar um total de 180 famílias. A previsão é de que a obra esteja concluída em fevereiro do próximo ano. O Executivo também busca viabilizar a construção de outras 1,5 mil unidades habitacionais destinadas a famílias de baixa renda.

Sorteio das casas

O sorteio das chaves ocorreu no final de maio, no Centro Municipal de Eventos, e contou com a participação de dezenas de pessoas.

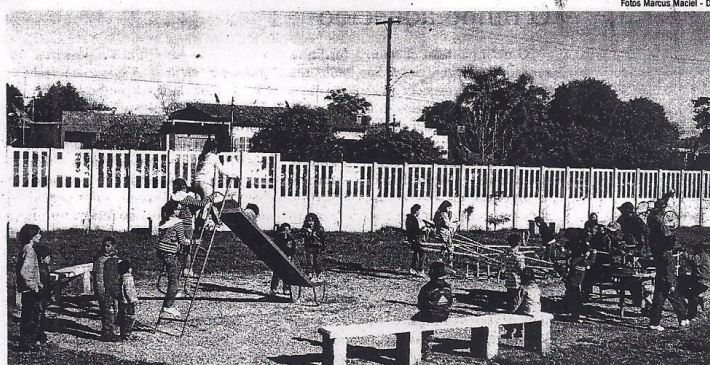
À medida em que entravam no teatro do Centro de Eventos os contemplados recebiam senhas. As primeiras casas sorteadas priorizaram pessoas com deficiência e idosos. Em seguida os demais foram cha-

DP 22-06-11 P31

DIÁRIO Popular
25-06-2011 P-3

Diário Popular
25-06-11 p.3

Bem-vindos ao novo lar



Fotos Marcus Maciel - DP

Futuras moradoras, crianças conheceram ontem as dependências do local e brincaram pela primeira vez na pracinha

Residencial popular de R\$ 9,4 milhões e 240 casas é inaugurado pela prefeitura e a Caixa

Hélen Albermaz

Rio Grande. O primeiro empreendimento destinado a pessoas com renda de zero a três salários mínimos do município foi inaugurado na manhã de ontem. O Residencial Carreiros I - Marcelino Champagnat - teve um investimento de aproximadamente R\$ 9,4 milhões, dentro do Programa Minha Casa Minha Vida, e abrigará 240 famílias selecionadas pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento (Smahd).

O descerramento da placa inaugural e a apresentação das casas foram os grandes momentos da solenidade, que contou com a presença dos futuros moradores e de autoridades do município e do Estado, além de representantes da Caixa Econômica Federal e da Serrial Engenharia, empresa responsável pela construção. "Começa aqui a luta para zerar o déficit habitacional da cidade", afirmou o secretário da Smahd, Jair Rizzo, que lembrou o início da caminhada para a concretização do condomínio há dois anos.

A autônoma de 30 anos Maria Jurandina é uma das contempla-

das pelo programa e não perdeu a oportunidade de ter o primeiro contato com a futura casa. Ela andou pelo residencial, espiou todos os detalhes com o filho de seis anos pela mão e não escondeu a ansiedade pela mudança. "As crianças estão loucas para ter o espaço delas e eu também, claro." Maria tem mais dois filhos, de 12 e cinco anos, e atualmente mora em uma peça emprestada nos fundos da casa da madrinha.

As famílias que irão morar no Marcelino Champagnat foram escolhidas pela Caixa Econômica Federal através de um cadastro da Smahd, que já possui cerca de nove mil inscritos. As chaves do residencial foram sorteadas no dia 30 de maio e devem ser entregues nas primeiras semanas de julho, no momento da assinatura dos contratos. Segundo Rizzo, 52 famílias que não puderam participar do sorteio ainda precisam definir as suas unidades. Assim que esse processo for concluído, os contratos serão elaborados e assinados.

Nova tecnologia

As 240 unidades do Residencial Carreiros I são compostas por sala, banheiro, cozinha, dois quartos e área de serviço em 36 metros quadrados. O conjunto é o primeiro do Minha Casa Minha Vida a ser construído através de tecnologia não-convencional, que utiliza

um sistema feito com painéis de PVC ocos encaixados verticalmente e preenchidos com concreto. De acordo com a empresa de engenharia civil responsável pela obra, a técnica permite que as residências tenham uma alta resistência mecânica, térmica e acústica, além de serem impermeáveis a gases e líquidos e não propagarem chamas em caso de incêndio.



“As crianças estão loucas para ter o espaço delas e eu também, claro.”

Maria Jurandina,
autônoma contemplada
com a moradia

DIÁRIO POPULAR
15-07-2011 P-3

Residencial Champagnat

Diário Popular
15-07-11 p.3

Futuros moradores assinam contratos

Rio Grande. Foi realizada na manhã de ontem a assinatura dos contratos junto aos futuros moradores do Residencial Marcelino Champagnat. O ato conclui a primeira etapa do processo de seleção dos participantes do projeto Minha Casa Minha Vida, uma parceria entre o governo federal e a prefeitura do Rio Grande.

Segundo o secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano (Smhadu), Jair Rizzo, este momento é a penúltima etapa para a conclusão total do processo, des-

de a construção, a seleção e a entrega das casas. "É a etapa mais importante, pois indica que as famílias foram qualificadas e estão aptas a receber suas casas. Esta é a felicidade de 240 famílias, que realizam o sonho de ter a casa própria. A finalização será no dia 22, quando será eleito o síndico do residencial e, possivelmente, serão entregues as chaves aos proprietários", declarou o titular.

Para Ana Paula Costa, 27, doméstica, é um momento de feli-

cidade e realização. "É um sonho que se concretiza, estou me sentindo muito bem", declarou Ana Paula, que junto aos seus sete filhos estará residindo em uma das casas do residencial.

Agnes Castilho, 22, e Wagner Lucas, 25, afirmam que suas vidas já estão mudando. "Só o fato de estar em uma casa que é nossa já faz a diferença. Daqui para frente iremos investir em nossas vidas e dar uma melhor condição para nossas filhas", destacou o casal.

DIÁRIO POPULAR
20-07-2011 P-22 CIDADES | DIÁRIO POPULAR
QUARTA-FEIRA, 20 DE JULHO DE 2011

Liberadas três mil vagas

Oportunidades serão destinadas à qualificação profissional e à capacitação da mão de obra em RG

Rio Grande. O Ministério do Emprego e Trabalho liberou mais três mil vagas para a realização de cursos de qualificação profissional e capacitação de mão de obra no município. Ao todo serão duas mil vagas destinadas à construção civil e mil vagas para a construção naval através do Planseq. O anúncio para a Secretaria Municipal da Cidadania e Assistência Social (SMCas) foi feito na segunda-feira,

pelo assessor especial do ministro Carlos Lupi, Flávio Zacher.

Segundo o titular da SMCas, Leonardo Salum, o retorno positivo por parte do Ministério do Trabalho é fruto da recente viagem do prefeito Fábio Branco (PMDB) a Brasília, na qual esteve reunido com o ministro Lupi. Na ocasião, acompanhado do deputado federal e líder do governo no Congresso, Mendes Ribeiro Filho (PMDB), o chefe do Executivo apresentou as demandas do município na área da qualificação profissional, especialmente em relação ao polo naval, e solicitou a abertura de cinco mil vagas.

O próximo passo, segundo Sa-

lum, é realizar uma reunião com o Conselho Municipal de Emprego, Sinduscom e empresas do polo naval. No encontro serão identificados quais são os "arcos ocupacionais" em função da demanda por trabalhadores, ou seja, quais ofícios têm maior necessidade de profissionais qualificados para o mercado.

Somando as três novas mil vagas, até o fim do ano o governo municipal terá atingido a marca de oito mil trabalhadores que já receberam qualificação no Rio Grande, incluindo os cursos do Planseq Naval, Prominp e Projovem. A meta do Executivo é chegar ao número de dez mil pessoas qualificadas até o fim de 2012.

28/07/2011 p. 5

www.jornalagora.com.br

GERAL

Ecovix faz projeto para construção de 10 mil moradias

O vice-presidente da Ecovix/Engvix, engenheiro Ivo Dworschak, que coordena o programa de construção de oito cascos para plataformas oceânicas no Estaleiro Rio Grande (ERG1), foi o convidado da reunião do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento (GTD) da Prefeitura do Rio Grande. Na ocasião, ele fez uma apresentação do funcionamento do ERG1 e de um projeto de expansão onde está implantado o ERG2 para a construção dos cascos dentro do contrato com a Petróbras.

Segundo o engenheiro Ivo Dworschak, está sendo preparada uma área junto ao dique seco para a implantação de uma fábrica e também o aumento do cais em um quilômetro. Com relação a investimentos, além de outros equipamentos, deverá ser colocado um outro pórtico no local com capacidade para 2 mil toneladas, somando-se ao já existente - para 600 toneladas. Ele informou que atualmente a Ecovix emprega 400 trabalhadores, devendo atingir 5 mil no final do ano que vem.

Uma das preocupações da empresa, relatada por Dworschak, é com relação ao setor de habitação. Por isso, a empresa está desenvolvendo um projeto que prevê a construção de cerca de 10 mil moradias, distribuídas em três empreendimentos - Parque do Lago, Polinésia e Parque Engvix, em áreas próximas ao Polo Naval, que serão direcionadas para os trabalhadores do setor e também para outros segmentos, através de financiamento.

O engenheiro salientou durante a reunião do GTD que, com a consolidação do Polo Naval, as demandas na cidade estão aumentando, por isso é importante a parceria com a administração municipal. "O que vem pela frente é muito grande. Temos que estar preparados para dar a resposta", comentou o engenheiro.

O prefeito Fábio Branco disse que as secretarias municipais estão à disposição para desenvolver projetos, principalmente no que se refere à capacitação profissional. "Temos alguns gargalos que precisam de uma atenção especial. Por isso está acontecendo a nossa mobilização para enfrentá-los", disse o prefeito.

No final da reunião, o vice-prefeito Adinelson Troca agradeceu a presença do vice-presidente da Ecovix na reunião do GTD, salientando que muito contribuiu para o trabalho do Grupo. O executivo do Polo Naval também manifestou sua satisfação em poder ter contribuído com o trabalho da administração municipal, renovando a parceria para resolver problemas pontuais.

Workshop mostra perspectivas positivas para nossa economia

Um público muito atento participou do workshop que a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) do Rio Grande promoveu dia 18, no auditório do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros, intitulado "Valorização e motivação dos funcionários, o maior patrimônio de sua empresa". No final foi aberto espaço para questionamentos e debates, intermediado pelo diretor Carlos Pavão Xavier, da AMB Consultoria. O presidente da CDL, Gilberto Sequeira, destacou que "não perdemos tempo. Ganhamos em conhecimento, conhecemos as oportunidades que Rio Grande está oferecendo e certamente quem esteve aqui saiu mais informado e motivado com relação às coisas boas que temos pela frente".

Com o Pré-Sal, Petrobrás prevê vida longa ao Polo Naval - O engenheiro Almir Amorin Pustilnik, gerente setorial de Construção e Montagem do Deck Box da P-55, falou nos projetos da Petrobrás até 2020, quando a empresa deverá passar à frente das demais empresas de petróleo do mundo. Somente entre 2011 e 2015 os investimentos da estatal serão de US\$ 224 bilhões em 668 projetos, sendo que 5% deles serão feitos no exterior e os demais no Brasil, que receberá investimentos de US\$ 213 bilhões. Ele mostrou que, com o pré-sal, haverá um incremento muito grande na construção de sondas de perfuração, barcos de apoio e plataformas. Somente nesta última, de 44 existentes hoje, a previsão é que a Petrobrás tenha 94 plataformas até 2020. "Hoje temos 39 sondas contratadas e 28 a serem contratadas até 2020", acrescentou.

Em Rio Grande, dos investimentos previstos na ordem de US\$ 5,6 bilhões já foram empregados US\$ 1,2 bilhão. No pico do Polo Naval, que ele acredita para 2012, serão gerados 10 mil empregos diretos. As obras já confirmadas referem-se à construção da plataforma P-55, oito cascos FPSO, a P-63, a P-58, sistema de drenagem TA, Programa Emergencial de Adequação de Logística de Tançagem e a instalação do ERG 2, que será um novo estaleiro. O palestrante também falou nas iniciativas da Petrobrás, através do Prominp e em convênio com universidades para qualificação dos trabalhadores e o interesse de ampliar os fornecedores de bens e serviços.

Para cada emprego dentro do Polo, três são gerados fora dele - "Fomos abençoados com o pré-sal, que nos dá a oportunidade de transformar Rio Grande numa nova Macaé". Com essas palavras o vice-presidente de Construções da Engevix/Ecovix, Ivo Dworschak, iniciou sua palestra no workshop promovido pela CDL. Explicou que a Engevix foi convidada pela Petrobrás para assumir o Estaleiro Rio Grande e, para isso, criou a Ecovix, que entra no Polo Naval para fabricar oito navios e três navios-sonda completos para a estatal. Falou que, além do contrato com a Petrobrás, existe mercado muito mais rentável para reparo e conversão depois que as plataformas estiverem prontas, já que o Estaleiro Rio Grande é o único na América Latina preparado para isso.

Hoje trabalham na Ecovix 450 funcionários, que até dezembro de 2012 serão cinco mil, com crescimento de 50% ao mês. Para cada emprego dentro do Polo, mais três são gerados fora dele. A formação da mão-de-obra ainda é um problema e o estaleiro tem pressa. Por isso, está cedendo seus engenheiros para ministrarem aulas no curso de Engenharia Naval da Furg. E as vagas de trabalho não são apenas para serviços de oficina ou mais pesados. "A



Divulgação

garotada lá tem equipamentos de geração tão sofisticados quanto a mais moderna lan house. Oferecemos oportunidades desde o trabalho artesanal até o trabalho robotizado", explicou.

Outro desafio é estimular o funcionário a "se casar" com a empresa, uma vez que investiu nele. Uma das metas é que 40% da força total de trabalho seja ocupada por mulheres. Uma senhora que fazia café na empresa, no dia da palestra tinha sido aprovada como soldadora profissional, passando a receber um salário 600% maior.

A Ecovix deseja contar com fornecedores locais. Ivo Dworschak diz que há intenção de desenvolver aqui empresas menores para a realização de serviços menores, exemplificando até mesmo com a construção de uma simples escada vertical. "Podemos fornecer contratos de longo prazo e, com ele, o empresário pode ir ao banco e tirar um financiamento. Além da Petrobrás temos outros clientes. Vamos todos nos fortalecer", salientou.

O executivo falou que o inverno rigoroso cria um problema sério para o trabalho a céu aberto e, por isso, está sendo providenciada uma área coberta no Estaleiro Rio Grande para aumentar a produtividade.

Imóveis - O problema da falta de imóveis na cidade também está sendo encarado pela empresa. "Estamos morando em containers. É o mesmo que se estivéssemos trocando a turbina do avião em pleno voo. Um apartamento de dois quartos aqui custa mais caro que em Ipanema e Leblon. Precisamos quebrar o círculo vicioso dessa especulação imobiliária", diz Dworschak. Para isso, a Engevix/Ecovix pretende construir cinco mil unidades no Bolaxa, através do programa "Minha Casa, Minha Vida" e fazer outro empreendimento próximo à área do futuro Oceanário, no Cassino, com mais cinco mil unidades, para as classes A, B e C. Não somente para seus funcionários, mas eles também terão condições de adquirir a casa própria.

No final, o palestrante falou sobre a necessidade de um plano estratégico para que a cidade não seja desfigurada com esse desenvolvimento repentino e evitar que em mudanças de governo no município seja desfeito o que está certo.

"Em termos de negócios, viemos para ficar. Não percam a oportunidade. O que vem pela frente é muito grande. Temos em Rio Grande uma condição estratégica fantástica e não podemos perder essa oportunidade. Geograficamente, Rio Grande é a bola da vez", concluiu.

cha

solução
ndo que
maioria.
conquis-
ulta para
: apenas
sultaram
: Patola
dor tem
recendo
nelhor é
mo será

r impar-
o come-
deu uma
: vendo?
primeira
mbro de
: condena-
mentado
limites,
a cassa-
me deve

orcional
apalheta
anto por
rasileira
ueceram
veis. Já
ria levar
brar que
xcelente
anto no
poio ao

que está
do Mar
zar dois
guardar.

s escre-
ca sobre
a Legis-
n Troca
Portan-
saber o
nforma-
r. Ele
alimento,
ada em
is, man-
intenção
: manter
Ultra e

te mais
al de se-
do mo-
riagado,
ios, isso
via está

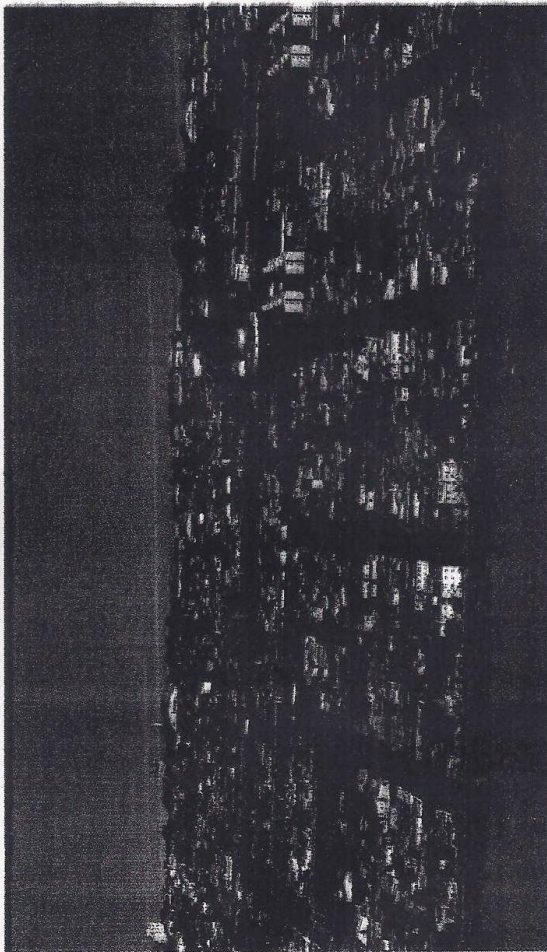
RG busca a meta das cidades sustentáveis

Município está incluído no programa que visa a sustentabilidade urbana através de eixos temáticos

Rio Grande. O prefeito Fábio Branco (PMDB) participou ontem em São Paulo do lançamento nacional do Programa Cidades Sustentáveis, no qual a cidade do Rio Grande está incluída. O evento ocorreu no Sesc Consolação. O Programa Cidades Sustentáveis tem o objetivo de sensibilizar, mobilizar e oferecer ferramentas para que as cidades brasileiras se desenvolvam de forma econômica, social e ambientalmente sustentável. Durante o lançamento foi apresentada a Plataforma Cidades Sustentáveis.

A proposta consiste em uma agenda completa para a sustentabilidade urbana que se compõe de 12

16 Folha - DP



Ideia é oferecer ferramentas para que os centros se desenvolvam de forma econômica, social e ambientalmente estável

eixos temáticos, nas dimensões social, ambiental, econômica, cultural e política, e de indicadores que formam a base da gestão municipal para a sustentabilidade, acompanhados de casos exemplares e referências nacionais e internacionais. Na ocasião também foi apresentada uma campanha de mobilização da sociedade e de sensibilização dos candidatos às eleições municipais de 2012, bem como, o processo de acompanhamento dos municípios e dos prefeitos nas próximas gestões.

Considerando que 85% da população do Brasil é urbana, o debate sobre a qualidade de vida nas cidades assume enorme relevância. O prefeito Fábio Branco destacou justamente esta questão. Para ele, é preciso mudar a postura e assumir a condição do consumidor responsável.

Diário Popular
20-08-2011
p-24